



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - O TRIBUNAL DA CIDADANIA

Relatório de Atividades

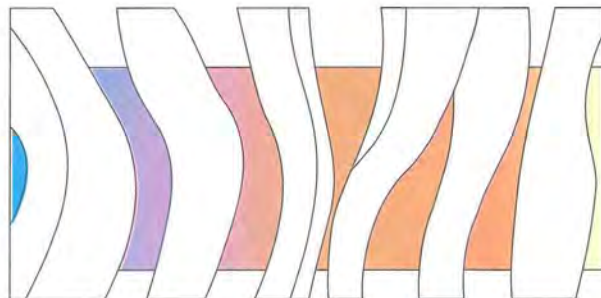
Abril de 2000 - Abril de 2002

Presidência do Ministro Paulo Costa Leite

Sumário

Galeria dos Ministros	3
Composição do STJ e do CJF	11
Organograma	19
Apresentação	23
Palavras do Presidente	27
Atividades Judicantes	35
Atividades Sócio-Políticas	41
Atividades Administrativas	51
Conclusão	77
Anexo I - Estatísticas	81
Anexo II - Presidência	119

Galeria dos Ministros



Galeria dos Ministros

Ministro
Paulo Roberto Saraiva da **COSTA LEITE**
Presidente



Ministro
WILLIAM Andrade **PATTERSON**
Aposentadoria em 14/12/2000

Ministro
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO



Ministro
NILSON Vital **NAVES**
Vice-Presidente

Ministro
EDUARDO Andrade **RIBEIRO** de Oliveira
Aposentadoria em 1º/8/2000



Ministro
EDSON Carvalho **VIDIGAL**

Ministro
Jacy **GARCIA VIEIRA**
Diretor da Revista
(1999/2001)





Ministro
Luiz Carlos **FONTES DE ALENCAR**
Diretor da Revista
(2001/2003)



Ministro
WALDEMAR ZVEITER
Exoneração em 16/3/2001



Ministro
Raphael de **BARROS MONTEIRO** Filho



Ministro
SÁLVIO DE FIGUEIREDO Teixeira



Ministro
Francisco **PEÇANHA MARTINS**



Ministro
HÉLIO de Melo **MOSIMANN**
Coordenador-Geral da Justiça Federal
Aposentadoria em 2/8/2001



Ministro
Humberto **GOMES DE BARROS**





Ministro
Francisco **CESAR ASFOR ROCHA**

Ministro
MILTON LUIZ PEREIRA
Coordenador-Geral da Justiça Federal
(2001/2003)



Ministro
VICENTE LEAL de Araújo

Ministro
RUY ROSADO DE AGUIAR Júnior



Ministro
ARI PARGENDLER



Ministro
JOSÉ Augusto DELGADO

Ministro
JOSÉ ARNALDO da Fonseca



Galeria dos Ministros



Ministro
FERNANDO GONÇALVES



Ministro
CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO



Ministro
FELIX FISCHER



Ministro
ALDIR Guimarães PASSARINHO JUNIOR



Ministro
GILSON Langaro DIPP



Ministro
HAMILTON CARVALHIDO



Ministro
JORGE Tadeo Flaquer SCARTEZZINI



Ministra
ELIANA CALMON Alves





Ministro
FRANCISCO Cândido de Melo **FALCÃO** Neto

Ministro
PAULO Benjamin Fragoso **GALLOTTI**



Ministro
Domingos **FRANCIULLI NETTO**

Ministra
Fátima **NANCY ANDRIGHI**



Ministro
Sebastião de Oliveira **CASTRO FILHO**
Posse em 18/12/2000

Ministra
LAURITA Hilário **VAZ**
Posse em 26/6/2001

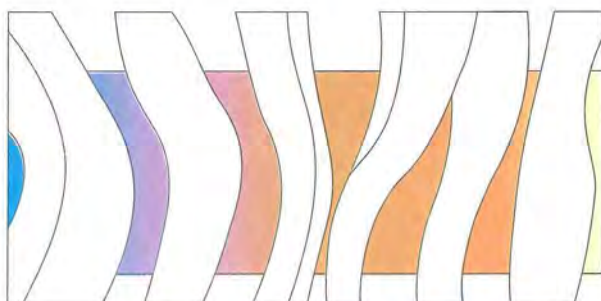


Ministro
PAULO Geraldo de Oliveira **MEDINA**
Posse em 26/6/2001

Ministro
LUIZ FUX
Posse em 29/11/2001



Composição do STJ e do CJF



Composição do STJ

Composição do Superior Tribunal de Justiça ao encerrar o biênio 2000/2002

PLENÁRIO

Ministros

Presidente

Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite

Vice-Presidente

Nilson Vital Naves

Antônio de Pádua Ribeiro

Edson Carvalho Vidigal

Jacy Garcia Vieira

Diretor da Revista

Luiz Carlos **Fontes de Alencar**

Sálvio de Figueiredo Teixeira

Raphael de **Barros Monteiro** Filho

Francisco **Peçanha Martins**

Humberto **Gomes de Barros**

Coordenador-Geral da Justiça Federal

Milton Luiz Pereira

Francisco Cesar **Asfor Rocha**

Ruy Rosado de Aguiar Júnior

Vicente Leal de Araújo

Ari Pargendler

José Augusto Delgado

José Arnaldo da Fonseca

Fernando Gonçalves

Carlos Alberto Menezes Direito

Felix Fischer

Aldir Guimarães Passarinho Junior

Gilson Langaro Dipp

Hamilton Carvalhido

Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini

Eliana Calmon Alves

Paulo Benjamin Fragoso Gallotti

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Domingos **Franciulli Netto**

Fátima Nancy **Andrighi**

Sebastião de Oliveira Castro Filho

Laurita Hilário Vaz

Paulo Geraldo de Oliveira Medina

Luiz Fux



CORTE ESPECIAL

Ministros

Presidente

Paulo Costa Leite

Antônio de Pádua Ribeiro

Nilson Naves

Edson Vidigal

Garcia Vieira

Fontes de Alencar

Sálvio de Figueiredo

Barros Monteiro

Francisco Peçanha Martins

Humberto Gomes de Barros

Milton Luiz Pereira

Cesar Asfor Rocha

Ruy Rosado de Aguiar

Vicente Leal

Ari Pargendler

José Delgado

José Arnaldo

Fernando Gonçalves

Felix Fischer

Eliana Calmon

Francisco Falcão

PRIMEIRA SEÇÃO

Ministros

Presidente

José Delgado

Garcia Vieira

Francisco Peçanha Martins

Humberto Gomes de Barros

Eliana Calmon

Francisco Falcão

Franciulli Netto

Laurita Vaz

Paulo Medina

Luiz Fux

PRIMEIRA TURMA

Ministros

Presidente

Francisco Falcão

Garcia Vieira

Humberto Gomes de Barros

José Delgado

Luiz Fux

SEGUNDA TURMA

Ministros

Presidente

Eliana Calmon

Francisco Peçanha Martins

Franciulli Netto

Laurita Vaz

Paulo Medina



SEGUNDA SEÇÃO

Ministros

Presidente

Barros Monteiro

Antônio de Pádua Ribeiro

Sálvio de Figueiredo

Cesar Asfor Rocha

Ruy Rosado de Aguiar

Ari Pargendler

Carlos Alberto Menezes Direito

Aldir Passarinho Junior

Nancy Andrighi

Castro Filho

TERCEIRA TURMA

Ministros

Presidente

Ari Pargendler

Antônio de Pádua Ribeiro

Carlos Alberto Menezes Direito

Nancy Andrighi

Castro Filho

QUARTA TURMA

Ministros

Presidente

Cesar Asfor Rocha

Sálvio de Figueiredo

Barros Monteiro

Ruy Rosado de Aguiar

Aldir Passarinho Junior

TERCEIRA SEÇÃO

Ministros

Presidente

José Arnaldo

Edson Vidigal

Fontes de Alencar

Vicente Leal

Fernando Gonçalves

Felix Fischer

Gilson Dipp

Hamilton Carvalhido

Jorge Scartezzini

Paulo Gallotti

QUINTA TURMA

Ministros

Presidente

Felix Fischer

Edson Vidigal

José Arnaldo

Gilson Dipp

Jorge Scartezzini

SEXTA TURMA

Ministros

Presidente

Fernando Gonçalves

Fontes de Alencar

Vicente Leal

Hamilton Carvalhido

Paulo Gallotti



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ministros

Presidente

Paulo Costa Leite

Antônio de Pádua Ribeiro

Nilson Naves

Edson Vidigal

Garcia Vieira

Fontes de Alencar

Sálvio de Figueiredo

Barros Monteiro

Francisco Peçanha Martins

Humberto Gomes de Barros

Milton Luiz Pereira

Vicente Leal

Ari Pargendler

José Arnaldo

Eliana Calmon

COMISSÃO DE REG. INTERNO

Ministros

Presidente

Sálvio de Figueiredo

Vicente Leal

José Delgado

Suplente

Aldir Passarinho Junior

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Ministros

Presidente

Humberto Gomes de Barros

Cesar Asfor Rocha

Fernando Gonçalves

Suplente

Carlos Alberto Menezes Direito

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Ministros

Presidente

Antônio de Pádua Ribeiro

Garcia Vieira

Fontes de Alencar

Barros Monteiro

José Arnaldo

Eliana Calmon

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

Ministros

Presidente

Edson Vidigal

Milton Luiz Pereira

Ruy Rosado de Aguiar

Suplente

Felix Fischer



Composição do CJF

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL *

Presidente

Ministro **Paulo Costa Leite**

Vice-Presidente

Ministro **Nilson Naves**

Coordenador-Geral da Justiça Federal

Ministro **Milton Luiz Pereira**

Juiz **Tourinho Neto** – TRF 1ª

Dr. **Arnaldo Lima** – TRF 2ª

Dr. **Márcio José de Moraes** – TRF 3ª

Dr. **Teori Albino Zavascki** – TRF 4ª

Dr. **Geraldo Apoliano** – TRF 5ª

SUPLENTES

Ministro **Vicente Leal**

Ministro **Ari Pargendler**

Ministro **José Delgado**

Juiz **Catão Alves** – TRF 1ª

Dr. **Chalu Barbosa** – TRF 2ª

Dra. **Annamaria Pimentel** – TRF 3ª

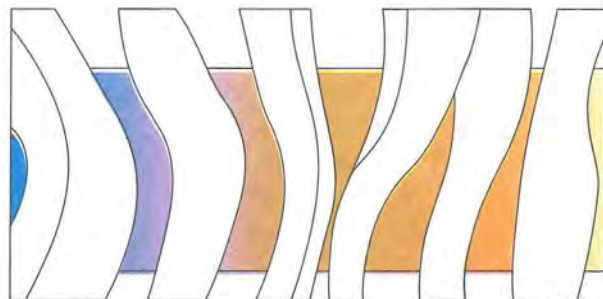
Dr. **Nylson Paim de Abreu** – TRF 4ª

Dr. **Ubaldo Ataíde** – TRF 5ª

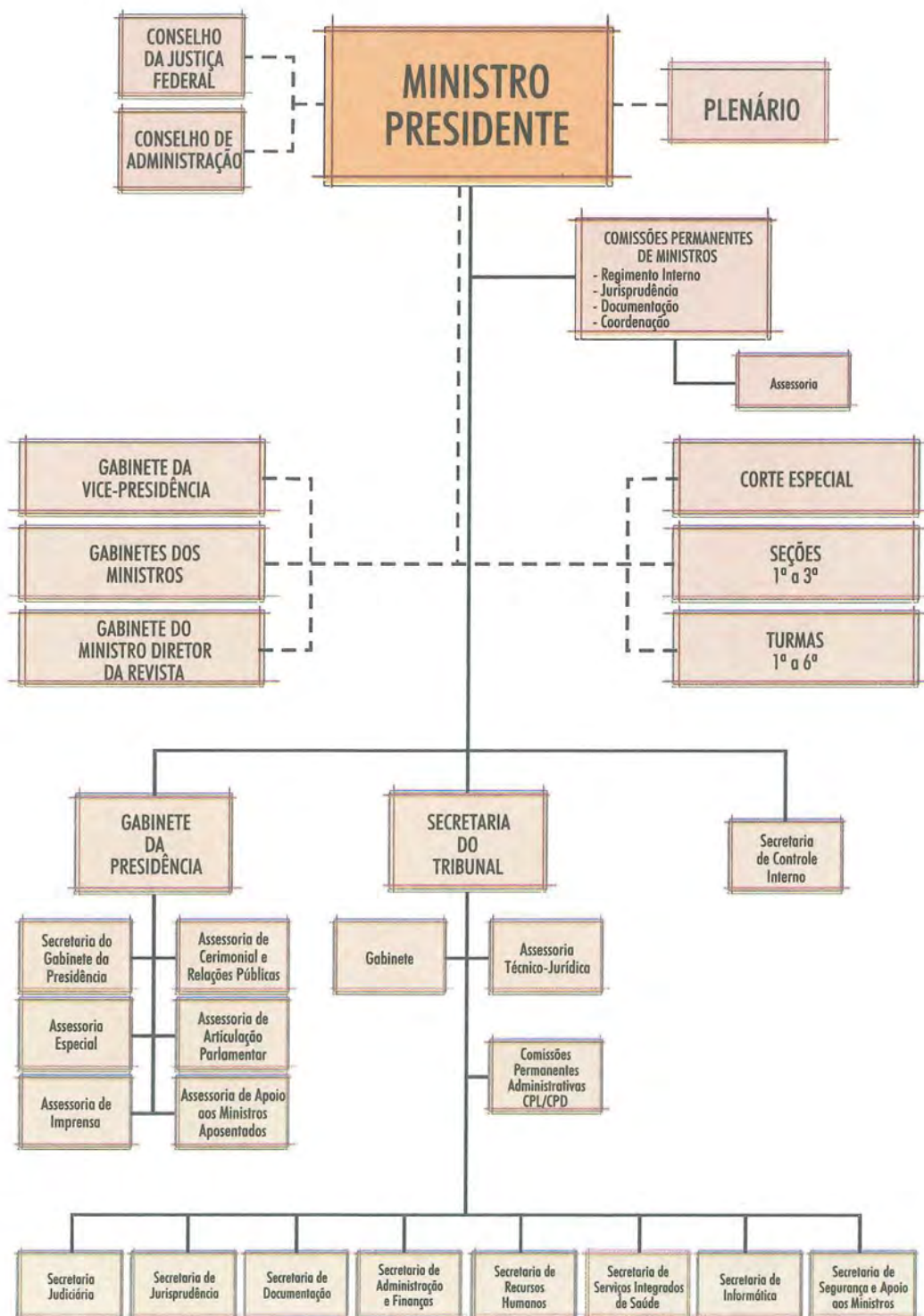
* Art. 6º, RISTJ.



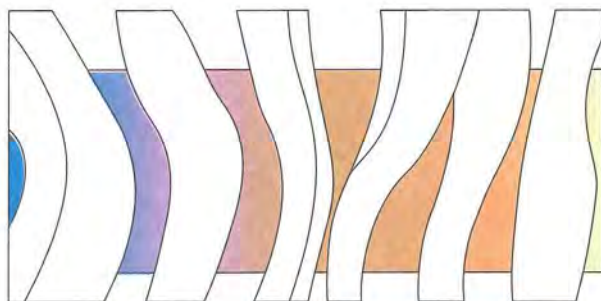
Organograma



Organograma



Apresentação



Apresentação

Cumprindo prescrição regimental (art. 21, XXX), passo a apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça durante a minha gestão, de 3 de abril de 2000 a 3 de abril de 2002.

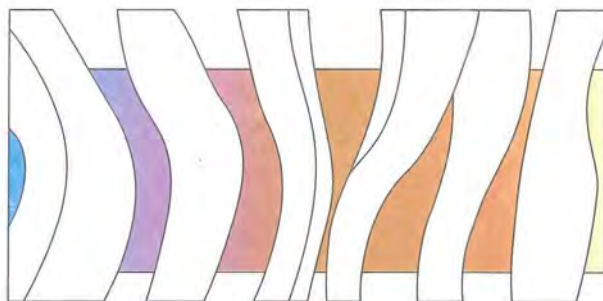
Nas palavras que proferi ao ser empossado no cargo de Presidente, transcritas no próximo capítulo, tracei as linhas mestras que norteariam a gestão: a aproximação da Justiça ao povo e o aprimoramento e o fortalecimento institucional.

Em relação ao primeiro objetivo, trabalhamos com duas perspectivas: aproximar a Justiça do povo no sentido de fazê-la transparente ao cidadão (permitindo-lhe conhecê-la: aos seus métodos e à sua estrutura) e no sentido de estar próxima quando o povo dela necessita (mesmo nas regiões mais remotas).

Quanto ao segundo, foram envidados esforços também em duas direções: o aprimoramento do Superior Tribunal de Justiça, pois somente uma instituição bem aparelhada, moderna, com servidores preparados pode assegurar a contínua melhoria da prestação dos serviços, o que significaria propiciar ao povo uma justiça célere, acessível e efetiva. A mesma política de busca de qualidade norteou minha gestão à frente do Conselho da Justiça Federal. Em uma segunda vertente, procurou-se contribuir com os outros Poderes com vista ao aperfeiçoamento das normas para que estas sejam não um empecilho à prestação jurisdicional célere, mas o imperativo a garanti-la.

Como se constatará nas próximas páginas, durante o biênio, as ações desenvolvidas no âmbito do Tribunal buscaram a concretização de tais objetivos, com resultados, a nosso ver, bastante satisfatórios.

Palavras do Presidente



Palavras do Presidente *(extraídas do discurso de posse)*

Senhoras e Senhores, assumo a Presidência do Superior Tribunal de Justiça em momento de grandes transformações e questionamentos na vida política e institucional do nosso País. Temas de vital importância, como a Reforma do Poder Judiciário, que, durante tantos anos, estiveram restritos a círculos especializados, ganham espaço e ressonância na mídia e chegam ao conhecimento do cidadão comum.

Vivemos um tempo em que a instantaneidade das comunicações já não permite a existência de torres de marfim. Não há espaço para instituições fechadas, impermeáveis à opinião pública, sobretudo no âmbito do Estado.

A Justiça, entre nós, tem sido instada a rever antigos condicionamentos e a abrir-se, participando mais efetivamente do debate político-institucional. Essa é uma mudança que ocorre de fora para dentro. É a sociedade civil brasileira, a qual, mais madura e participativa, sente-se no direito de influir no processo decisório e de questionar as instituições.

Considero esse um dado positivo. É importante que o cidadão contribuinte, que sustenta as instituições do Estado com os seus impostos, conheça não apenas as decisões que terão repercussão na sua vida, mas as suas causas e os interesses a que atendem.

Dentro desse novo ambiente psicossocial, o Poder Judiciário tem sido um dos mais questionados. Houve, recentemente, no âmbito do Senado Federal, uma CPI voltada ao exame de denúncias envolvendo magistrados. Na Câmara dos Deputados, tramita proposta de reforma do Poder Judiciário, cujos principais pontos têm sido objeto de aceso debate nacional. A iminência de uma inédita greve da magistratura no plano federal causou grande comoção.

Tudo isso serviu para nos colocar na berlinda, expondo-nos a críticas nem sempre legítimas, nem sempre procedentes. Acabamos sendo injustamente ridicularizados e execrados, além de submetidos ao papel de bode expiatório das instituições da República.

Foi assim, por exemplo, com relação à discussão do teto salarial para o serviço público. Passou-se à sociedade a idéia de que por trás havia uma reivindicação salarial da magistratura, de que iria onerar o Tesouro Nacional.

Não se tratava nem de uma coisa nem de outra. A verdade é que a fixação do teto implica redução de salários dos grandes privilegiados do serviço público e contraria interesses inconfessáveis enraizados na máquina administrativa. Trará economia aos cofres públicos. Corrigirá as graves distorções salariais hoje existentes e colocará um ponto final em uma desgastante discussão que se arrasta já há alguns anos.

Nada disso ficou evidente - e não ficou porque faltou determinação para enfrentar o assunto com clareza e objetividade. Reflexos residuais da síndrome da torre de marfim.

Impende deixar claro que a magistratura pretende tão-só remuneração condizente com as suas altas responsabilidades. Trata-se de uma atividade que exige dedicação exclusiva. O juiz pode, no máximo, acumular um cargo de professor,



cujos vencimentos são, em regra, mais modestos do que os seus.

Um juiz adequadamente remunerado é, antes de tudo, fundamento de segurança para a sociedade. Não se cogita, pois, de privilégio, como levemente tentaram passar à opinião pública.

A propósito, convém que se alerte a Nação sobre o problema, cada dia mais grave, do recrutamento de juízes. Projetadas as dificuldades existentes, que têm forte relação com a questão salarial, corremos o sério risco de, num futuro não muito distante, entregar a jurisdição nas mãos de pessoas sem a necessária qualificação profissional e moral. Pergunto: o povo brasileiro quer isso? Certamente não. É chegada, portanto, a hora de abordar a questão salarial da magistratura de maneira racional, sem paixão nem hipocrisia.

Senhoras e Senhores, na minha gestão, estou determinado a buscar cada vez mais a visibilidade. Queremos um Tribunal em que as pessoas confiem e se sintam efetivamente atendidas nas suas demandas. O Superior Tribunal de Justiça precisa aproximar-se ainda mais da sociedade, para que ela saiba o que faz, como o faz e por que o faz. A comunicação é algo essencial. A idéia de que o juiz só deve falar nos autos precisa ser revista e entendida na sua real dimensão. É princípio que se aplica aos casos concretos a ele submetidos, não porém a questões institucionais.

Quanto a essas, os juízes não só podem como devem falar, principalmente os dirigentes dos tribunais. O Judiciário é também um Poder político, que precisa fazer-se ouvir, com autoridade e firmeza, sem esquecer, é claro, os postulados da democracia, indicadores do caminho do diálogo. Intolerância e intransigência não se coadunam com a prática democrática.

Corretíssima, a meu sentir, esta observação, feita pelo amigo e eminente jurista Renê Ariel Dotti em carta que recentemente me enviou: "... o juiz moderno e participante dos anseios de um Estado democrático de direito não pode se confinar nas folhas dos processos ou se isolar nos gabinetes ou salas de sessões". Tal como acrescentou, "... essa postura antiga e distante da realidade social e humana equivale a uma deserção civil".

Os princípios basilares da Justiça, no cumprimento dos seus deveres institucionais elementares, para tornar efetiva a proteção dos direitos individuais e coletivos, são a universalidade - isto é, a sua capacidade de atender a todos - e a presteza.

Como é sabido, o Judiciário lida com dificuldades diversas. A morosidade é freqüentemente apontada como principal causa da sua crise de credibilidade. Não se nega que há muito por fazer no âmbito interno, mas há fatores externos que não podem ser esquecidos.

É bom lembrar, em primeiro lugar, que a revitalização da ordem jurídica brasileira, com o advento da Constituição de 1988, fez com que as pessoas procurassem mais o Judiciário. A excessiva litigiosidade da administração pública em todos os seus níveis e as seqüelas de planos econômicos fracassados, por sua vez, abarrotaram de processos os juízos e tribunais. Some-se a isso a ridícula



relação juiz por número de habitantes no nosso País, além do quadro de instabilidade jurídica resultante de um processo legislativo anômalo e ainda não-regulamentado, que é o das medidas provisórias.

Por fim, é de rigor que se intensifiquem os trabalhos de reforma das leis processuais. O anacronismo processual vem retardando a solução dos conflitos, impedindo que a Justiça seja mais rápida no atendimento das demandas da sociedade.

A reforma do Judiciário que se desenha à nossa vista está contemplando, prioritariamente, aspectos estruturais. Não é dado ignorar, entretanto, os graves problemas de natureza operacional do Judiciário. Além de buscar a modernização do processo, temos de encontrar soluções capazes de levar a Justiça, cada vez mais, para perto da sociedade. Isso nem sempre requer medidas de grande complexidade, de elevados custos. Precisamos ser mais ativos e criativos dentro da meta de aproximar a Justiça do povo.

Nesse sentido, os juizados especiais são experiência altamente vitoriosa. A sua implantação no âmbito da Justiça Federal está em via de ocorrer - já há uma comissão trabalhando no anteprojeto. Serão de grande valia, sobretudo em relação às causas previdenciárias, que exigem pronta, imediata solução. A Justiça itinerante, uma realidade em algumas unidades da Federação, é algo notável. Em tema de acesso ao Judiciário, porém, é fundamental que se organize a Defensoria Pública. No plano federal, ela não existe, não obstante se tratar de instrumento básico para a parcela menos favorecida poder exercer a cidadania na sua plenitude.

Tornando à Reforma do Judiciário, é pesaroso constatar que, no patamar da jurisdição, em termos operacionais, nada há a destacar de positivo a respeito do Superior Tribunal de Justiça.

Ainda não se vive aqui, é bem verdade, uma situação caótica. Veja-se que, dos 621.783 processos que chegaram desde a instalação, foram julgados 568.944. A parte remanescente corresponde ao trabalho de um semestre, pois o Tribunal tem julgado cerca de 120.000 feitos por ano. Isso revela operosidade e admirável consciência profissional, entretanto indica claramente que, no futuro, esta Corte poderá inviabilizar-se, caso nada seja feito.

É preciso valorizar mais as decisões das instâncias ordinárias. É injustificável mobilizar o grau extraordinário de jurisdição para causas que se esgotam no plano do conflito intersubjetivo, sem nenhuma relevância para a Federação.

Se não forem adotados os mecanismos de contenção de recursos previstos para o Supremo Tribunal Federal, especialmente o relativo à repercussão geral da questão, seja permitido, então, que a lei ordinária discipline casos de inadmissibilidade do recurso especial. A meu ver, trata-se de uma boa alternativa.

Com a Reforma, o Superior Tribunal de Justiça deverá receber nova e relevante incumbência. Refiro-me à Escola Nacional da Magistratura, cuja institucionalização-representará decisivo passo no processo de modernização do Poder Judiciário brasileiro.



Vejo-a como órgão central de um sistema integrado pelas escolas de magistratura estaduais e federais, atuando no plano normativo, e como formuladora de políticas concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos nossos juizes. Cumpra acentuar outro papel importantíssimo que terá, qual seja, o de proceder a estudos e pesquisas com vistas ao aprimoramento institucional e à melhoria da prestação jurisdicional.

Ponto dos mais controvertidos da Reforma é o concernente ao controle externo que intentam implantar. Tenho posição firme a respeito disso. Tendo em mira a defesa da imensa maioria, da quase totalidade dos nossos juizes, convenci-me da conveniência de um mecanismo correicional fora do âmbito dos tribunais, na compreensão de que o modelo atual é falho. As poucas “maças podres” não podem comprometer todo um organismo, como, de modo lamentável, tem acontecido. O Judiciário quer rapidamente livrar-se delas.

Todavia o controle externo que se propõe é retrocesso e representa grave ameaça à Instituição. Não vejo como conciliar a composição cogitada na proposta de Reforma com os grandes avanços e conquistas da Constituição de 1988, em termos de autonomia e independência do Poder Judiciário.

Nessa ordem de idéias, preconizo que o Conselho Nacional de Justiça seja integrado exclusivamente por membros do Poder Judiciário, com o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Procurador-Geral da República funcionando perante ele como órgãos de provocação.

Senhoras e Senhores, no momento em que assumo a honrosa missão de presidir esta alta Corte de Justiça, a qual integro desde a sua criação, arco, estou certo, com responsabilidades elevadas, que hão de me exigir coragem e obstinação. Rogo a Deus que jamais me faltem esses predicados e peço aos meus Pares o apoio indispensável ao cumprimento de tão elevado mister. Terei ao meu lado o eminente Ministro Nilson Naves. Talentoso, portador de sólida cultura jurídica e vasta experiência, demonstrando sempre competência e zelo inexcedíveis nos encargos que lhe foram cometidos ao longo da brilhante trajetória profissional, será um prestimoso parceiro na ingente e desafiadora tarefa de administrar a Casa.

Com o entusiasmo do mineiro, que, como diz João Neves da Fontoura, parece-se com os rios da serra, que brotam gota a gota, sem rumor e sem pressa, das vertentes profundas do sentimento íntimo, Sua Excelência, certamente, será um grande contraponto para a violenta arrancada que, segundo aquele notável orador, caracteriza o impulso dos gaúchos.

É hora de render homenagens ao meu antecessor e amigo, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Tive o privilégio e a honra, há dois anos, de saudá-lo neste mesmo Plenário, em nome da Corte, quando da sua posse na presidência do Tribunal. Com grande descortino, perfeito conhecimento dos problemas do Judiciário e invejável visão institucional, atributos que salientei naquela ocasião, Sua Excelência, com atuação balizada sempre pelo interesse público, deixou indelevelmente marcada a sua passagem pela presidência. A volta à bancada de julga-



mento se dará com a reconfortante certeza do dever cumprido.

Sei que, ao longo da minha árdua missão, poderei contar com a sua experiência e ajuda, que me serão de inestimável valia.

Quero, por fim, agradecer as manifestações de apoio dos meus Colegas, com os quais pretendo compartilhar a minha missão, consultando-os sistematicamente. Estou certo, ainda, de que terei todo o apoio do excepcional corpo de funcionários, que jamais mediu esforços nem poupou sacrifícios para fazer desta Corte uma instituição exemplar.

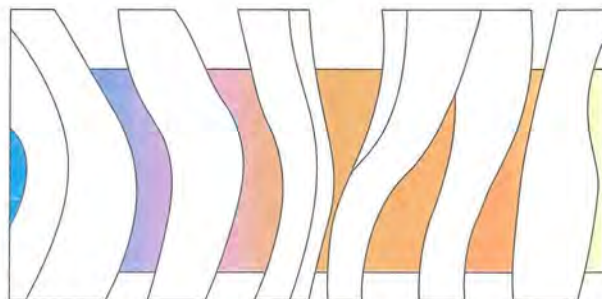
O Brasil precisa de um Judiciário eficiente e acessível a todos. Sem Justiça efetiva, não há Estado democrático de direito, nem civilização digna desse nome. Nosso desafio é, cada vez mais, lutar pela melhoria dos serviços jurisdicionais da Nação. Fazendo isso, estaremos contribuindo, de maneira significativa, para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento das instituições e o triunfo do bem comum.

Que o Senhor nos abençoe e ilumine hoje e sempre.



Atividades Judicantes

Secretaria Judiciária
Assessoria Especial



Atividades Judicantes

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Um aspecto que se tem mantido constante desde a instalação do Tribunal é o fato de o número de processos recebidos crescer anualmente, sejam os aqui originados ou os recursais. Para atender às exigências surgidas a cada dia e poder dar vazão à massa de feitos, a Secretaria Judiciária intensificou o trabalho de aperfeiçoamento das rotinas de processamento nas suas áreas de competência: protocolo, autuação, classificação, distribuição, informações ao público, taquigrafia e estatística.

A seguir, serão apresentados dados relativos ao biênio (até 28 de fevereiro de 2002). Após, para permitir uma análise comparativa, foram incluídos os dados referentes ao período de janeiro a março de 2000 (quando ainda era ocupante da Presidência o Exmo. Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro). Assim, quando se faz o cotejo estatístico, está-se considerando o intervalo entre 2 de janeiro a 31 de dezembro dos anos citados.

Processos e Petições

Entre a data da posse do Exmo. Sr. Ministro Paulo Costa Leite e o dia 28 de fevereiro de 2002, foram recebidos neste Tribunal 327.683 processos, autuados 335.159 (computados 12.576 originários e 322.583 recursos) e distribuídos 330.071. No mesmo intervalo, julgaram-se 338.869 feitos, sendo de 11.878 a média de julgados por relator.

Somando-se os anos de 2000 e 2001, constata-se terem sido recebidos 330.836 processos. Comparados aos 213.389 relativos ao biênio anterior (1998 e 1999), observa-se um acréscimo de 55%. Praticamente a mesma variação (54%) ocorreu na quantidade de julgados, a saber: nos últimos dois anos, o total atingiu 352.777 feitos; nos dois anos antecedentes, chegara-se ao total de 229.509. Esses números demonstram, por um lado, o esforço dos membros e servidores da Casa para responder ao jurisdicionado. Por outro lado, são dados alarmantes que vêm corroborar a necessidade de regular o acesso de certas causas aos tribunais superiores.

Considerando a estatística processual separadamente, vê-se terem sido recebidos, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2000, 151.125 processos de competência recursal, significando um aumento de 46,89% em comparação a 1999, quando se atingiu um total de 102.878 processos.

Quanto às petições, deram aqui entrada 69.793 delas; em relação ao volume de 47.383 do exercício de 1999, tem-se um acréscimo de 47,29%.

No mesmo período, foram autuados 147.318 processos, total que, em relação a 1999 (com 114.018), corresponde a uma elevação de 29,20%.

Distribuíram-se 150.738 processos, somados os 5.100 remanescentes do ano anterior. Nesse montante, estão computados os recursais, os originários, os atribuídos e os redistribuídos. No caso, houve um crescimento da ordem de 27,71% em relação aos 118.977 distribuídos em 1999.



Os dados estatísticos coletados em 2000 demonstram terem sido julgados 154.164 processos, o que corresponde, em valores percentuais, a um aumento de 20,40% em comparação aos 128.042 de 1999. A média de julgados, por relator, foi de 5.445 feitos contra 4.857 do ano anterior.

Em 2001, foram recebidos 179.711 processos de competência recursal. Em 2000, esse número totalizara 151.125 feitos, o que significa um acréscimo de 19%.

O número de petições, em 2001, teve uma variação de 9,91%, alcançando 70.545, comparadas às 64.182 registradas em igual período do ano anterior. No tocante às petições via fac-símile, registrou-se um aumento de 34,14%, passando de 5.158 para 6.919.

Foram autuados 189.515 processos recursais, quantidade que, comparada aos 147.318 de 2000, corresponde a um crescimento de 29%. Estão computados 6.291 feitos originários e 183.224 recursos.

Em agosto, foi implementado um mutirão destinado à autuação de processos relativos ao FGTS, os quais, na época, somavam cerca de 60.000. Restam pendentes de autuação em torno de novecentos processos referentes à matéria.

Foram distribuídos 184.478 processos, computando-se os recursais, os originários, os atribuídos e os redistribuídos. Em relação aos 150.738 do ano de 2000, houve uma elevação de 22,38%.

No tocante aos julgamentos, os Ministros desta Corte julgaram, no total, 198.613 processos, o que significa um crescimento de 28,83% em comparação aos 154.164 julgados em 2000. A média por relator foi de 6.908 feitos contra 5.445 em 2000, representando um aumento de 27%.

Importa ressaltar, diante de tais números, a disposição dos integrantes desta Casa para despender esforços cada vez maiores a fim de atender à demanda da sociedade por justiça célere, a qual só nesse caso pode ser efetiva.

Apoio aos Advogados

Foram recebidos, vindos de todos os estados, 8.887 advogados, sendo que 4.500 deles em 2000 e 4.387 em 2001. Nos dois primeiros meses de 2002, já são 504 os atendidos. Além desse serviço na sala devidamente equipada para dar-lhes apoio logístico, os advogados receberam assistência por meio eletrônico. Como é prioridade do Tribunal atualizar-se permanentemente,

STJ oferece apoio logístico aos advogados

o endereço eletrônico advogado@stj.gov.br foi bastante utilizado, resultando em uma maior celeridade dos trabalhos.



Protocolo Externo

Com o objetivo de facilitar o atendimento ao usuário dos serviços desta Corte, valorizando-o como cidadão, foi implantado o protocolo externo no dia 24 de setembro de 2001. Localizado no estacionamento do prédio da administração, funciona no horário das 13h às 17h e atende diariamente uma média de vinte advogados, que contam com a facilidade de entregar os documentos sem precisar sair do carro. Uma das maiores vantagens é a economia de tempo, pois, como o número de petições não pode ser superior a quinze por pessoa, cada automóvel permanece no máximo cinco minutos no boxe. Desde sua implantação, foram recebidas 1.098 petições.



*Protocolo externo:
atendimento sem sair do carro*

Taquigrafia

No ano 2000, a par de suas atividades de apanhamento taquigráfico das sessões de julgamento, bem como de palestras, seminários e encontros promovidos pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, a Subsecretaria de Taquigrafia recebeu, no concurso internacional "Best Choice", premiação pelo Sistema Integrado de Notas Taquigráficas, aqui desenvolvido, considerado, nesse certame, o melhor aplicativo do sistema Lotus.

Em 2001, o mesmo sistema foi apresentado a representantes do Tribunal Regional Federal da 1ª e da 4ª Região e divulgado no "Congresso Internacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária", realizado em Porto Alegre, o qual contou com a participação de delegações da Argentina, do Chile, da Espanha e do Uruguai e com a presença de taquígrafos de várias instituições brasileiras.

Outras Atividades em 2001

Por iniciativa desta Casa, foi promovido o 1º Encontro dos Secretários dos Tribunais Federais (Tribunais Regionais Federais), Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Supremo Tribunal Federal, propondo a criação de grupo de trabalho permanente, com o objetivo de iniciar a discussão sobre a melhoria dos serviços do Poder Judiciário e a redução dos custos e do tempo gasto nos trabalhos. Na ocasião, foram levantadas as dificuldades e os principais desafios enfrentados pelos tribunais: elaboração da tabela de assuntos e classes unificadas, implantação de numeração única, com códigos de barras, implantação da capa única, padronização de tabela de custas e de procedimentos administrativo-judiciais, criação da imprensa judiciária da União e revisão estrutural das áreas judiciárias.



Reconhecido o excelente trabalho desenvolvido no Tribunal, a Secretaria Judiciária participou, em Baltimore, Estados Unidos, da Sétima Conferência de Tecnologia para as Cortes, divulgando o Tribunal por intermédio da distribuição de fôlder em inglês. Além disso, coordenou a comissão de análise dos trabalhos e estruturação dos painéis da III Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário.

A gestora dessa Secretaria proferiu, durante a III Mostra dos Trabalhos da Qualidade, palestra sobre o tema "A Corte do Século XXI", em que relatou visita realizada na William and Mary School of Law, 21 Courtroom Project, em Williamsburg, Virgínia, Estados Unidos.

ASSESSORIA ESPECIAL

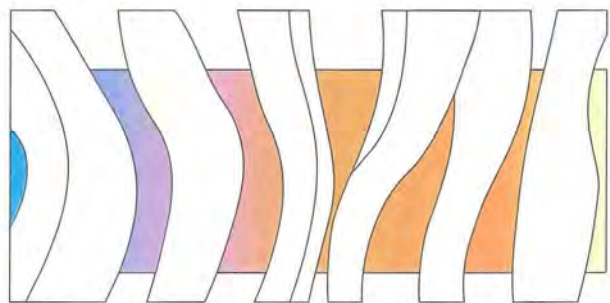
Sempre atenta à missão precípua do Tribunal de zelar pela autoridade da lei federal e uniformizar a sua interpretação, a Presidência, contando com o trabalho eficiente da Assessoria Especial, apreciou, no biênio, 501 processos com pedido de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença em mandado de segurança, 290 em suspensão de segurança e 211 em autos de petição.

Além disso, apreciou 1.899 habeas corpus, 594 medidas cautelares e 240 mandados de segurança e proferiu 582 despachos nos demais processos. Prestou, ainda, 3.804 informações sobre feitos distintos, atendendo solicitação do Supremo Tribunal Federal.



Atividades Sócio-Políticas

**Superior Tribunal de Justiça
Conselho da Justiça Federal**



Atividades Sócio-Políticas

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ao assumir a direção do Superior Tribunal de Justiça, externei a determinação de buscar a transparência e lutar por um Tribunal que estivesse mais perto da sociedade; um Tribunal em que as pessoas pudessem confiar e onde se sentissem efetivamente atendidas nas suas demandas - enfim, um Tribunal empenhado na efetivação da cidadania. Como meta primacial, propus o aprimoramento institucional, voltado a uma justiça célere, eficiente e acessível. Concomitantemente, defendi a imagem do Judiciário como Poder político, o qual precisa fazer-se ouvir com autoridade e firmeza, sem olvidar, contudo, os postulados da democracia. E o fiz porque imbuído, como homem público, da importância dos princípios éticos do Estado democrático de direito, cujos objetivos estão consubstanciados no preâmbulo da Constituição Federal.

Grandes esforços envidou a área administrativa, sempre em consonância com a filosofia e objetivos da instituição. A Secretaria do Tribunal conduziu a sua linha de ação para a melhoria da qualidade. Com tal desiderato, priorizou a otimização dos processos de trabalho, a eficiência e a eficácia dos resultados e a conseqüente satisfação dos cidadãos. Priorizou, ainda, o comprometimento e valorização dos servidores, inserindo-se aí a profissionalização dos gerentes, bem como a criação de canais de comunicação interna e de projetos voltados para a conscientização, educação e mudança de hábitos do corpo funcional. Deu especial relevo, também à administração dos recursos financeiros e racionamento das despesas, de forma que houve considerável redução de gastos.

Merece destaque a ampliação da grande conquista do Certificado ISO 9002/94, que colocou esta Corte, no âmbito mundial, como o primeiro tribunal superior a recebê-lo. O Sistema de Qualidade, implantado na Secretaria Judiciária, inicialmente abrangia a autuação, classificação e distribuição de cinco classes de feitos originários, no entanto já foi aprovada a sua extensão para vinte e três.

Dentre os benefícios decorrentes da certificação, sobressaem a maior confiabilidade dos serviços, cujo percentual de acerto já atinge quase 100%, e a crescente celeridade na tramitação dos processos: hoje, 75% deles chegam ao relator no mesmo dia da autuação.

Nesse intento, a Presidência não descuroou, durante o biênio, o relacionamento com os Poderes da República, com as autoridades civis e militares,



Presidente do STJ recebe certificado ISO 9002 conferido à Secretaria Judiciária



com os membros do corpo diplomático e com a sociedade, destinatária dos seus serviços.

Na busca de soluções para os problemas do Poder Judiciário, manteve intenso e proveitoso intercâmbio com o Congresso Nacional, acompanhando, com o apoio da Assessoria de Articulação Parlamentar, projetos de lei de interesse do Poder como um todo e do Tribunal em particular.

Como resultado, temos a comemorar a aprovação de importantes matérias, merecendo destaque o projeto que criou os juizados especiais no âmbito da Justiça Federal, em tramitação desde o ano 2000, ora transformado na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Para exemplificar o impacto positivo dessa aprovação, basta lembrar que as causas previdenciárias deixarão de abarrotar o Tribunal. Como a maioria delas refere-se a valores abaixo de sessenta salários mínimos, serão julgadas no âmbito daqueles Juizados, com a vantagem da rapidez e eficácia da prestação jurisdicional. Serão beneficiados os mais carentes, aposentados e pensionistas, que se verão livres de protelações infundadas e de precatórios.

Também merece referência a tramitação da PEC 29/2000, que trata da Reforma do Judiciário. Parte das emendas sugeridas pela comissão especial criada por esta Corte para acompanhar o projeto foi contemplada quando ele ainda se encontrava na Câmara. Durante o segundo semestre de 2001, foram aprovadas,

na Comissão de Justiça do Senado, algumas outras proposições da comissão, destacando-se a extensão da súmula vinculante ao STJ, o que virá emprestar maior celeridade à Justiça.

Com o propósito de aprimorar a prestação jurisdicional e aproximar a Justiça da população, esta Casa, em 2001, apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de criação de 183 varas na Justiça Federal. Transformado em lei, permitirá a interiorização da Justiça Federal, pois, no interior brasileiro, tem-se verificado uma crescente demanda por justiça, reprimida pela ausência quase total do Judiciário. Assim se facilitará ao cidadão que mora longe dos grandes centros o acesso à Justiça.

Visando manter relações harmônicas com os demais órgãos do Judiciário, com os outros Poderes e com a sociedade, a Presidência, contando com o competente trabalho da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, concedeu audiência a ministros, desembargadores, juízes, procuradores e advogados; aos presidentes das Casas Legislativas, a deputados e senadores; a ministros de estado, governadores, vice-governadores e prefeitos; de igual modo, a jornalistas e a



Cidadania: Ministro Paulo Costa Leite recebe em audiência representantes do MST



representantes de sindicatos e associações de diversas naturezas, bem como a pessoas da comunidade.

Nesse ponto, incluem-se a audiência concedida a uma delegação indígena e aquela em que foram recebidos representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, quando puderam expor os problemas que afligem esses segmentos da sociedade e debater propostas de solução.

Ademais, este Presidente foi recebido em audiência por autoridades dos três Poderes, entre as quais figuram o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

A esses contatos somam-se as viagens realizadas a distintos Estados, onde, a convite de instituições, este Presidente participou de inaugurações, homenagens, congressos, encontros e seminários. Em todas as ocasiões, fosse em breves palavras ou em conferências, houve a preocupação de divulgar a atuação do Superior Tribunal de Justiça e discutir os pontos concernentes à reforma do Judiciário.

Quanto às relações com organismos internacionais, recebeu a Presidência, em 2000, representantes da Corte Suprema de Justiça da Guatemala e delegação da *American Bar Association*, sob a coordenação do seu presidente e da presidente da Comissão de Relações Internacionais da mencionada instituição. Também participou este Presidente do Curso de Mediação promovido pela *National Center State Courts* e pela Associação dos Magistrados Brasileiros, realizado em *Williamsburg*, Estados Unidos. Em 2001, recebeu o Diretor-Executivo do Instituto para o Estudo e Desenvolvimento de Sistemas Legais, dos Estados Unidos, acompanhado da primeira-secretária e da assessora cultural da Embaixada americana, e o diretor da Escola Nacional de Magistratura da França, acompanhado do adido de cooperação da Embaixada francesa. Recebeu em audiência, ainda, um juiz do Tribunal de Apelações de San Diego, Califórnia, um membro da Universidade Americana de Advogados e um professor da Faculdade de Direito da Universidade de *Stanford*, todos representantes da organização americana dedicada ao "Estudo e Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários". Além disso, atendendo a convite, visitou o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e a Corte Constitucional da República da Itália. Na Argentina, coube-lhe presidir, no mesmo ano, a cerimônia de abertura do *I Encontro de Juízes Federais Argentinos e Brasileiros no Âmbito do Mercosul*.



Transparência: Ministro Paulo Costa Leite concede entrevista para divulgar atuação do STJ

Em fevereiro de 2002, foi realizado, nas dependências do Tribunal, o velório do Ministro Jesus Costa Lima. Coube à Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas proceder aos preparativos necessários aos ritos fúnebres. Para regular tais atribuições, foi elaborado um projeto com o fim de regulamentar as providências para exéquias de Ministros.

Mediante a proficiente atuação da Assessoria de Imprensa, várias entrevistas foram concedidas pelo Presidente, e contatos permanentes estabelecidos com órgãos da mídia local e nacional. Essas estratégias, aliadas à intensa divulgação das decisões tomadas pelo Superior Tribunal de Justiça, garantiram transparência à sociedade quanto ao posicionamento jurídico que ele adotou nas mais diversas questões de interesse nacional. Durante o ano de 2001, as 1.820 matérias jornalísticas produzidas pela Assessoria de Imprensa e publicadas na internet alcançaram mais de um milhão e trezentos mil acessos, numa média de 5.050 consultas diárias. Em comparação ao ano anterior – 1.324 matérias publicadas –, muito avançou o Tribunal rumo à consecução do propósito de aproximar a Justiça do povo.

Em treze dos principais órgãos da mídia impressa, foram publicadas notícias acerca das decisões colegiadas e monocráticas em 18.571 oportunidades. Procurou-

se dar destaque àquelas que repercutiram no cotidiano de toda a sociedade. Dessa forma, posições inovadoras assumidas pelos Senhores Ministros, mudanças de entendimento judicial e confirmações da jurisprudência sobre temas relevantes tiveram ampla divulgação.

Entre outras também importantes, situam-se as decisões que reconheceram o direito à correção dos saldos das contas do FGTS, a ilegalidade da exigência do pagamento de multas para licenciamento de veículos, a incidência do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários, de poupança e de compra e venda de imóveis, bem como o direito de propor ação, a qualquer tempo, em casos de registro falso de nascimento.

Além disso, posicionando-se não como mero espectador, mas como agente das transformações que a modernidade impõe, o Superior Tribunal de Justiça desponta, nos dias atuais, como Corte de vanguarda nas questões relativas a direito ambiental. De igual modo, no que concerne às conquistas dos cidadãos, a exemplo da Lei nº 10.173 – a lei do idoso. Muito antes da sua edição, já dava prioridade a causas nas quais fossem partes pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.



Servidores doam computador a menino de Caruaru (PE)



Em momento de grande emoção, foi recebido nesta Casa o garoto Luís Gustavo Cristóvão, de Caruaru-PE, cujo sonho é ser engenheiro da Nasa. Impregnados que são da filosofia reinante no Tribunal de contribuir para a efetivação da cidadania, os servidores doaram-lhe equipamentos de informática.

Pela exposição, evidencia-se que, para imprimir à realidade brasileira a cor da democracia, não precisamos criar novas fórmulas, nem propor novos conceitos ou valores. Necessitamos, tão-só, tornar aos princípios norteadores do Estado democrático de direito e transformá-los em ações direcionadas para os que estão na base da pirâmide social, restaurando-lhes a dignidade e proporcionando-lhes a real cidadania, sem exclusão.

Com toda razão, cabe hoje ao Superior Tribunal de Justiça o epíteto de "Tribunal da Cidadania".

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Na Presidência do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, o Ministro Paulo Costa Leite comprometeu-se com a defesa firme da imagem institucional do Poder Judiciário e, particularmente, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Essa defesa tem por objetivo mostrar à sociedade, com transparência e visibilidade, as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelo Judiciário.

Com efeito, para que se superem as dificuldades, que vêm sendo motivo de reiteradas críticas, especialmente no tocante à morosidade dos julgamentos, faz-se necessária uma verdadeira reforma no Poder Judiciário. Nesse sentido, tramita no Senado Federal proposta acerca da matéria que, se não é a melhor, já é um início das discussões das mudanças exigidas pela sociedade. Existem pontos importantes, como, por exemplo, a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça e cuja institucionalização representará decisivo passo no processo de modernização do Judiciário brasileiro. É fundamental, porém, que se intensifiquem os trabalhos de reforma das leis processuais, acabando com o anacronismo atual, que, retardando a solução dos conflitos, impedindo que a Justiça seja mais rápida no atendimento às demandas dos jurisdicionados, em detrimento de um de seus deveres basilares, que é o da presteza nos julgamentos.

Outro ponto importante da reforma é o fortalecimento do Conselho da Justiça Federal, como órgão central do sistema, avultando o efeito vinculante de suas decisões, o que consagrará a uniformidade de procedimentos na Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Nesse sentido, com a participação dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais no Colegiado, tem sido cada vez mais visível a integração do Conselho com a Justiça Federal, gerando bons resultados, especialmente no cumprimento uniforme das decisões aqui proferidas. Ainda no plano da necessária participação



de todos, em 2001, foi aprovada a presença da Associação dos Juizes Federais do Brasil nas sessões do Colegiado, com direito somente a voz.

Durante o exercício de 2000, foram realizadas doze sessões, sendo nove ordinárias e três extraordinárias, resultando no julgamento de sessenta processos. Além do mais, foram discutidos diversos assuntos de interesse da Justiça Federal: a aprovação das propostas orçamentárias da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dos anteprojetos de lei referentes à criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal e do Fundo Nacional de Reparcelamento da Justiça Federal - Funjufe.

No que concerne ao primeiro anteprojeto, anem-se os esforços empreendidos para a sua aprovação, que resultaram na edição da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001. Assim regulamentados, em 14 de janeiro de 2002, foram instalados os Juizados Especiais na Justiça Federal da Segunda, da Terceira, da Quarta e da Quinta Região. Os benefícios para a população podem ser medidos pelas seguintes conseqüências: facilidade no acesso à Justiça (em se tratando de processos de menor expressão econômica ou de menor potencial ofensivo) e no ressarcimento das partes menos favorecidas nas disputas contra a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, pois se tornam dispensáveis precatórios para a quitação de eventuais débitos, com evidente ganho de tempo. Além disso, o funcionamento desses Juizados ainda já neste ano desafogará a Justiça Federal de primeiro e segundo graus em razão do volume de processos que serão resolvidos imediatamente, sem a possibilidade de postergações desnecessárias.

Quanto ao anteprojeto relativo ao reaparelhamento da Justiça Federal, após análise efetuada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2001, foi remetido, por intermédio do Ministro da Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a quem compete encaminhá-lo ao Poder Legislativo.

No decorrer do biênio, acordos de cooperação técnica foram assinados pelo Conselho da Justiça Federal, voltados para o aprimoramento institucional. Em 2000, aquele celebrado com o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Previdência e Assistência Social, a Advocacia-Geral da União, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Serviço Federal de Processamento de Dados, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, a Caixa Econômica Federal e os Tribunais Regionais das 1ª e 3ª Regiões, visando à informatização dos processos de execução fiscal.

Em 2001, o Convênio de Cooperação Técnico-Institucional com o Banco Central do Brasil, tendo por objetivo permitir ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça que vierem a aderir o acesso, via internet, ao Sistema de Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central do Brasil. Assim, poderão os órgãos conveniados encaminhar às instituições financeiras e às demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central solicitação de informações sobre a existência de contas-correntes e aplicações financeiras, determinação de bloqueio e desbloqueio de contas e comunicação de decretação e extinção de falências envolvendo pessoas físicas e jurídicas clientes



do Sistema Financeiro Nacional, além de outras solicitações que vierem a ser definidas pelas partes. A importância desse Convênio, ao qual já aderiram os Tribunais Regionais Federais, confere-se pela agilidade na obtenção das informações, que podem ser prestadas em cerca de 24 horas.

Importante medida para aperfeiçoar os serviços foi a criação do Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal, que aproxima as Corregedorias dos Tribunais Regionais Federais.

Por unanimidade, o Conselho aprovou, em 2002, a celebração do Termo de Cooperação Técnico-Institucional com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, objetivando desenvolver ações no campo dos direitos humanos.

Também em 2002, ocorreu a adesão do Ministério Público Federal ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o Conselho e o Ministério da Fazenda, a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional de Seguro Social e a Caixa Econômica Federal, cuja finalidade é permitir aos órgãos interessados o acesso à Jurisprudência, ao inteiro teor dos acórdãos, sentenças, decisões e despachos, bem como às informações sobre a movimentação de processos de seu interesse, cadastrados nas bases de dados dos órgãos judiciários. Além do mais, permitir-lhes o tráfego nas redes de comunicação de dados, possibilitando o intercâmbio eletrônico de informações, tudo mediante utilização da rede de alta velocidade.

O Centro de Estudos Judiciários teve, como sempre, destacada atuação, dirigido pelos eminentes Ministros Hélio Mosimann (1999-2001), Humberto Gomes de Barros (junho a agosto de 2001) e Milton Luiz Pereira (2001-2003).

Considerando a importância da gestão das informações, na área de pesquisa e documentação, merece registro a elaboração de projeto básico e aquisição de um novo software de automação de bibliotecas, Thesaurus, para substituir o anterior, já obsoleto. Pela primeira vez, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau, um mesmo software, adquirido pelo CJF, será implantado nas 33 instituições em decorrência de ações conjuntas da Secretaria de Pesquisa e Documentação do Centro de Estudos Judiciários e da Secretaria de Informática.

A fim de subsidiar a comissão constituída por Ministros do STJ para a elaboração do projeto de lei que regulamentaria a criação dos Juizados Especiais na Justiça Federal, realizou-se a coleta de opiniões de 124 juizes federais por meio de questionários eletrônicos e impressos. O resultado constituiu o volume 7 da série Pesquisas do CEJ, publicado em 2001.

A Revista CEJ atingiu, em 2000, nível de excelência igual ao das principais revistas científicas mundiais pela primorosa seleção do conteúdo e pelo padrão e qualidade editoriais. Por meio de intercâmbio com a Revista, diversos títulos de publicações estrangeiras passaram a ser recebidos pelo CEJ. Sua divulgação na Internet e em CD-ROM permitiu o acesso a todos aqueles que não recebem a sua versão impressa.

Nesse ano, iniciaram-se as ações para a publicação da coleção Manuais de



Procedimentos da Justiça Federal, com oito volumes, cujo objetivo é orientar os servidores da Justiça Federal de primeiro grau, a critério dos respectivos juízes, no tocante aos procedimentos a serem adotados nos processos judiciais.

A área de ensino empregou todos os seus esforços para oferecer efetiva contribuição à sociedade jurídica, aprimorando e atualizando os mais diversos operadores do Direito – entre magistrados e servidores – e membros da sociedade civil organizada, buscando alcançar a primazia nas suas ações e tornar-se referência no ensino jurídico de qualidade, com redução de custos.

Nesse intento, promoveu, além de cursos a distância e curso por extensão, numerosos eventos de curta duração - além de apoiar diversas instituições na oferta de outros - tratando dos mais diferentes ramos do conhecimento, demonstrando, por exemplo, a preocupação com o exacerbado descontrole na utilização da água; fazendo a retrospectiva dos 500 anos do Direito Penal; refletindo sobre as novas tendências do projeto de Código Processual Civil; alertando sobre a criminalidade organizada; apresentando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e discutindo a real eficácia da Lei de Tortura; verificando as relações de trabalho no Brasil e no mundo; analisando doutrina e jurisprudência; propondo uma modernização ao Direito e, finalmente, trazendo aos membros do Poder Judiciário a oportunidade de discutir formas de agilizar e racionalizar a Justiça.

Em 2001, o Centro de Estudos Judiciários desenvolveu o projeto de pesquisa Carta Judiciária do Brasil, inserido nos objetivos do Programa Interdisciplinar Globalização Econômica e Direitos do Mercosul e do Programa de Gestão das Transformações Sociais, da Unesco, visando colaborar na produção do conhecimento relevante para a formulação de políticas públicas nas áreas de multiculturalismo, governabilidade urbana e globalização.

Para viabilizar a pesquisa, foram celebrados protocolos e acordos de cooperação técnica e científica com o Centro Integrado de Estudos, Pesquisa e Formação em Direito Comunitário e com a Associação dos Juízes Federais, Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho e Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Ademais, implantou o Sistema de Controle de Eventos, o qual possibilita o cadastramento e o gerenciamento de todos os cursos, o desenvolvimento e o acompanhamento dos cursos a distância, bem como a Gestão de Competência, que visa mapear a Justiça Federal no que se refere à habilidade, conhecimento e atitudes necessários ao exercício das suas funções.

Com a finalidade de atender à área de ensino, foi elaborada pesquisa para implantação do Sistema Televisivo de Educação Continuada e Informação Jurídica - TV Justiça Federal, cujo objetivo é proporcionar um canal de comunicação direto e transparente com a sociedade, mediante a divulgação das ações do Poder Judiciário.



Atividades Administrativas

Secretaria do Tribunal



Atividades Administrativas

SECRETARIA DO TRIBUNAL

GABINETE

No biênio, para cumprir as metas estabelecidas pelo Presidente em sua posse, entre elas o aprimoramento institucional, foram realizadas, no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, reuniões com os diretores-gerais dos tribunais superiores para discutir assuntos de interesse comum.

No mesmo propósito, desta vez no âmbito interno, houve reuniões do Conselho Deliberativo do Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal (Pró-Ser), nos quais se tratou do plano de trabalho, prestação de contas, alteração do regulamento do Programa, penalidades pelo uso indevido dos serviços e exclusão de dependentes.

Núcleo de Comunicação Interna

Criado junto ao Gabinete do Diretor-Geral, em maio de 2000, o Núcleo tem a responsabilidade de promover comunicação ágil e eficaz, em âmbito interno, prestando informação clara e direta com enfoque no ponto de vista dos colaboradores do Tribunal.

Boletim “Informe-se”

No primeiro ano, foram publicados oito números do boletim, contendo matérias sobre a visão estratégica da nova gestão, programa de qualidade do Tribunal, campanhas de saúde, combate ao fumo, prevenção ao câncer de mama, datas comemorativas, entre outras, reunindo todas as publicações internas. Em 2001, doze, destacando-se as notícias sobre sugestões do Tribunal para o aperfeiçoamento da Justiça e para torná-la mais rápida, programa de qualidade, clonagem humana, campanhas de saúde e datas comemorativas. Foi disponibilizado em rede, no mês de dezembro, o *Informe-se on line*, com as três últimas publicações.

Sistema *Publisher* de Notícias e Intranet

No sistema, que permite ao usuário receber as notícias no instante em que são enviadas, foram incluídas, em média, cinco notícias diárias. E via *intranet*, divulgadas cerca de 25 notícias mensais, todas de interesse do público interno.

Outras Atividades

Impende mencionar a veiculação de mensagens no contracheque; cobertura de eventos internos e de seminários internacionais realizados no Tribunal de interesse dos servidores para publicação no *Informe-se*; adequação do Boletim Interno para disponibilização na *intranet* e preparação da página de comunicação interna com o *Informe-se* eletrônico e as notícias do dia; criação do espaço para o



servidor no boletim *Informe-se on line*, denominado *Fale Conosco*, que possibilita ao servidor avaliar os serviços da comunicação interna e enviar, em tempo real, críticas e sugestões.

ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

À área jurídica coube a análise dos processos administrativos e judiciais de interesse direto da Administração. Nela transitaram, aproximadamente, 890 administrativos, versando sobre os mais variados assuntos, além de consultas jurídicas formuladas em expedientes apartados.

No tocante aos processos judiciais, atuou em mais de 220, relativamente a mandados de segurança impetrados contra atos de autoridades administrativas do Tribunal, ações ordinárias e ações trabalhistas nas quais o STJ foi indicado como responsável subsidiário. A atuação da Assessoria, nesse aspecto, destacou-se pelo fornecimento de subsídios às Procuradorias da Advocacia-Geral da União e, em se tratando de matéria trabalhista, pelo comparecimento aos tribunais na condição de preposto.

Auxiliou, outrossim, na elaboração de informações pertinentes às diligências do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, assim como colaborou com órgãos técnicos do Tribunal quando havia interesse de se promoverem regulamentações internas.

Atuou, sob a coordenação do Diretor-Geral, na elaboração de minutas dos convênios que foram firmados com outros entes públicos, a exemplo do Acordo de Cooperação Técnico-Institucional celebrado entre o Banco Central, o Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, para fins de acesso ao Sistema BACEN JUD, o qual tem por escopo agilizar a prestação de informações por aquela autarquia às autoridades judiciárias do País.

Ademais, assistiu à Assessoria Especial da Presidência por ocasião do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade que versava sobre a reposição salarial relativa à conversão da URV no real; atuou na emissão de pareceres referentes a questões administrativas; elaborou os relatórios de gestão da Secretaria do Tribunal dos exercícios de 1999 e 2000, enviados ao Tribunal de Contas da União. Quanto ao orçamento de 2000 e 2001, assessorou as atividades seguintes: execução orçamentária, concessão de créditos complementares junto à Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan e elaboração do projeto de lei orçamentária.

O Núcleo de Normatização do Sistema da Qualidade elaborou e manteve atualizadas as instruções de trabalho; codificou os documentos normativos do Sistema da Qualidade; analisou criticamente a documentação concernente ao Sistema da Qualidade e aos requisitos da Norma ISO 9002 e aprovou propostas de elaboração e alteração de documentos. Em 2000, essas atividades visaram à ampliação da abrangência da certificação nas áreas de atuação, classificação e distribuição dos processos originários, passando de cinco para vinte e três classes.



Foram elaborados, também, macrofluxos das atividades a cargo do Gabinete do Diretor da Revista e da Subsecretaria de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa, bem como iniciada a descrição das instruções de trabalho dessas unidades.

No exercício de 2001, as ações voltaram-se para a adequação do escopo da Secretaria Judiciária, em função da implantação do Sistema Integrado da Atividade Judiciária, culminando com a manutenção da certificação; para a nova certificação no Gabinete do Diretor da Revista e para o início do processo de certificação do Protocolo Judicial e da Subsecretaria de Orçamento e Finanças.

Em 2000, a área de Arquitetura elaborou projetos de ambientação para Gabinetes de Ministros e unidades da Secretaria do Tribunal e pareceres técnicos e encaminhamentos referentes à reforma do espaço físico da Representação desta Corte no Estado de São Paulo. Além disso, elaborou o mapa de localização de ambientes e o projeto de reciclagem de lixo do Tribunal.

Acompanhou, junto à Administração Regional do Plano Piloto, o andamento do processo relacionado com as cercas externas da sede e realizou estudo para a fixação do gabinete simples do segundo pavimento do edifício Ministros I, como reserva técnica para a mudança de gabinetes de Ministros.

Em 2001, a área foi responsável pela análise das medidas propostas pela CEB objetivando à diminuição do consumo de energia, bem como pela elaboração de estudos e idéias para a campanha destinada ao mesmo fim.

Elaborou o mapa das placas de sinalização viária indicativas da sede do Tribunal e o expediente dirigido ao Secretário de Viação e Obras/GDF, no qual foi solicitada a colocação das placas.

Redigiu, ainda, o *Manual de orientação sobre o uso das prerrogativas decorrentes do exercício do cargo de Ministro do STJ*, a ser entregue aos novos Ministros da Casa, e o parecer técnico sobre o projeto de revitalização do subsolo do bloco do Plenário.

O Núcleo da Qualidade, entre outras atividades, coordenou, em 2001, a implantação da Pesquisa de Satisfação do Usuário, que foi disponibilizada pela *internet* (usuário externo), pela *intranet* (usuário interno) e por meio de formulários. A pesquisa foi desenvolvida para atender às demandas das Secretarias do Tribunal, as quais ressaltaram, no Planejamento Estratégico, a necessidade de avaliar os serviços prestados e possibilitar uma maior interação com o usuário, permitindo-lhe demonstrar o seu grau de satisfação e apresentar sugestões e reclamações. Elaborou, ainda, e divulgou um manual contendo informações relacionadas com a pesquisa.

Além disso, monitorou o Planejamento Estratégico, elaborando e divulgando, para tanto, manual informativo com os dados obtidos no ano de 2000. A fim de aprimorar a metodologia adotada, foram ministrados treinamentos em



Planejamento Estratégico e no *software MS Project*, capacitando 31 servidores como multiplicadores em todas as Secretarias, das quais foram definidos o cenário e a finalidade para embasar a atualização dos planos de metas e ações.

A adoção de sistemas de gestão pela qualidade baseados na Norma ISO 9000 tem permitido a internalização de valores e práticas da moderna administração, tais como: busca incessante de melhores resultados, atendimento às expectativas e necessidades dos usuários e análise e melhoria constantes dos processos de trabalho.

SECRETARIA DE JURISPRUDÊNCIA

Aproximar a Justiça do cidadão é uma tarefa com múltiplas faces. Uma delas é facilitar o acesso à jurisprudência do Tribunal, com ágil localização e recuperação de decisões.

Para isso, no biênio, foram inseridos, na base de dados, 66.078 acórdãos e realizadas 37.198 pesquisas, entre as quais 11.611 solicitadas por advogado e 4.506 pelos gabinetes dos Senhores Ministros. Por fax, a cobrar, para outras localidades, foram enviadas 1.028. No período, foram analisados 27.915 acórdãos e revisados 18.035. Na base de dados de decisões monocráticas, foram disponibilizadas 257.706 destas. Em 2001, ampliaram-se as possibilidades de recuperação das decisões de modo que, desde então, é possível fazer a triagem por número do processo, relator, data de publicação, classe, registro, data de inclusão e texto da decisão.

A interação com os usuários através da *internet* cresceu significativamente de 2000 para 2001. Naquele ano, atendeu-se a 6.272 solicitações de pesquisa e neste, a 12.730, representando um acréscimo de 102,96%. Essa variação demonstra a confiança dos usuários e a total adaptação dos pesquisadores de jurisprudência às novas tecnologias.

Em 2000, organizou-se um novo serviço para informar aos interessados se um determinado acórdão inserido na base de dados foi publicado em repositório de jurisprudência. Com mais essa facilidade, o usuário fica poupado de juntar cópia de documento para comprovação de divergência, bastando-lhe citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado.

Ciente de que é importante para o usuário a existência de fontes de pesquisa e de que é essencial que ele esteja capacitado para acessá-las, foi elaborado, em 2000, o Manual de Pesquisa de Jurisprudência, instrumento composto de 44 páginas que veio complementar o *help*, disponível na *internet* e na *intranet* sob o título *Jurisprudência – Módulo de Pesquisa*.

Em julho de 2001, foi disponibilizada a página de pesquisa de jurisprudência comparativa. No endereço <http://jurisprudencia.stj.gov.br/nethtml/jcomp.html>, é exposto, de forma sistematizada, o entendimento atual acerca de determinada matéria submetida ao Tribunal relacionada com o respectivo órgão julgador, com os acórdãos correspondentes e com *leading cases*, se por



unanimidade ou por maioria. Colocada à disposição dos pareceristas, o *site* contribui para a melhoria da prestação jurisdicional como um todo, uma vez que o operador do Direito enxergará mais rápido a interpretação da lei.

No mesmo ano, colocou-se na *internet* o vocabulário jurídico controlado (tesauro), lista de termos e expressões jurídicas que proporciona uniformidade no tratamento da informação jurídica e flexibilidade na sua recuperação. Na seleção, deu-se preferência à terminologia usualmente empregada pelos Senhores Ministros.

Em síntese, o cerne das atividades desenvolvidas no biênio foi manter a sociedade informada dos resultados do trabalho desta Corte mediante a mais avançada tecnologia disponível.

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO

Também no propósito de fortalecer o STJ como *o Tribunal da Cidadania*, a Secretaria de Documentação implantou, em 2001, o projeto Museu-Escola. Seus objetivos mais amplos foram fortalecer o sentimento de cidadania e valorizar a herança cultural dos indivíduos, levando ao conhecimento do público estudantil uma parte da história do Poder Judiciário brasileiro, com ênfase na criação desta Corte, sua missão e filosofia de atuação.

O sucesso da iniciativa pode ser medido por este resultado: foram atendidas 62 escolas, totalizando 6.272 alunos, distribuídos 6.300 exemplares do Guia do Estudante e avaliados 4.000 trabalhos lúdicos referentes ao projeto.

No mesmo ano, o Tribunal abriu suas portas para sediar a exposição "Brasil 50 mil anos", realizada pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. O desiderato de estar mais próximo da sociedade motivou a sua participação na iniciativa, para apresentar ao público a vida das sociedades pré-coloniais registrada, ao longo de milênios, por diversas sociedades e culturas, além de divulgar as formas de trabalho da Arqueologia.

A Secretaria de Documentação cumpriu seu objetivo principal, isto é, preservar e disseminar a informação jurídico-doutrinária, administrativa e cultural, tornando-se um centro de referência quando se trata de documentação, com o apoio de tecnologia avançada, a fim de proporcionar atendimento de qualidade e plena satisfação do usuário.

Está implantado, no Tribunal, o sistema *Aleph*



Projeto Museu-Escola oferece atividades lúdicas aos estudantes



STJ sedia a exposição da USP "Brasil 50 mil anos" por seis meses



de informatização de bibliotecas, gerenciado pelo Prodasen. Na gestão em pauta, foram processados 7.241 livros, 14 teses, 111 folhetos e 523 materiais especiais, entre fitas de vídeo, disquetes e CD-Rom. Indexados, ainda, 1.286 artigos de periódicos.

Foram disponibilizados, via *internet* e *intranet*, 66.839 acórdãos em sua íntegra, correspondendo à análise, processamento, conferência e tratamento de peças documentais que compõem estas decisões: ementa, relatório, voto e certidão de julgamento.

Os números registrados no gráfico demonstram a preocupação do Tribunal com a democratização da informação:

AÇÕES	2000	2001	Jan./Fev. 2002
fornecimento de cópias reprográficas	827.893	820.126	60.132
circulação de acervo, livros e periódicos	69.489	78.653	6.912
requisição de acórdãos	63.395	55.411	
atendimento à doutrina, legislação e jurisprudência	21.425	16.457	1.892
empréstimos de publicações	14.496	18.411	2.338

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

No biênio, em consonância com a política da gestão, buscou-se a redução dos custos e a celeridade do atendimento. Em 2000, desenvolveu-se, em conjunto com a Informática, o plano de modernização dos procedimentos, que prevê a integração e a racionalização de todo o processo administrativo e financeiro por meio da rede informatizada.

Orçamento de 2000

A Lei Orçamentária nº 9.969/2000 consignou ao Superior Tribunal de Justiça o orçamento de R\$ 280.636.398,00, sendo R\$ 226.181.465,00 para atender despesas com pessoal e R\$ 54.454.933,00 para investimentos e outras despesas correntes.

Mediante a conjugação de recursos oriundos do cancelamento de dotação do próprio Tribunal e de recursos novos advindos da reserva de contingência, foram solicitados créditos adicionais para proceder à suplementação e/ou remanejamento nas seguintes dotações: R\$ 7.299.400,00 - apreciação e julgamento de causas (pagamento de pessoal ativo e encargos sociais); R\$ 1.871.000,00 - pagamento de inativos e pensionistas; R\$ 3.050.000,00 - assistência médica e odontológica; R\$ 1.278.000,00 - auxílio-alimentação; R\$ 105.000,00 - auxílio-transporte; R\$ 100.000,00 - manutenção dos serviços administrativos; R\$ 790.000,00- projeto de modernização do Tribunal.



O total da execução orçamentária de 2000 foi a seguinte: pessoal e encargos sociais, R\$ 234.502.865,00 e investimentos e outras despesas correntes, R\$ 53.115.841,02.

Plano Plurianual 2000/2003

A Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003, previu recursos da ordem de R\$ 32.473.110,00 para o projeto de modernização do Tribunal (implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional), cujo objetivo principal é o desenvolvimento da rede informatizada de alta velocidade que liga o STJ à Justiça Federal, inclusive às varas de execução fiscal, e aos órgãos do Executivo Federal: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Receita Federal, Advocacia-Geral da União, Instituto Nacional do Serviço Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

Nesse projeto destaca-se, também, o Programa de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Institucional – PROADI, que visa ao desenvolvimento e melhoria do desempenho das funções do STJ junto à sociedade brasileira. Em meados de 2000, foi firmado convênio com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento, objetivando o cumprimento do programa mediante aplicação de metodologias próprias.

Proposta Orçamentária para 2001

A proposta orçamentária para o exercício de 2001, aprovada pela Corte Especial em sessão de 9/8/2000, previa, inicialmente, o valor global de R\$ 330.343.685,00, sendo R\$ 265.925.600,00 para atender despesas com pessoal, R\$ 64.356.000,00 para investimentos e outras despesas correntes e R\$ 62.085,00 para precatórios.

Posteriormente, com a fixação dos limites orçamentários pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o valor relativo a pessoal e encargos sociais deste órgão foi reduzido, ao tempo em que houve pequeno acréscimo nos recursos para precatórios, totalizando, respectivamente, R\$ 282.585.723,00 / R\$ 218.164.000,00 e R\$ 64.356.000,00 / R\$ 65.723.000,00, estando integrado nesses valores o projeto de lei orçamentária do Governo Federal (PL 17/2000-CN).

A diferença de R\$ 47.761.600,00, resultante do limite imposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é referente a pessoal e encargos sociais e deve ser negociada para ser recuperada por suplementação, naquele Ministério, durante o exercício de 2001, acrescida do valor necessário para a incorporação dos 11,98% da URV de 1994.

Com o fim de adequar o texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 de forma a minorar dificuldades enfrentadas pelos Poderes Judiciário e Legislativo, o Tribunal sugeriu nove emendas, tendo sido acatada a de nº 0882, que, após a aprovação da lei, recebeu a seguinte redação:



Art. 40, § 7º, da Lei nº 10.266/01

“Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.”

Dos recursos orçamentários autorizados pela Lei nº 10.171/01-LOA/01, que totalizam R\$ 281.920.221,00, foram contingenciados R\$ 2.385.605,00 em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação de empenhos caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

No decorrer do exercício, foram efetuados ajustes orçamentários para viabilizar a execução das ações necessárias ao andamento das atividades do Tribunal.

O crédito relativo a pessoal teve como objetivo prover o orçamento do Tribunal com recursos para a incorporação do percentual de 11,98% ao salário dos servidores, decidida pelo Conselho de Administração do Tribunal e pelo Supremo Tribunal Federal após o envio do Projeto de LOA 2001 ao Congresso Nacional. O montante dos créditos suplementares destinados a essas despesas foi de R\$ 53.635.850,00, sendo R\$ 50.823.000,00 provenientes de recursos oferecidos pela Secretaria de Orçamento Federal e R\$ 2.812.850,00 remanejados das despesas correntes e de capital do Tribunal.

O crédito de custeio visou, entre outros, alocar recursos na atividade “Assistência Médica e Odontológica”, no montante de R\$ 3.970.000,00, assim como destinar recursos para a capacitação de recursos humanos, aquisição de automóveis de serviço e *no-break*. Em decorrência da excessiva demora na aprovação dos créditos suplementares, todos foram aprovados em dezembro, muitas licitações que dependiam desses recursos foram postergadas e suas pretensões transferidas para o próximo exercício. Visando a um melhor aproveitamento dos recursos orçamentários resultantes dessa sobra, foi solicitado novo remanejamento de crédito, no final de dezembro, para atender despesas com pessoal.

Em 31 de dezembro de 2001, verificou-se uma execução da ordem de R\$ 328.406.546,46, representando 98,70% do crédito disponível, sendo R\$ 56.540.973,46 relativos a outras despesas correntes e de capital e R\$ 271.865.573,00, a despesas com pessoal e encargos sociais. Neste último valor, R\$ 65.723,00 referem-se a precatórios. No total estão incluídos os valores inscritos em restos a pagar de R\$ 5.419.383,00.

Plano Plurianual - PPA 2000/2003

O Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitou ao Tribunal a Programação Plurianual Financeira para os anos de 2003 e 2004, a fim de iniciar o planejamento fiscal,



instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, indicou limite de recursos para os anos de 2003 e 2004 superior em somente 3,5% em relação ao ano imediatamente anterior, fato que implicou o envio do Ofício SOFI 358/01, sinalizando a insuficiência desses recursos para a cobertura das despesas com a manutenção do Órgão.

Proposta Orçamentária para 2002

Os levantamentos necessários à proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2002 contou com a participação ativa das unidades do Tribunal, tendo-se apurado uma proposta orçamentária no valor de R\$ 382.092.854,00, a saber: R\$ 313.828.700,00 para pessoal e encargos sociais, R\$ 65.219.496,00 para outras despesas correntes e de capital e R\$ 3.044.658,00 para precatórios, sendo que, do total relativo a pessoal e encargos, R\$ 63.908.900,00 são relativos a exercícios anteriores.

Com a finalidade de obter limites que contemplassem a totalidade das despesas deste Tribunal, aí considerados os novos investimentos e os reajustes contratualmente devidos e, principalmente, a possibilidade do início das atividades da Escola Nacional de Magistratura em 2002, foram expedidos os Ofícios SOFI nº 192/01 e nº 194/01.

Em 9/8/2001, a Proposta Orçamentária do Tribunal, no valor total de R\$ 387.365.358,00, foi aprovada pela Corte Especial, considerando-se o limite negociado com a SOF/MP para atividades e projetos, R\$ 70.492.000,00, e a pretensão da unidade para pessoal e encargos, R\$ 313.828.700,00.

Ao PLN 032/2001 foram sugeridas por este Tribunal quatro emendas, das quais a de nº 350900120, no valor de R\$ 50.000,00, que visa à alocação de recursos de pessoal e encargos para possibilitar o início das atividades da Escola Nacional de Magistratura, prevista na PEC 029/2000/SF.

A lei orçamentária anual, Lei nº 10.407, para o exercício de 2002, aprovada em 10 de janeiro, autorizou o crédito orçamentário de R\$ 331.992.893,00. Cabe ressaltar que, em decorrência da existência de fontes condicionadas no Projeto de Lei nº 32-CN, do programa "Previdência de Inativos e Pensionistas da União", os créditos autorizados para essas despesas foram reduzidos em R\$ 8.748.609,00, até nova indicação de fonte de recursos pela Secretaria de Orçamento Federal, quando, oportunamente, esse valor será restabelecido ao orçamento aprovado.

Racionamento de Energia Elétrica

Mediante o Ato/MP nº 56 e a OS/DG nº 01, foram adotadas medidas para economia do consumo de energia elétrica. No período, a redução média alcançada na sede, oficina e garagem foi superior a 50%.

Precatórios

A fim de cumprir o disposto no art. 65 da Lei nº 10.266/01 (LDO/2002), os



precatórios incluídos no Orçamento de 2002 foram discriminados no SIAFI, por meio da transação ATUPREC.

Cronograma Anual de Desembolso Mensal

Em cumprimento ao disposto no art. 72 da Lei nº 10.266/01 (LDO/2002), foi aprovado o Cronograma Anual de Desembolso Mensal e publicado no DOU de 7/2/2002. A programação para Outras Despesas Correntes e de Capital observou a proporção de um duodécimo por mês, conforme dispõe o § 2º do art. 72 e para Pessoal baseou-se na projeção mensal da despesa elaborada pela Subsecretaria de Orçamento e Finanças por meio do acompanhamento da execução da despesa.

Sistema Administra

O Sistema Administra é fruto do empenho da atual administração para maximização do uso dos recursos de informática, visando à celeridade no atendimento das demandas, maior eficiência e redução dos custos administrativos. Registre-se que, em janeiro e fevereiro de 2002, foram concluídos os módulos relativos às aquisições, suprimentos e patrimônio, atualização dos sistemas Singra e Lince, sendo que, no período, foram realizados testes e correções para homologação desta Secretaria no mês de março e entrada em operação no mês de abril.

Compras Eletrônicas

Firmou-se acordo de cooperação técnica com o Banco do Brasil para utilização do sistema de compras eletrônicas, sem ônus para o Tribunal, o que possibilitará a realização de compras via *internet*, com obtenção de lances em tempo real, além de melhores preços e maior transparência.

Serviços Gerais

Visando, ainda, à melhoria dos serviços sem descurar a economia de recursos, foram tomadas as seguintes providências: substituição dos feixes de fibra ótica com a conseqüente redução do custo das chamadas locais para celulares em até 25%; mudança dos troncos de saídas de analógico para digital, reduzindo a tarifa fixa mensal; monitoramento das rotas de menor custo das ligações de saídas do PABX; projetos, confecção e reforma de 131 peças de mobiliário para as unidades do Tribunal, compreendendo, entre outros, bancadas para computador e processos, estantes, armários, escaninhos e mesas de reunião de trabalho.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Durante o biênio 2000 - 2002, a Secretaria de Recursos Humanos, para apoiar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no início da gestão, procurou enfatizar, em suas ações, o desenvolvimento do corpo gerencial e a especialização



dos servidores, ofertando programas para a área-fim para a área-meio. Foram realizadas visitas às unidades do Tribunal para elaboração de diagnóstico de necessidades de treinamento, com vistas à emissão do plano de Treinamento e Desenvolvimento em 2002.

Programa Qualidade de Vida

Em parceria com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e com a Associação dos Servidores, implantou, em 2002, o Programa Qualidade de Vida, cujo objetivo é acompanhar o servidor em práticas de promoção da saúde física e mental. Cerca de 267 servidores aderiram aos subprogramas “Viver com Qualidade”, o qual abrange, entre outras, práticas antiestresse e “Condicionamento Físico”, com ginástica localizada, alongamento e flexibilidade.



Servidores do STJ aderem ao programa Qualidade de Vida

Programa de Desenvolvimento Gerencial

Para o aperfeiçoamento do trabalho dos gestores em todos os níveis, em 2000 foram realizados três seminários para 44 gerentes da área-fim e, em 2001, quatro seminários para 196 gerentes.

Em 2000, elaborou-se o Programa de Desenvolvimento Gerencial Continuado, contendo sete projetos, quais sejam: Clube de Líderes, Clube de Líderes Master, Rede de Aprendizagem Gerencial, Gerência Operacional, Consultoria Continuada, Formação de Consultores Internos e Identificação de Perfil e Avaliação Gerencial.

O projeto Clube de Líderes foi implementado, no biênio, com a realização, em 2000, de oito clubes (planejamento, negociação, gerenciamento do tempo e comunicação) e, em 2001, de dezesseis (comunicação, motivação, habilidade política, planejamento, administração de conflitos, negociação, gerenciamento do tempo, desenvolvimento de equipes e aperfeiçoamento do processo de trabalho). No último ano, participaram 219 gerentes.

O programa vem alcançando os resultados esperados, pois, 89,9% dos participantes consideram ter havido melhora no seu desempenho após a participação nos clubes. Na opinião de 87,5% dos gerentes, a motivação, a autoconfiança e a receptividade a situações de mudança aumentaram e, para 75,3%, a comunicação com a equipe também melhorou.

Lançou-se mão, no período, de consultoria externa e interna para o aperfeiçoamento de gerentes e suas equipes de trabalho.

Programa de Aperfeiçoamento

Dentro do objetivo do aprimoramento institucional, para o qual é preciso contar com servidores tecnicamente bem preparados e atualizados, foram oferecidas oportunidades de treinamento a servidores das seguintes secretarias: Controle Interno, Administração e Finanças, Segurança e Apoio aos Ministros,



Documentação, Serviços Integrados de Saúde, Informática, Recursos Humanos e Secretaria Judiciária.

Foram implementados os programas de “Direito em Módulos” e “Língua Portuguesa em Módulos”, com cursos na área de Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Civil, concordância nominal e verbal, análise sintática e uso da vírgula.

Tendo em vista a criação do Núcleo de Redação e Revisão, foram oferecidos cursos aos profissionais da área de Letras voltados para a atividade de revisão e redação de textos.

Datas comemorativas

Como forma de propiciar aos servidores ocasião de reflexão e comunhão, além de entrelaçamento com a sociedade, realizaram-se eventos comemorativos do Dia das Mães, da Secretária e do Servidor Público e Dia Internacional da Mulher.

Nos dois anos em pauta, promoveu-se a confraternização natalina, sem custos para o Tribunal, com a participação dos servidores, funcionários de atividades terceirizadas e estagiários. Os terceirizados receberam cestas natalinas, cortesia dos servidores da Casa.



Presidente do STJ participa de evento em homenagem aos servidores

Encontro de Dirigentes

Para discutir as dificuldades inerentes ao serviço e efetivar uma troca de experiências produtiva, foram realizados encontros entre servidores de mesma função: em 2000, reuniram-se os dirigentes das coordenadorias (51 participantes) e os oficiais-de-gabinete (41) e, em 2001, os gerentes das áreas administrativas (55), tendo sido discutidos, neste último, os procedimentos que podem ser implementados para solucionar as deficiências de comunicação entre as unidades.

Programa de Estágio

O estágio proporciona aos futuros profissionais a oportunidade de complementar sua aprendizagem e vivenciar a prática do trabalho. Nesse sentido, em 2000, foram alocadas 282 bolsas para atendimento a sessenta unidades. Para que o programa realmente sirva aos seus fins, foi elaborado um manual com informações sobre conduta e responsabilidade, direitos e deveres do estagiário e papel do supervisor de estágio. Em 2001, o programa foi ampliado em 60 bolsas para alunos do 2º grau e 100 para os de 3º grau, totalizando 420 bolsas.

Racionalização de Procedimentos

Adaptando-se aos recursos tecnológicos postos à disposição dos servidores para agilizar os serviços prestados na área de recursos humanos, a Secretaria elaborou e implantou, via *intranet*, os requerimentos para solicitação e certidão



de tempo de serviço, auxílio-natalidade, averbação e revisão de averbação de tempo de serviço, inclusão de dependentes para fins de abatimento no imposto de renda na fonte; concessão, suspensão, desistência e alteração do gozo de licença-prêmio por assiduidade e informatização da tabela de lotação de cargos.

Revisão do Plano de Carreiras

Participou o Tribunal em 2001, por intermédio da área de recursos humanos, da comissão instituída pelo Supremo Tribunal Federal para elaborar anteprojeto de lei com o objetivo de revisar a Lei nº 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário.

Prêmio Servidor 2000 – Melhores Idéias

O prêmio foi instituído visando incentivar a participação dos servidores no processo de melhoria contínua, de forma a se obter maior eficiência e eficácia nos serviços prestados. O regulamento previa a apresentação de idéias individuais ou em equipe e estabelecia a premiação das três melhores, conforme os critérios de inovação, otimização de rotinas, abrangência e viabilidade de implementação, bem como escala de pontuação. Foram apresentadas 34 sugestões. Após avaliação da comissão julgadora, que contou com a participação de duas técnicas da ENAP, as três primeiras idéias classificadas foram malote digital ou processo judicial semidigital, sistema gerencial de atendimento da informática e compras eletrônicas.

Em 18 de fevereiro de 2001, houve o lançamento da segunda edição do prêmio.

Núcleo de Programação Visual

O Núcleo é responsável pelo desenvolvimento de projetos gráficos institucionais, promocionais e editoriais. No período, foram realizados mais de 1000 trabalhos, dos quais destacam-se: Informativo de Jurisprudência, capa do *Clipping*, jornal "Informe-se", capa dos livros *Workshops* sobre Direitos Humanos e "Obras Raras", Manual de Identificação dos Ministros, leiaute dos novos cartões de identificação para acesso ao Tribunal, crachás para cursos, capa do Regimento Interno do STJ e cartão telefônico. Além disso, incluem-se o projeto gráfico do *Boletim do STJ*, do *Informe-se on line* e do *Informe-se* impresso, que passou por uma remodelação, bem como o fôlder da exposição Brasil 50.000 anos, cartazes da campanha para economia de energia e para o Prêmio Servidor 2002, agenda e calendário para 2001 e 2002, tela e ícone para o Sistema Administra.

Na programação e implementação da 4ª e da 5ª Semana da Saúde, bem como da Semana da Segurança, foi responsabilidade do Núcleo a elaboração de logomarca, cartazes, fôlder, cartilha e vinheta de abertura.

Da mesma forma, na III Mostra da Qualidade e no projeto Museu-Escola, foram elaborados os cartazes, as pastas, as cartilhas, os crachás, os certificados, incluindo-se a camiseta e o personagem representativo no caso do último projeto.



Saúde e Qualidade de Vida



SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE

Durante o biênio, a área de saúde continuou a desenvolver, com os médicos e técnicos do Tribunal, o programa de prevenção e promoção da saúde, objetivando evitar o aparecimento de doenças ocupacionais. Pesquisa realizada em 2000 para aferir o nível de satisfação dos usuários apurou o índice de 86,18%.

Naquele ano, visando à detecção de fatores de riscos globais, índice de massa corporal e obtenção de informações sobre tabagismo e atividades físicas, foram realizadas visitas às diversas unidades do Tribunal, levantando dados sobre idade, peso, tabagismo e prática de atividades físicas e medindo a pressão arterial dos servidores.

Os profissionais da área de fisioterapia iniciaram, em outubro de 2000, visitas de inspeção ergonômica e orientação postural nas diversas áreas, totalizando dezesseis. O objetivo é evitar as lesões por esforço repetitivo, os problemas causados por postura incorreta ou por uma cadeira inadequada, doenças crônicas e tendinite. Esses dados serviram de base para traçar o perfil de saúde dos servidores, o qual contribuirá para futuras ações preventivas.

Mantendo o caráter preventivo, foram vacinadas contra gripe, em 2000, 1.710 pessoas, entre Magistrados e servidores ativos e aposentados e, em 2001, 1.083.

Exame Periódico de Saúde – EPS

Em 2000, com a redefinição do critério de convocação para a data de aniversário do usuário e a reformulação do questionário para melhor organizar os dados da saúde do servidor, 901 servidores realizaram exame periódico, número que demonstra excelente crescimento em comparação ao ano de 1999, quando 133 servidores o fizeram.

Tornado obrigatório pelo Ato n.º 001, de 8 de janeiro de 2001, do Presidente do Tribunal, com enquadramento no § 1º do art. 130 da Lei nº 8.112/90, o EPS passou a incluir os exames de mamografia, TSH, PSA, além do audiométrico para telefonistas e do oftalmológico para motoristas.



SIS desenvolve programas voltados para a prevenção e promoção da saúde

IV Semana de Saúde

Pelo quarto ano consecutivo, foi promovida a Semana de Saúde, realizada no período de 13 a 16 de junho de 2000, com a palestra de abertura Saúde e Esporte, proferida pelo Dr. Sócrates de Oliveira, médico ortopedista especialista em fisiologia do exercício.

Diversos especialistas colaboraram ministrando palestras, a saber: Sexualidade do Homem, Prevenção de Doenças Cardiovasculares, Prevenção de Doenças na Infância, Causas e Conseqüências da Halitose, Saúde da Mulher, Alimentação: Saúde dos 20 aos 70 anos, Nutrição e Atividade Física.



As atividades práticas realizadas durante a IV Semana constaram de medição da pressão arterial, glicose e colesterol (597 atendimentos); aplicação de flúor em crianças e adolescentes (213); medição da pressão ocular (536); avaliação da composição corporal com a respectiva aferição do percentual de gordura (205); e a atividade Viver: A Arte da Escolha, ministrada pelas psicólogas e assistentes sociais, da qual participaram 64 servidores.

Foram montados dezoito estandes sobre diversos temas de saúde, proporcionando a cerca de 2.000 servidores ativos e inativos a oportunidade de receber informações e participar de demonstrações práticas.

V Semana de Saúde

Realizada pela quinta vez, entre os dias 28 de maio e 1º de junho, a Semana de Saúde, que alcançou 2.600 pessoas, teve a programação enriquecida com a presença do médico oncologista Antônio Dráuzio Varela, que, em sua palestra na abertura, enfocou uma questão bastante oportuna: a doença da violência urbana.

Além das ações tradicionais como palestras, mesas-redondas, aplicação de flúor, medição de pressão ocular, exame de mamas, avaliação pâncreo-estatural, avaliação por bioimpedância, medição de pressão arterial, glicose e colesterol e tipagem sanguínea, foram inauguradas outras atividades, marcando a natureza criativa do evento: exercício com bolas suíças, teatro espontâneo sobre o tema "qualidade de vida" e aulas de culinária com alimentos de baixa caloria.



Oncologista Dráuzio Varela participa da V Semana de Saúde

I Encontro do Serviço Social do Poder Judiciário

O evento, realizado nos dias 9 e 10 de novembro de 2000, atingiu o objetivo almejado, isto é, promoveu maior interação, na esfera do Judiciário, entre os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de programas sociais para o público interno.

O evento contou com a participação de assistentes sociais dos Tribunais Superiores, do Tribunal Regional Federal e do Ministério Público, além de estagiárias de serviço social dessas instituições e assistentes sociais com atuação no Conselho Regional de Serviço Social, no Hospital Universitário e no Centro Nacional de Pesquisa.

Palestras

Foram realizadas por profissionais do quadro palestras voltadas para os servidores do Tribunal, bem como outras, de caráter técnico, específicas para os profissionais de saúde, tais como: Buscando o Equilíbrio no Século XX; Alimentação



e Atividade Física; Distúrbio Osteomuscular Relacionado com o Trabalho – DORT; Antibioticoterapia na Prática Clínica; Depressão na Prática Clínica; Perícia Médica; Obesidade: Estratégias para Perder Peso com Saúde; Saúde Bucal do Bebê; Como Prevenir a Violência e Acidentes de Infância; Cervicalgia; Como Prevenir Alergias na Infância; Clareamento Dental e Como Prevenir a Febre Reumática na Infância.

Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química

Em 2001, foi instituído o programa *Alvorecer*, operacionalizado pelas áreas de saúde e de recursos humanos por intermédio de uma equipe multidisciplinar composta de médicos, psicólogos e assistentes sociais. No período, 32 servidores tiveram acompanhamento.

Como previsto no programa, realizou-se a capacitação dos gerentes, objetivando motivá-los e habilitá-los a fazer parte da equipe como observadores privilegiados dos servidores, podendo, precocemente, identificar sinais de dependência química e fazer o encaminhamento ao atendimento adequado.

Assistência Médica e Social

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

UNIDADES	PROCEDIMENTOS ANALISADOS			DILIGÊNCIAS EXPEDIDAS		
	2000	2001	VARIAÇÃO (%)	2000	2001	VARIAÇÃO (%)
DCCON	5.785	8.671	49,89	215	95	- 34
DIAPE	5.653	8.209	45,21	120	262	118
DIVAN	1.754	1.936	10,38	406	210	- 48
SUB-TOTAL	13.192	18.816	42,63	741	567	- 23
TOTAL NO BIÊNIO	32.008			1.308		

O programa, contava com 10.115 beneficiários em 2000, até 31/12/2001 atingiu a marca de 10.464 – entre Ministros, servidores ativos e inativos do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, dependentes e pensionistas.

No biênio, 1.280 pessoas foram beneficiadas com assistência pré-escolar, 1.315 com auxílio-transporte e 4.244 com auxílio-alimentação.

Os gastos com assistência médica totalizaram R\$ 18.509.978,95, e com assistência odontológica, R\$ 3.289.649,18, entre recursos orçamentários e participação dos servidores na utilização dos serviços.

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Em 2000, várias iniciativas modernizaram tanto os equipamentos quanto os serviços de informação do Tribunal. Foi o ano em que se implantou a Rede Corporativa de Alta Velocidade, a qual substituiu todos os equipamentos



responsáveis pela interconexão dos computadores.

A tecnologia, presente em diversos setores, possibilitou o desenvolvimento de sistema próprio para controlar a folha de pagamento, elencar melhores compras, ajudar o trabalho do setor de saúde e monitorar diversos trâmites burocráticos internos.

O implemento desses mecanismos redundou em economia de tempo, dinheiro e pessoal. A informatização continuou a ser uma das principais causas da redução dos custos da justiça para a sociedade. As facilidades de consulta dispensaram a presença de grandes filiais de representações jurídicas em Brasília, barateando preços não só para os advogados, mas, principalmente, para o cidadão.

Todos esses ganhos demonstraram que os níveis crescentes de informatização no Tribunal redefiniram os conceitos anteriores quanto à aplicabilidade desses recursos de trabalho, antes considerados meras ferramentas de apoio e, atualmente, transformados em ferramentas tecnológicas estratégicas, necessárias para o cumprimento da missão constitucionalmente atribuída ao Tribunal.

Cumpre salientar que todo o investimento já efetuado e os que serão realizados evidenciam a preocupação em construir sistemas integrados e seguros. Com essa visão, foi elaborado o projeto “Uma Visão do Futuro – A informatização do STJ período 2002/2005”, subdividido nos subprojetos “Sistemas de Informação”, com duas vertentes: a judiciária e a administrativa, e “Segurança Lógica”, para a proteção das informações armazenadas, da construção predial e dos equipamentos.

Internet

Os números da informatização quebraram todos os recordes. A quantidade de acessos ao *site* desta Corte atingiu a incrível marca de 517.525 *hits* por dia, contra 78.000 em 1998 e 200.000 em 1999, equivalendo a, aproximadamente, 48,7 mil páginas/dia. É interessante notar que o *site* continua chamando a atenção até do exterior. Os Estados Unidos visitam mensalmente 142 mil páginas produzidas por esta Corte. Em matéria divulgada em setembro pela revista Exame, foi constatado que o *site* do STJ é o sexto “.gov” mais acessado.

A página na *internet* também passou por uma renovação. O acesso a ela ficou mais rápido: em apenas dez segundos, o usuário, de qualquer parte do mundo, pode acessar o *site*, que traz informações sobre o andamento processual e toda a jurisprudência.

Destaque também foi o incremento do serviço de notícias, o lugar mais visitado no *site*, excetuando-se as páginas da área finalística. Um sistema desenvolvido pela Secretaria de Informática fez com que os próprios jornalistas da Assessoria de Imprensa tivessem o domínio da publicação de suas matérias, medida que lhes deu maior autonomia. Outra novidade foi a possibilidade de se publicarem fotos digitais, via *web*, sobre eventos do STJ, divulgando o desempenho dessa Corte para todo o planeta. A mesma facilidade está disponível na *intranet*, permitindo comunicação mais efetiva dos dirigentes com os servidores.



Em 2002, foram muitos os resultados obtidos, a saber: implantação do sistema de Gestão de Treinamento na Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos; disponibilização de rotina para o envio de relatório e voto às coordenadorias - Projeto Inteiro Teor em Texto; aplicação para gerar os acórdãos das coordenadorias, criando eletronicamente o livro de registro de processos julgados e de relatores; instituição do programa para envio de informações à Advocacia-Geral da União.



A informatização é uma das principais causas da redução dos custos no STJ

Vale ressaltar que, apesar dessa expansão, a quantidade de atendimentos realizados pela Secretaria de Informática tanto nos problemas de *hardware* quanto nos de *software* manteve-se a mesma quando comparada à de 1998. Em números relativos, caiu a procura dos servidores por ajuda nas questões de uso da tecnologia. Os funcionários passaram a lidar melhor com a máquina graças à qualificação e ao investimento em treinamento.

Gabinete Virtual

A instalação de gabinetes virtuais para os Ministros permitiu que eles pudessem trabalhar extraordinariamente, em suas residências, como se estivessem nos gabinetes, dentro do STJ.

No biênio, já somam 26 as residências atendidas com os novos equipamentos, os quais possibilitam aos Ministros acessar as bases de dados do Tribunal com a mesma velocidade existente nos gabinetes. O processo de instalação continua a ser feito por uma equipe multidisciplinar integrada por técnicos da Telebrasilíia e do Tribunal. O processo de contratação de *links* para suprir todas as residências foi concluído, estando pendente apenas o agendamento com os demais Ministros.

A aquisição de novos *notebooks* para os Ministros possibilitou maior flexibilidade no acesso às informações necessárias ao cumprimento das atividades jurídicas, facilitando o uso do recurso tecnológico em deslocamentos ou durante

Estações de Trabalho

O parque computacional, que era de 1.800 microcomputadores, chegou, em 2001, a 2.020 estações de trabalho instaladas, o que democratiza ainda mais o acesso dos servidores às facilidades da tecnologia da informação e aos serviços disponíveis na *internet* e na *intranet*. Atingiu-se a relação de um servidor por máquina na área-fim e de três por duas máquinas na área-meio.

Rede Interna

O número de sistemas cresceu, e a rapidez na transmissão de dados foi multiplicada por dez.



os julgamentos. Contam, também, com a mobilidade de possuir em CD toda a estrutura de informação gerada em cada gabinete.

Geração de CD-ROM para os Gabinetes dos Ministros

Outra facilidade para o aprimoramento da atividade judicante foi a continuidade da geração de CD com as decisões e os votos particulares. Esse sistema possibilita aos Ministros transportar toda a estrutura de informação que os assessora em um pequeno CD.

Acompanhamento de Processos – PUSH

Foi proporcionado aos interessados o acompanhamento, sem sair de casa ou do escritório, do andamento processual através do sistema PUSH, o qual envia automaticamente uma mensagem eletrônica sempre que há novo andamento.

Traduzindo em números, cerca de 25% dos 142 mil processos que aqui tramitaram em 2.000 foram monitorados a distância por 12.557 pessoas; eram 7.430 em 1999, representando um crescimento em torno de 70%.

Em 2001, aproximadamente 35.000 processos tiveram informações prestadas pelo sistema PUSH. Chegou a 20.970 o número de pessoas interessadas em comparação a 12.557 no ano 2000, o que significa um acréscimo de 67%.

Nova facilidade foi implementada: os usuários podem receber, se assim o desejarem, em seus *e-mails*, as notícias e o Boletim de Jurisprudência.

Base de Dados

O número de processos armazenados alcançou, em 2000, a marca de 764.408, com 7,878 milhões de movimentações ou fases processuais.

Para atender a esse crescimento, foi concluído o processo de ampliação das máquinas centrais em dezembro de 2000. O binômio “equipamentos centrais atualizados” e “sistema integrado em produção” é necessário para o bom desempenho da atividade-fim do Tribunal.

As inclusões na Base de Dados de Jurisprudência passaram de 118.415 para 151.879 acórdãos de processos principais, e de 23.804 para 339.336 decisões monocráticas, considerando-se nessa contagem o período de novembro de 1999 a novembro de 2001.

O número de processos armazenados chegou a 963.000, com a expressiva cifra de 10,779 milhões de movimentações ou fases processuais. Apenas no ano de 2001, foram cerca de dois milhões de fases registradas no sistema.

Sistema Integrado da Atividade Judiciária

Em 2000, foi testado o novo sistema, desenvolvido pelos servidores da Casa para substituir o sistema “Justiça”.

A partir de 16 de abril de 2001, esta Corte passou a contar com um sistema de arquitetura moderna espelhado num ambiente *windows* que trouxe mudanças substanciais aos procedimentos adotados atualmente, ressaltando-se o tratamento



institucional dos documentos gerados e a integração das atividades judiciárias.

Nos procedimentos internos dos gabinetes dos Ministros, acresceu-se a possibilidade do acompanhamento físico e lógico dos processos conclusos ao gabinete, a recuperação dos documentos gerados de forma rápida (evitando o retrabalho com digitação), o tratamento automático dos processos idênticos, o envio eletrônico dos documentos a outros segmentos envolvidos no processo de julgamento e a publicação eletrônica no Diário da Justiça. A estatística é imediata e acessada diretamente pelo sistema. Tudo atendendo a regras de segurança e distribuição dos documentos definidos pelo próprio gabinete.

As coordenadorias tiveram suas atividades facilitadas visto que os textos chegam não só em papel, mas também através do sistema. Isso possibilita que se faça eletronicamente a inclusão em pauta, a elaboração de minuta, a certidão e a ata de julgamento até a publicação do acórdão. O livro de controle das notas taquigráficas, presente no sistema, permite o acompanhamento de forma automatizada dos votos dos Ministros nos processos, para efeito de liberação do inteiro teor do acórdão.

A área administrativa começou, em 2001, a ser atendida em suas demandas. Está em fase de desenvolvimento o novo sistema "Administra", com a mesma filosofia de desenvolvimento adotada para a área-fim, ou seja, possibilitará a integração de todos os segmentos administrativos do Tribunal. Dois módulos já estão em produção: Catalogação de Materiais e Reorganização de Materiais. Outros já estão em fase final de testes com o usuário.

O sistema previsto para a área médica, denominado MED 2000, é inédito tanto no âmbito do Tribunal quanto em organizações médicas. Os módulos de Assistência Social, Fisioterapia e Psicologia já foram apresentados ao usuário para aprovação. Quanto ao de Medicina, foi-lhe apresentado o serviço do Exame Periódico de Saúde e treinados os médicos e enfermeiros, devendo entrar em produção no início de 2002. A implantação de todos os recursos na área médica será gradativa, pois é impossível a inserção de todos os dados dos milhares de prontuários em curto prazo.

A Enfermagem também possui o serviço de Exame Periódico de Saúde desenvolvido, apresentado e treinado, de forma que poderá usar em breve o prontuário informatizado. Os módulos restantes do sistema (Nutrição e Odontologia) encontram-se em desenvolvimento. Importante observar que esta solução atenderá toda a expectativa da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, que passará a ter um sistema informatizado que a auxiliará na prestação dos seus serviços. A implantação completa está prevista para o ano de 2002.

O sistema para atender ao Pró-Ser já tem implementado o módulo "Credenciados". O módulo "Beneficiários" já foi aprovado pelo usuário e está aguardando a conclusão do módulo "Faturamento", que deverá ser implementado no primeiro semestre de 2002.



Pesquisa de Satisfação do Usuário

O esforço empreendido pela área de informática e seus parceiros (usuários) está claramente evidenciado no resultado da pesquisa:

ASSUNTO	% DE APROVAÇÃO
site do STJ	86,36
pesquisa do inteiro teor do acórdão	80,3
correio eletrônico	73,9
pesquisa de jurisprudência	90,0
utilização do sistema PUSH	73,51

O serviço de taquigrafia se beneficiou, em 2000, com a implantação de um sistema destinado a juntar o fim do trabalho de um taquígrafo com o início do de outro, visto que atuam em revezamento de turnos de minutos. O mesmo mecanismo envia as atas das sessões eletronicamente aos gabinetes para as correções necessárias. Isso representa economia de tempo, de funcionários, de papel e de dinheiro público.

SECRETARIA DE SEGURANÇA E APOIO AOS MINISTROS

Os trabalhos realizados nesta área objetivaram salvaguardar o patrimônio e a integridade dos Ministros, dos funcionários e dos visitantes e agilizar o credenciamento das pessoas e seu acesso ao Tribunal.

Plano de Segurança Integrado

Foi concluída a implantação do plano com as seguintes atividades: circuito fechado de televisão; sistema de controle de acesso; instalação de pórticos detetores de metais nos locais de acesso às salas de julgamento; sistematização de procedimentos para controle de entrada de pessoas no segundo pavimento do bloco "C"; e treinamento dos servidores responsáveis pela operação dos equipamentos componentes dos sistemas de segurança.

O sistema de controle de acesso, em 2001, passou a funcionar definitivamente, após o término da fase de testes iniciada em novembro de 2000, com o credenciamento de servidores, estagiários e pessoal terceirizado e a conseqüente emissão de cartões de acesso.

Foi implantado o sistema de controle de acesso à garagem



A implantação do plano de segurança integrado foi concluída



da sede, com o credenciamento dos usuários e distribuição dos cartões TAG, e realizada campanha para esclarecimento quanto ao novo sistema.

Além disso, em 2002, foram elaborados projetos básicos visando à monitoração via satélite dos veículos oficiais do Tribunal; à expansão da rede de circuito fechado de televisão, monitorando áreas atualmente desprotegidas que apresentam alto grau de risco, e à aquisição de equipamentos específicos para melhor desempenho das atividades das unidades de segurança.

II Semana de Segurança do STJ

Realizada no período de 13 a 17 de novembro de 2000, a II Semana de Segurança foi iniciada com palestra sobre o novo sistema de controle de acesso e seguida de visitas interativas às unidades de segurança. Distribuíram-se cartazes informativos e a cartilha *Contos Seguros*.

III Semana de Segurança do STJ

Em 2002, a Semana de Segurança escudou-se no tema “integrando para garantir a segurança” e priorizou ações educativas. Entre os trabalhos desenvolvidos, houve apresentação de palestras, exercícios de abandono de prédio, descida de rapel e distribuição de *fôlderes* e cartilhas sobre procedimentos de segurança.

Brigada Contra Incêndio

Foi treinada a segunda turma de brigadistas, composta de 63 servidores de diversas áreas do Tribunal, para atuar em situações de emergência que ofereçam risco à segurança das pessoas e ao patrimônio público, perfazendo, em 2001, um total de 116 voluntários treinados.

Em novembro do mesmo ano, efetuou-se o exercício prático de abandono do prédio da administração com a participação dos brigadistas voluntários - servidores das diversas unidades do Tribunal -, que já haviam sido treinados no ano anterior.

Apoio aos Ministros

Executou a Secretaria serviços de apoio a viagens dos Ministros, tais como elaboração de programas de voo, efetivação de reservas de passagens aéreas, emissão de bilhetes e confirmação de reservas em lista de espera. Além disso, providenciaram embarques e desembarques de Ministros, dignitários e outras autoridades, computados os serviços das representações nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno tem a função de comprovar a regularidade dos atos de gestão e, ao mesmo tempo, dar suporte ao exercício pleno da



supervisão, que compete ao Ministro Presidente. Para dar cumprimento a esses objetivos, foram empreendidas análises técnicas e auditorias, compreendendo o exame da instrução dos processos administrativos, a fundamentação legal e os aspectos de legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia. Corroborando essas atividades, foram necessárias discussões técnicas com o propósito de oferecer orientações que serviram de assessoramento ao processo de tomada de decisão, observada, no entanto, a devida segregação de função como forma de resguardar a independência para expressar, em momento oportuno, a opinião sobre os atos praticados.

Assim sendo, cumprindo a missão de “assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos no âmbito do Tribunal”, o que redundou em aprimoramento institucional, a Secretaria pautou suas ações pela avaliação dos resultados alcançados, dando ênfase aos fatos materialmente relevantes.

Para a consecução das diretrizes e estratégias de atuação, buscou a melhoria contínua dos controles necessários à análise e à auditoria da gestão, contemplando o aprimoramento dos métodos de trabalho, treinamento intensivo e dirigido e constante tentativa de alavancar a utilização de ferramentas informatizadas.

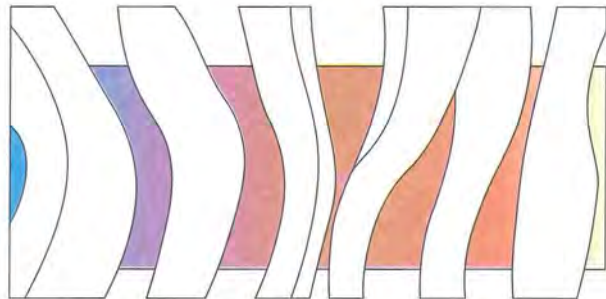
Consolidou-se, nesta gestão, o novo enfoque das atividades de controle interno, adotando-se postura preventiva e pedagógica, materializada por meio de pareceres, relatórios e notas de auditoria.

Como resultado, apurou-se que houve um expressivo aumento no cumprimento de diligências propostas, de consultas formuladas e de reuniões técnicas realizadas entre as áreas executoras da Administração e a Secretaria de Controle Interno, o que contribuiu significativamente para a consecução dos objetivos da Administração.

O quadro apresentado a seguir espelha, em síntese, a evolução dos procedimentos analisados e diligências expedidas pelas divisões que atuam rotineiramente na análise de processos.



Conclusão



Conclusão

Após o relato das atividades desenvolvidas durante minha permanência no cargo de Presidente deste egrégio Tribunal, cumpre-me, primeiramente, ressaltar a capacidade dos membros desta Corte de acompanhar a crescente demanda da sociedade por uma prestação jurisdicional célere e eficaz. Os dados citados anteriormente comprovam essa operosidade (repita-se que, do início desta gestão até o momento, a média de julgados por Ministro Relator foram 11.878 processos).

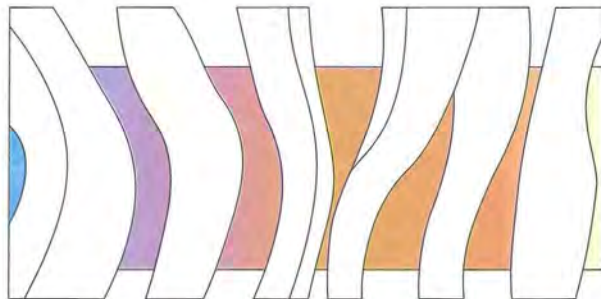
Em que pese a essa operosidade, há questões essenciais a reclamar a atenção e as providências do Poder Judiciário. Contudo, durante minha permanência no cargo de Presidente, recusei-me a, apenas, apontar problemas; busquei caminhos e soluções mormente para levar a Justiça, cada vez mais, para perto da sociedade, que dela necessita, e para o aprimoramento institucional.

Foi minha intenção cumprir tais objetivos demonstrando que, nem sempre, são necessários elevados recursos financeiros ou medidas complexas. Saindo da palavra para a ação e sendo criativo é possível obter importantes resultados.

No momento em que encerro esta gestão, agradeço a cada um dos meus ilustres pares, que cumpriram com brilhantismo sua função e continuarão a fazê-lo, estou certo; estendo esses agradecimentos a cada um dos dirigentes e servidores, que, com seu trabalho e dedicação, permitiram se cumprissem os objetivos precípuos deste Tribunal, levando à população a justiça pela qual ela anseia.



Anexo I - Estadísticas



1 - Pedidos de suspensão de decisões, suspensões de segurança e petições despachadas pelo Ministro Presidente - Ano 2000

Despachos Meses	Deferidas	Indeferidas	Negado Seguimento	Remetidas ao STF	Não Conheceu do Pedido	Homologação de Desistência	Julgado Extinto o Feito	Julgado Prejudicado o Pedido	Total
Janeiro	1	3	5			1			10
Fevereiro	2	3	4						9
Março		4	9		2				15
Abril		2			1	2			5
Maio	2	4		1	1			1	9
Junho	1	9		2		1		1	14
Julho	2	6	3	2		2			15
Agosto	1	9	2		1				13
Setembro	2	8	3	2					15
Outubro	3	2	6		1				12
Novembro		8	4	2				4	18
Dezembro	1	5	4	1				1	12
Total	15	63	40	10	6	6		7	(1) 147

Fonte: Gabinete da Presidência.

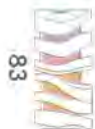
Notas: Ministro Paulo Costa Leite: Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Presidente até 4/4/2000.

(1) Computadas 13 decisões proferidas no exercício da presidência:

Ministro Paulo Costa Leite: 6.

Ministro Nilson Naves: 7.



2 - Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente - Ano 2000

Despachos Meses	Ag	AgRg	APn	AR	CAI	CC	Com	EDcl	EREsp	Ex Susp	HC	HD	IF	Inq	MC	MI	MS	NC	Pet	Prc	REsp	RHC	RMS	RvCr	SS	Total
Janeiro	2	1				1					217				58		24		7		1				12	332
Fevereiro	7			9		3			2		40				24		1		10		3				8	115
Março	2			19		1			1				4		3		2	2	14	1	1	1	3		10	65
Abril	2	1		6		1					1				2		5		4						6	28
Maio		1		8									2		3		6		10		1				13	52
Junho	3			15				1					2		12		8		9		2				11	66
Julho	7	1		3	3	12		1			310	1	7		109		53	1	15		3				14	560
Agosto				10							1				4		1		4					1	15	36
Setembro			2	2									1		2		3		6						11	30
Outubro				2				1							3				4						13	23
Novembro				14									2		4				6						16	44
Dezembro	2	3		1		3					126		1		17		13		9					1	7	188
Total	25	9		89	3	21		3	3		697		19		241		116	3	98	1	11	1	4	1	136	(1) 1539

Fonte: Assessoria Especial da Presidência.

Notas: Ministro Paulo Costa Leite: Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Presidente até 4/4/2000.

Informações Prestadas em MS (STJ): 3.

Informações Prestadas ao STF: 806, sendo:

Ministro Paulo Costa Leite: 776.

Ministro Nilson Naves, no exercício da presidência: 30.

(1) Computadas 451 decisões proferidas no exercício da presidência:

Ministro Paulo Costa Leite: 158.

Ministro Nilson Naves: 292.

Ministro Eduardo Ribeiro: 1.

3 - Processos registrados - Competência do Ministro Presidente - Ano 2000

Classes de Feitos Meses	AG/RE	AG/RMS	Com	ExSusp	HC	IF	MC	Pet	Prc	Rcl	SS	Total
Janeiro	89						1	9		2	10	111
Fevereiro	31							1	1		5	38
Março	58					3		7			7	75
Abril	69							4			6	79
Maiο	84					1		4			8	97
Junho	142					1	2	4	8		10	167
Julho	98					7	1	4		1	5	116
Agosto	40						1	4			7	52
Setembro	166					4	1	3		1	12	187
Outubro	174					1	1	3			11	190
Novembro	150					1		4			6	161
Dezembro	115							6	1		4	126
Total	1216					18	7	53	10	4	91	1399

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Notas: Ministro Paulo Costa Leite: Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Presidente até 4/4/2000.



4 -Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - Ano 2000

Despachos Meses	Processos	Petições	Ofícios	Telex	Total
Janeiro			30	11	41
Fevereiro	50	68	3	19	140
Março	182	58	8		248
Abril	129	29	4	3	165
Maio	69	58		13	140
Junho	167	67	7	9	250
Julho				86	86
Agosto	114	49	3	52	218
Setembro	89	36	10	5	140
Outubro	61	22	8	10	101
Novembro	22	19	3	3	47
Dezembro	8			5	13
Total	891	406	76	216	(1) 1589

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária.

Notas: Ministro Paulo Costa Leite: Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Presidente até 4/4/2000.

(1) Computadas 40 decisões proferidas pelo Ministro Nilson Naves, no exercício da Presidência.



5 -Despachos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente - Ano 2000

Despachos Feitos	RE	RO	Ag/RE	Diversos		Total
				Petições	Processos	
AC						
Ag	744		469	86	29	1328
Ag/RE				4	11	15
AgRq						
APn						
AR	13		7	1		21
CAt	2		3		1	6
CC	19		9	3	1	32
EAR						
EDcl				3		3
EREsp	99		6	2	7	114
ExImp					2	2
ExVerd	2					2
HC	37	65	19	13	8	142
IF	1					1
Inq						
MC	14	1	4	1		20
MS	34	60	10	9	7	120
NC	1					1
Pet	5		1	2	2	10
Rcl	2	1	2	1	2	8
REsp	747		456	71	38	1312
RHC	24	4	8	4		40
RMS	285		175	40	7	507
RO	1				1	2
RvCr						
SS						
Total	2030	131	1169	240	116	3686

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

Notas: Ministro Nilson Naves: Vice-Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Paulo Costa Leite: Vice-Presidente até 4/4/2000.

6 - Decisões proferidas em recursos extraordinários pelo Ministro Vice-Presidente - Ano 2000

Órgãos Judicantes	C. Especial		1ªSeção		1ªTurma		2ªTurma		2ªSeção		3ªTurma		4ªTurma		3ªSeção		5ªTurma		6ªTurma		Total	
	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN
Ag		2				91		45				152		148				173		133		744
APn																						
AR				6												7						13
CAI				2																		2
CC				1						11						2	5					2
EAR																						17
EREsp		23		23		1		2		19							31					99
ExVerd		2																				2
HC											1	7		1			1	9	3	15	5	32
IF		1																				1
MC		2				6		1				3		1				1				14
MS			2	14											2	16						4
NC		1																				1
PeI		4																1				5
Rcl				2																		2
REsp		3		3	2	182	4	136				91		77		1		128		120	6	741
RHC												3		2				8	1	10	1	23
RMS		1				25		12				1		2			1	181	2	60	3	282
RO						1																1
RvCr																						
SS																						
Total		39	2	51	2	306	4	196		30	1	257		231	4	60	2	501	6	338	21	2009

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

Notas: Ministro Nilson Naves: Vice-Presidente a partir de 4/4/2000.

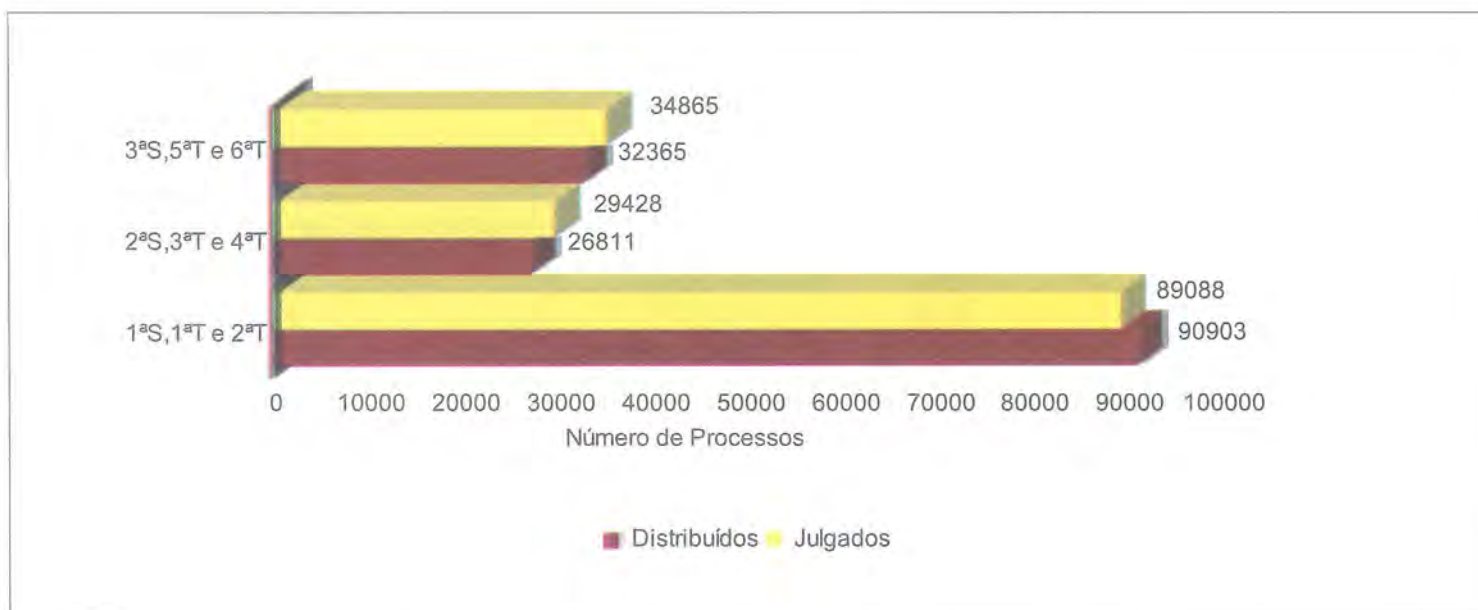
Ministro Paulo Costa Leite: Vice-Presidente até 4/4/2000.

ADM = Admitidos.

DEN = Denegados.



7 - Processos distribuídos e julgados nas Seções e respectivas Turmas - Ano 2000



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

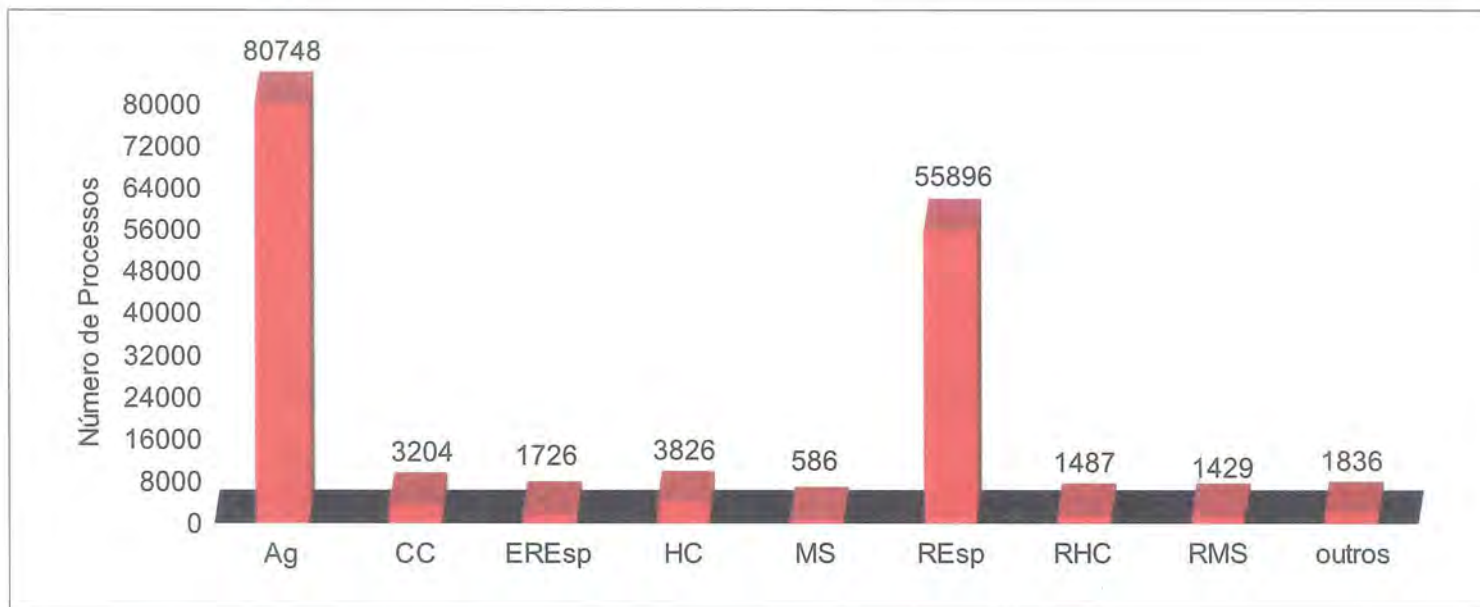
Notas : Nos processos julgados estão incluídos 11.624 agravos regimentais e 6.211 embargos de declaração, totalizando 17.835 feitos.

Computados processos distribuídos no(s) mês(es) e/ou ano(s) anterior(es).

Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.



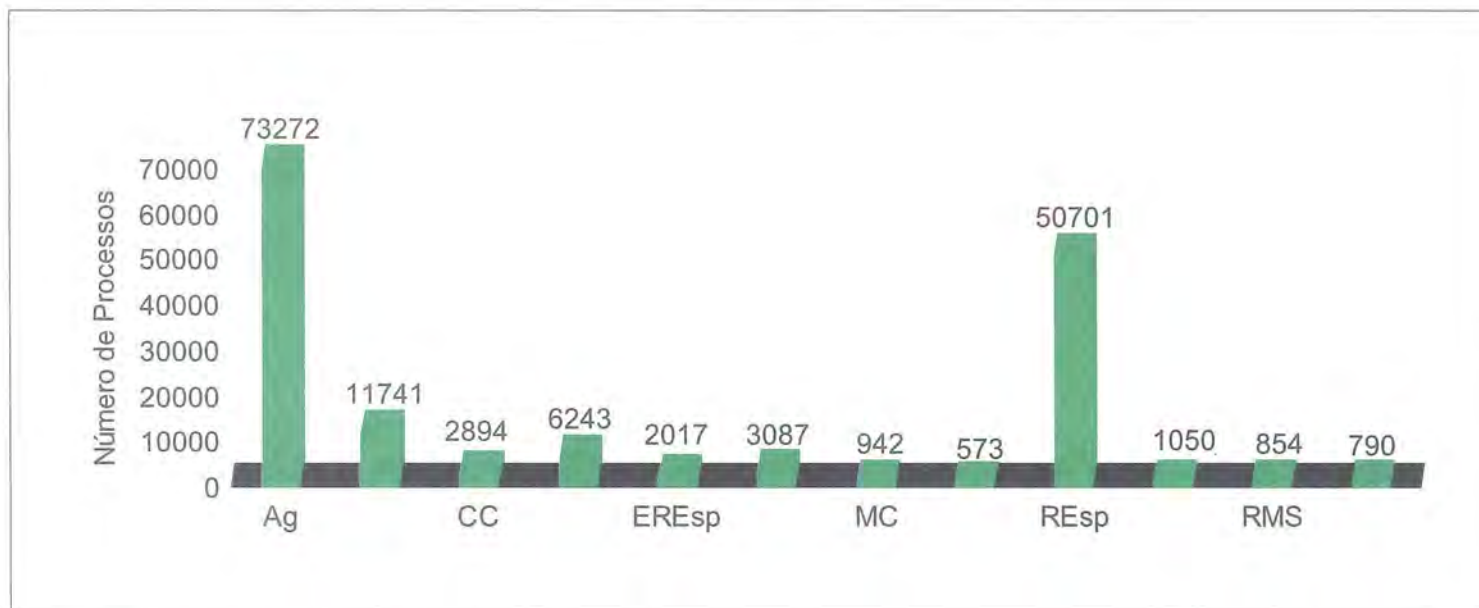
8 - Processos distribuídos por classes - Ano 2000



OUTROS									
Apn	14	EAR	7	HD	4	MC	1140	Rcl	161
AR	218	ExImp	2	IF	18	MI	3	RO	1
CAAt	17	ExSusp	2	IJ	9	NC	36	Rp	7
Com	2	ExVerd	2	Inq	18	Pet	92	RvCr	83

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

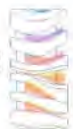
9 - Processos julgados por classes - Ano 2000



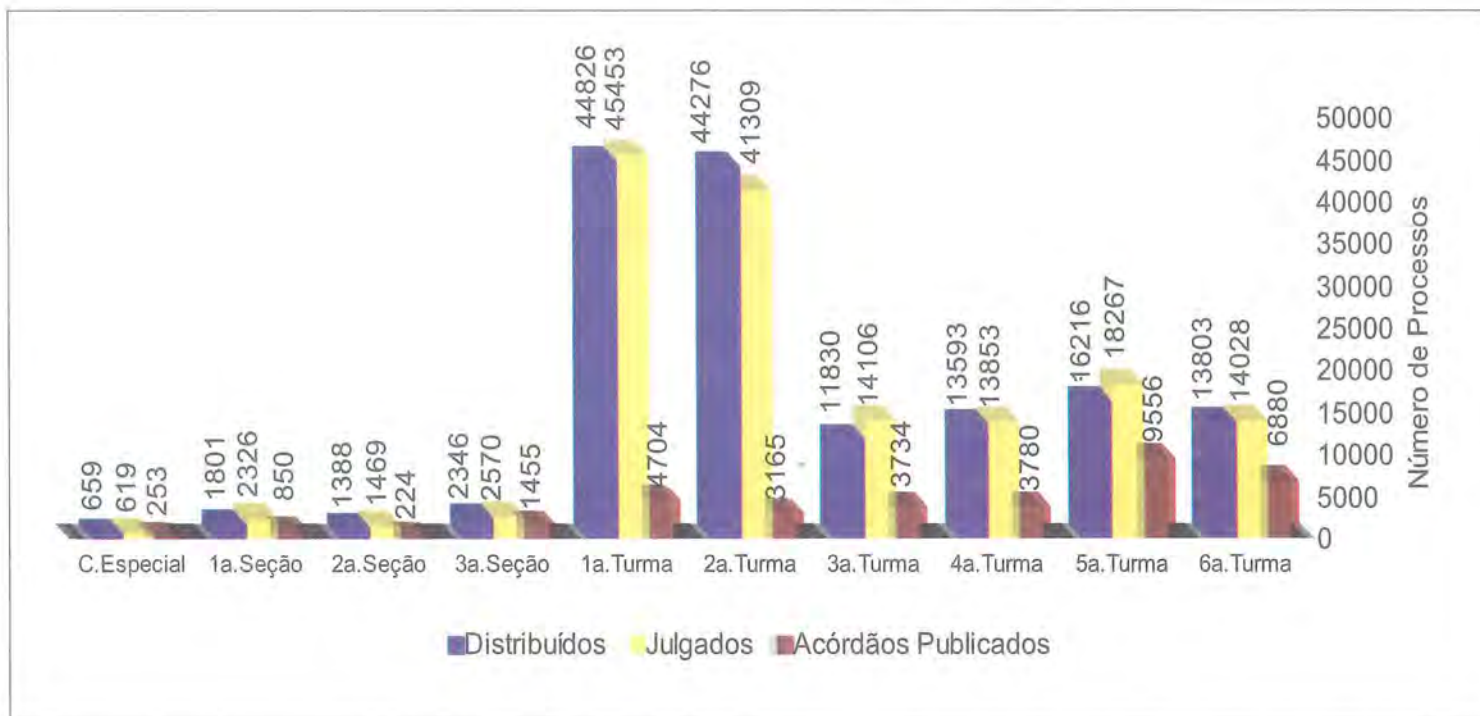
OUTROS											
AC	1	Com	1	ExVerd	2	Inq	22	Rcl	127	SS	90
APn	17	EAR	8	HD	4	MI	2	RO	1		
AR	240	ExImp	3	IF	12	NC	16	Rp	8		
CAt	10	ExSusp	2	IJ	2	Pet	144	RvCr	78		

Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota : No gráfico acima estão incluídos os 34.022 processos julgados em sessão e os 120.142 decididos monocraticamente, totalizando 154.164 feitos.



10 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados na Corte Especial, Seções e Turmas - Ano 2000

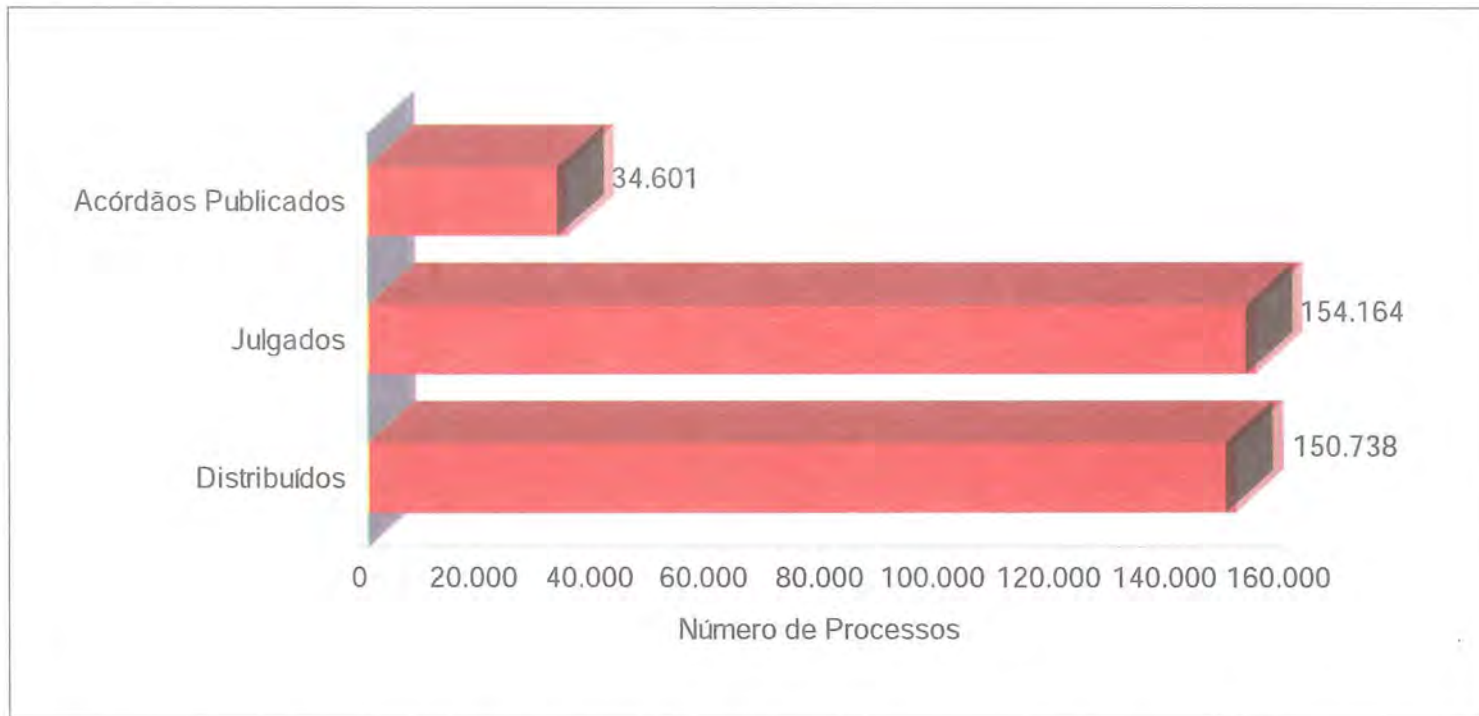


Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas : Nos processos julgados estão incluídos 11.736 agravos regimentais e 6.239 embargos de declaração, totalizando 17.975 feitos.

Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

11 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados - Ano 2000



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Nota : Nos processos julgados estão incluídos 11.741 agravos regimentais e 6.243 embargos de declaração, totalizando 17.984 feitos.

12 - Processos distribuídos e julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2000

Meses	1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg
Janeiro	817		1325		2415	90	1715		2393	77	2775	22	4714	146
Fevereiro	587	764	1506	1480	3635	2865	2432	3201	2982	3390	3849	3657	5825	6696
Março	926	974	1736	1549	1529	2621	4037	5096	4140	4851	8308	5159	6234	7723
Abril	1256	974	2426	2155	2270	2035	2858	2938	4668	4521	4778	5826	4396	6274
Maió	1209	1185	2549	2273	3265	2668	1738	3488	4021	4934	7375	7442	7262	7081
Junho	(1)1515	(1)258	1045	995	2057	2130	4203	3835	2072	2992	3415	4525	5570	4786	5922	7650
Julho	283		1059		1350		2715	200	3394	210	3210	189	6521	661	5123	235
Agosto	757	710	1412	1598	2179	2360	2478	3993	3083	3868	3064	5549	5796	9084	7053	9717
Setembro	1246	661	1497	1205	1947	1892	3135	3693	3191	3987	3080	4162	6045	6770	7464	9097
Outubro	941	768	1765	1555	2235	1995	2867	3495	2809	3263	2974	3718	6282	6906	8814	8045
Novembro	808	713	1487	1282	1993	1765	3196	3622	3286	3183	3446	4576	6709	7044	8766	8709
Dezembro	553	601	1027	1210	2065	1668	2164	2311	2721	2879	1277	2540	4568	4975	5459	6256
Total	6103	3711	14087	11742	23368	19267	33872	31428	33336	35105	38670	43032	68576	62332	77032	77629

Recursos julgados de decisões proferidas no STJ Período: 7/4/1989 a 31/12/2000 Embargos de Declaração e Agravos Regimentais

Ano	AgRg	EDcl	Total
1989	90	71	161
1990	507	406	913
1991	1139	601	1740
1992	1926	829	2755
1993	2372	1438	3810
1994	2378	1620	3998
1995	3245	1749	4994
1996	4263	2244	6507
1997	7095	3696	10791
1998	10591	5182	15773
1999	7441	4577	12018
2000	11741	6243	17984

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Total de distribuídos no

período: 753.242

Total de Julgados no

período: 769.973

No total de julgados estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 81.444 feitos.

Sinais convencionais utilizados:

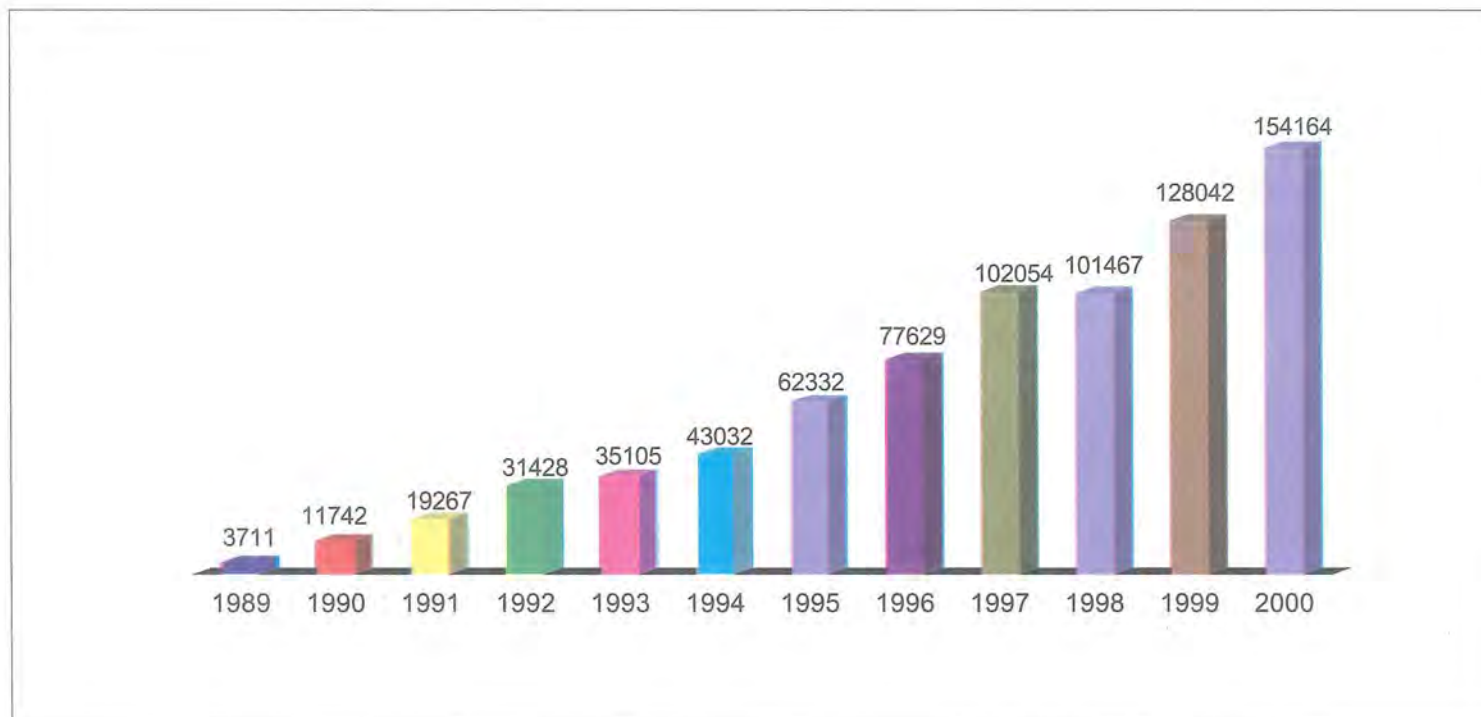
... Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível.

1997		1998		1999		2000	
Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg
3226	70	5315	175	4937	359	9751	295
7602	6771	5060	8856	9883	11083	9528	17578
8483	7534	7758	10775	10607	13035	7292	12982
11177	11649	6533	6501	9124	10794	6066	9754
11977	9686	7044	9612	11336	12738	12991	14357
11117	13408	6435	8953	13092	11252	13862	15705
6313	454	7608	107	8772	978	9933	1901
6101	13196	8866	10989	11164	13103	14496	17007
7921	10413	10515	11575	12441	13170	15710	12792
7715	10707	10460	11843	11384	13862	21352	17411
8545	10252	9470	12753	9555	15382	18319	21320
6199	7914	7043	9328	6682	12286	11438	13062
96376	102054	92107	101467	118977	128042	150738	154164

(1) Processos referentes ao período de abril a junho/89

13 - Processos julgados (crescimento) - período de 7/4/1989 a 31/12/2000



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Nota : Nos processos julgados estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 81.444 feitos.

14 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2000

Processos Anos	Pendentes Do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados (1)	Pendentes do Ano		Pendentes Acumulados	
				V. Relativo	(%)	V. Relativo	(%)
1989	..	6103	3550	2553	41,83	2553	41,83
1990	2553	14087	10829	3258	23,13	5811	28,78
1991	5811	23368	17527	5841	25,00	11652	26,75
1992	11652	33872	28673	5199	15,35	16851	21,76
1993	16851	33336	31295	2041	6,12	18892	17,06
1994	18892	38670	39034	-364	-0,94	18528	12,40
1995	18528	68576	57338	11238	16,39	29766	13,65
1996	29766	77032	71122	5910	7,67	35676	12,09
1997	35676	96376	91263	5113	5,31	40789	10,42
1998	40789	92107	85694	6413	6,96	47202	9,89
1999	47202	118977	116024	2953	2,48	50155	8,61
2000	50155	150738	136180	14558	9,66	64713	8,59
Total		753242	688529	64713		64713	8,59

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

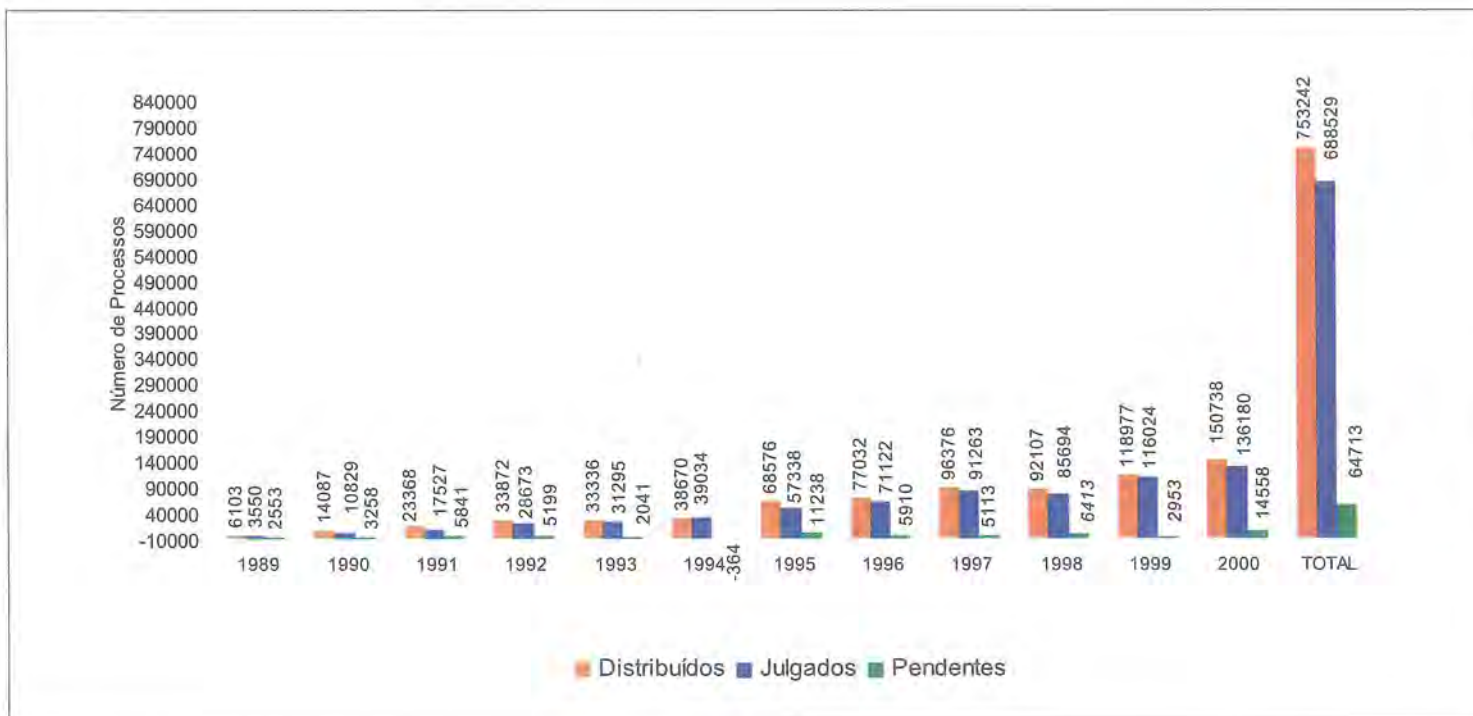
Nota : Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

(1) Não estão incluídos os 52.788 agravos regimentais e os 28.656 embargos de declaração [totalizando 81.444 feitos], em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos. [688.529 + 81.444 = 769.973 processos julgados].

15 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2000

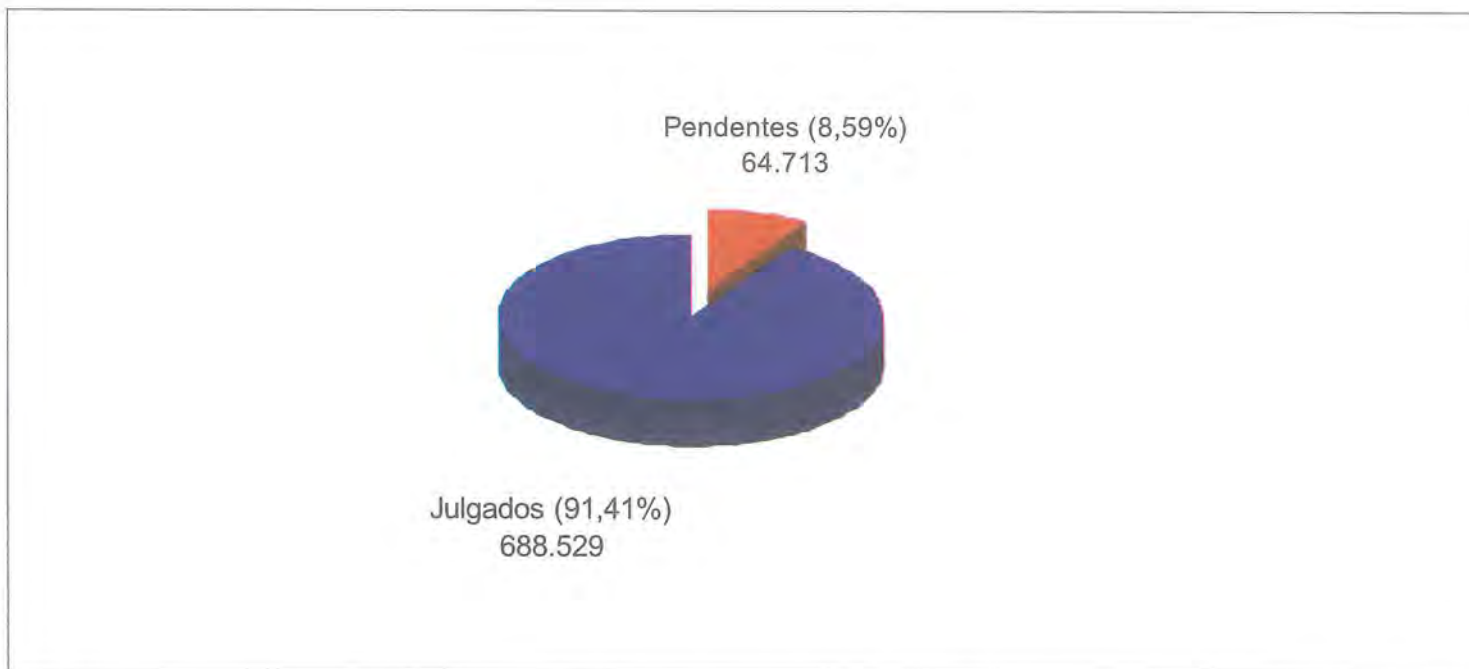


Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 81.444 feitos.

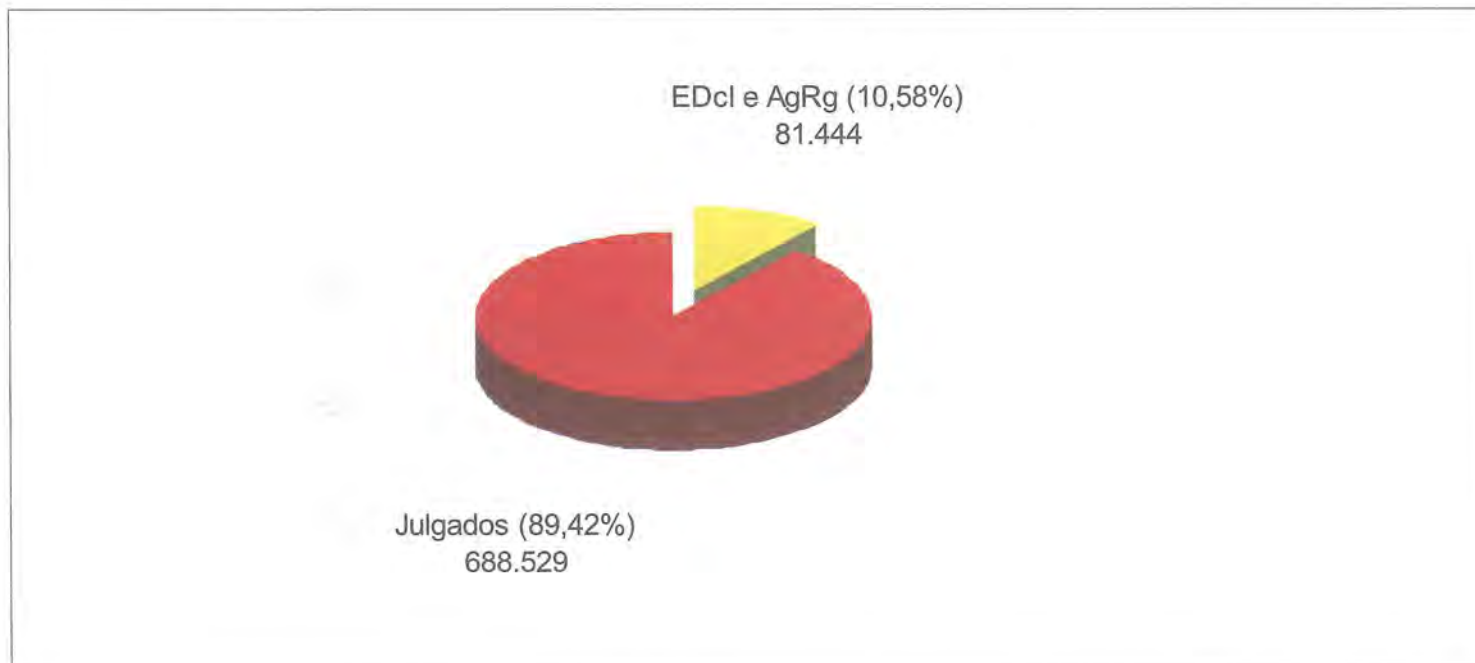
O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

16 - Processos julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2000



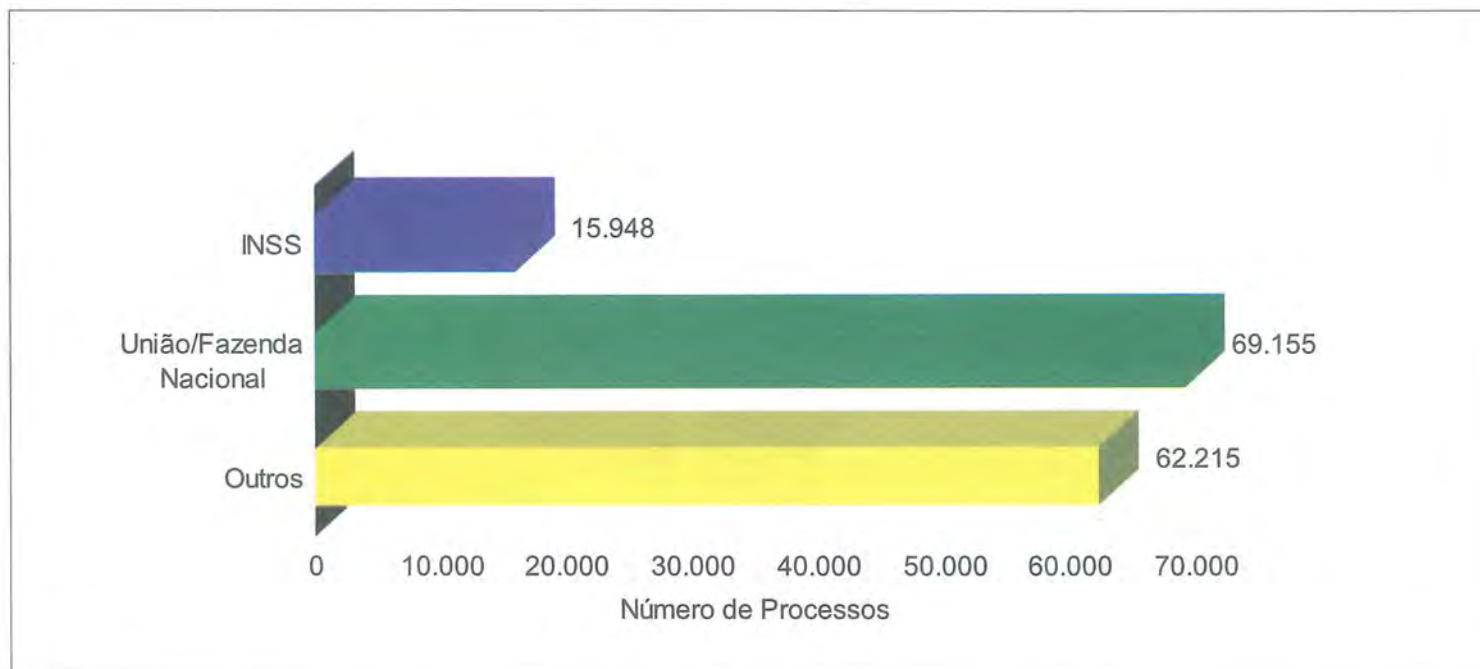
Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

17 - Agravos regimentais e embargos de declaração julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2000



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

18 - Processos autuados no STJ - Ano 2000



Fonte: Secretaria de Informática.

1 - Pedidos de suspensão de decisões, suspensões de segurança e petições despachadas pelo Ministro Presidente - Ano 2001



Despachos Meses	Deferidas	Homologação de Desistência	Indeferidas	Não conheceu do Pedido	Negado Seguimento	Remetidas ao Arquivo	Remetidas ao STF	Julgado Extinto o Feito	Total
Janeiro	2				5				7
Fevereiro	2		11		4		2	1	20
Março	4		2						6
Abril	3		4		5		2		14
Maiο	2		5		3		1	1	12
Junho	1		5		3		1		10
Julho	3	1	12		6				22
Agosto	3		11		2				16
Setembro	8		1						9
Outubro	3		10		3		6		22
Novembro	2		8	1	6		2		21
Dezembro	6	1	2	1	11	3	1		25
Total	39	2	71	2	48	3	15	2	(1) 184

Fonte: Gabinete da Presidência.

(1) Computadas 14 decisões proferidas pelo Ministro Nilson Naves, Vice-Presidente, no exercício da presidência.

2 - Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente - Ano 2001

Despachos Meses	Ag	AgRg	APn	AR	CAt	CC	Com	EDcl	EREsp	Ex Susp	HC	HD	IF	Inq	MC	MI	MS	NC	Pet	Prc	Rcl	REsp	RHC	RMS	Rp	RvCr	SS	Total
Janeiro	8		1	17		13			1		299				80		34		9		10	9	2		2	1	16	502
Fevereiro	1										2				1				3			1					21	29
Março		2		2															3		2						5	14
Abril				3						1									5		2						12	23
Maior		3		6				1		1			1						7		1						10	30
Junho				8				1							2				5		2						9	27
Julho	2		1	35		17			1	1	420			7	130		44	2	15		23	1	1		1	1	18	718
Agosto				5											7				9		1						8	30
Setembro	1	1		6								1			2				8		1						2	22
Outubro	1			5							1				5	1	1		8		2						15	39
Novembro				8					1						2				10		2						13	36
Dezembro	4	2		22		2					116				21		3		14		6	1	2				13	206
Total	17	8	2	117		32		2	3	3	838	1	1	7	250	1	82	2	96		52	12	5		3	2	140	(2) 1676

Fonte : Assessoria Especial da Presidência.

Notas: Informações Prestadas ao STF: 2.770, sendo:

Ministro Paulo Costa Leite: 2.716.

Ministro Nilson Naves, Vice-Presidente, no exercício da presidência: 54.

(1) Estão incluídas 111 decisões proferidas em suspensões de segurança e 73 em petições (v. página 3).

(2) Computadas 614 decisões:

Ministro Nilson Naves, Vice-Presidente, no exercício da presidência: 613

Ministro Edson Vidígal, no exercício eventual da presidência: 1.



3 - Processos registrados - Competência do Ministro Presidente - Ano 2001

Classes de Feitos Meses	AG/RE (1)	ExSusp	IF	MC	Pet	Prc	Rcl	SS	Total
Janeiro	62				6	1	1	13	83
Fevereiro	65				3	1		13	82
Março	149	2			7			13	171
Abril	105		1	1	5			3	115
Maio	85		1	1	5	2		11	105
Junho	101				2	12		7	122
Julho	2				7		1	7	17
Agosto	150				3			9	162
Setembro	67			1	4			5	77
Outubro	90				9			17	116
Novembro	34				7			14	55
Dezembro	88				6			9	103
Total	998	2	2	3	64	16	2	121	1208

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

(1) Competência delegada ao Ministro Nilson Naves, Vice-Presidente, conforme ato nº 075, de 5/4/2000.



103

4 -Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - Ano 2001

Despachos Meses	Processos	Petições	Ofícios	Telex	Total
Janeiro			30	11	41
Fevereiro	50	68	3	19	140
Março	182	58	8		248
Abril	129	29	4	3	165
Maio	69	58		13	140
Junho	167	67	7	9	250
Julho				86	86
Agosto	114	49	3	52	218
Setembro	89	36	10	5	140
Outubro	61	22	8	10	101
Novembro	22	19	3	3	47
Dezembro	8			5	13
Total	891	406	76	216	(1) 1589

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária.

Notas: Ministro Paulo Costa Leite: Presidente a partir de 4/4/2000.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Presidente até 4/4/2000.

(1) Computadas 40 decisões proferidas pelo Ministro Nilson Naves, no exercício da Presidência.

5 -Despachos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente - Ano 2001



105

Despachos Feitos	RE	RO	Ag/RE	Diversos		Total
				Petições	Processos	
AC						
Ag	647		438	89	31	1205
Ag/RE					13	13
AgRg				20		20
APn						
AR	8		2			10
CAt	1		1		1	3
CC	11		5			16
EAR						
EDcl				13		13
EREsp	81		11	3	5	100
ExImp	1					1
ExVerd						
HC	21	76	4	8	2	111
IF			1			1
Inq						
MC	15		3	2	2	22
MS	16	53	8		3	80
NC	1		1			2
Pet	4		2	1		7
Rcl	8		4		1	13
REsp	526	1	387	65	32	1011
RHC	29	1	5			35
RMS	132		126	9	4	271
RO						
RvCr						
SS						
Total	(1)1.501	131	998	210	94	2934

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

(1) Computadas 2 decisões proferidas pelo Ministro Presidente.

6 - Decisões proferidas em recursos extraordinários pelo Ministro Vice-Presidente - Ano 2001

Órgãos Judicantes	C. Especial		1ªSeção		1ªTurma		2ªTurma		2ªSeção		3ªTurma		4ªTurma		3ªSeção		5ªTurma		6ªTurma		Total	
	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN
Ag		2				60		23				155		163		1		134		108		646
APn																						
AR				2												6						8
CAt																1						1
CC										5						6						11
EAR																						
EREsp		24		27						13						17						81
ExImp		1																				1
ExVerd																						
HC												1		4				9		7		21
IF																						
MC		1				4		4				4						1		1		15
MS			1	4						2		5				4					1	15
NC		1																				1
Pet		2														1		1				4
Rcl		3		1						1						3						8
REsp		5		1		131		73		3		73		70		3		104		64		527
RHC						2								1				13		13		29
RMS		1		2		11		6				1		3		16	1	57	1	33	2	130
RO																						
RvCr																						
SS																						
Total		40	1	37		208		106		24		239		241		58	1	319	1	226	(1) 3	1498

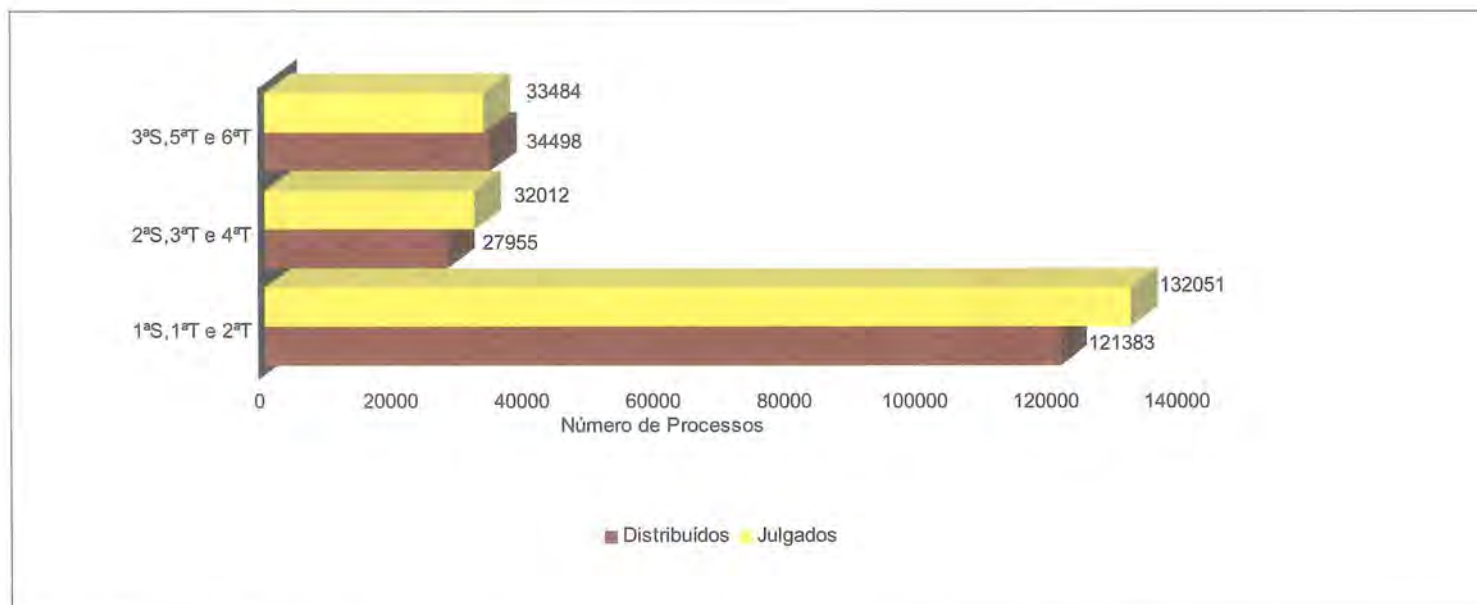
Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

ADM = Admitidos.

DEN = Denegados.

(1) Computadas 2 decisões proferidas pelo Ministro Presidente.

7 - Processos distribuídos e julgados nas Seções e respectivas Turmas - Ano 2001



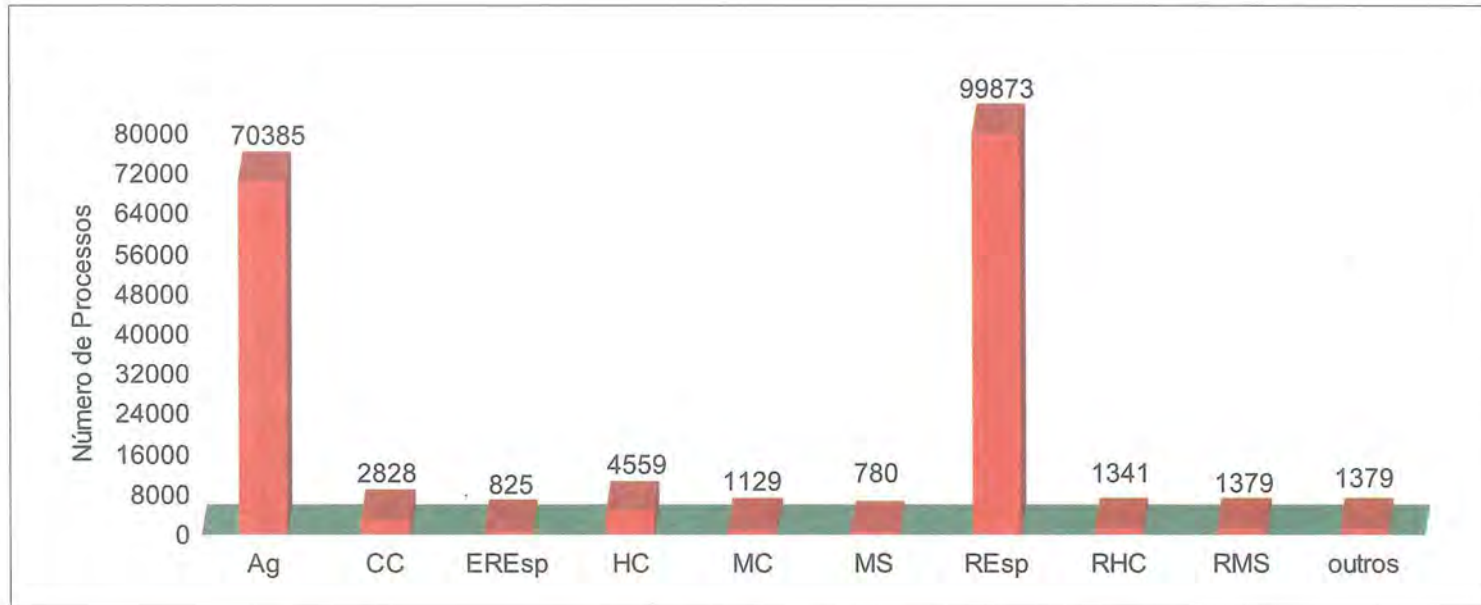
Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas : Nos processos julgados estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, totalizando 19.046 feitos.

Computados processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es).

Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

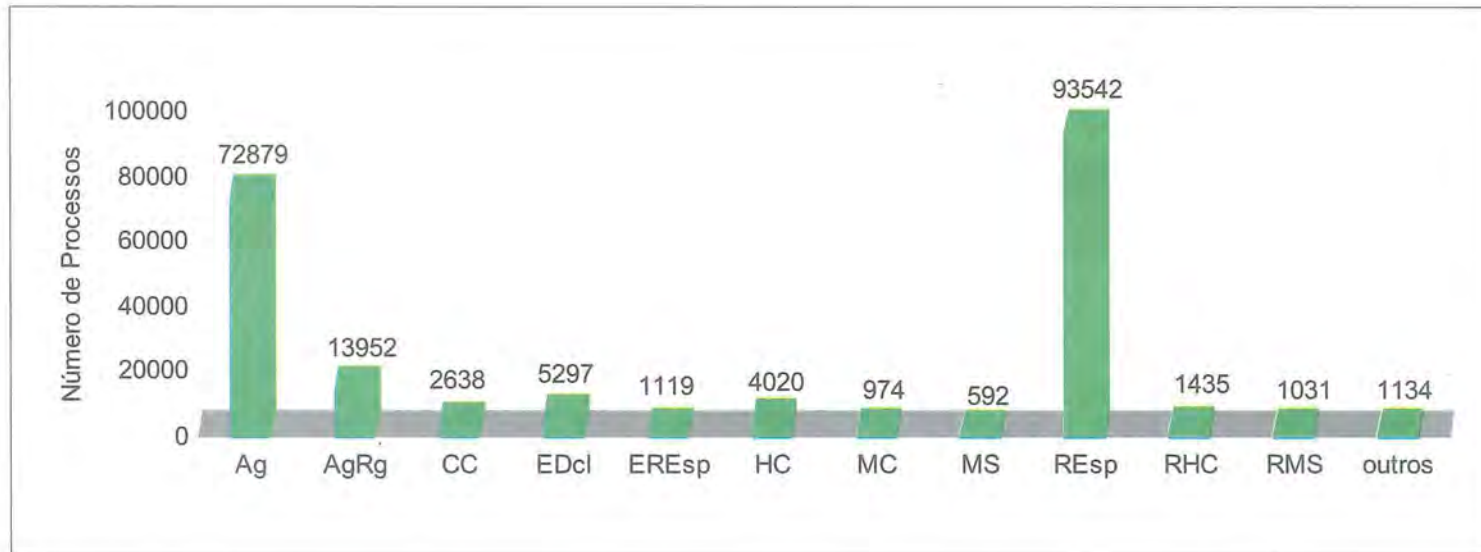
8 - Processos distribuídos por classes - Ano 2001



OUTROS									
Apn	28	EAg	12	HD	7	MI	2	RO	7
AR	645	EAR	3	IF	2	NC	66	Rp	28
CAt	29	ExSusp	1	IJ	9	Pet	212	RvCr	95
Com	2	ExVerd	7	Inq	31	Rcl	193		

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

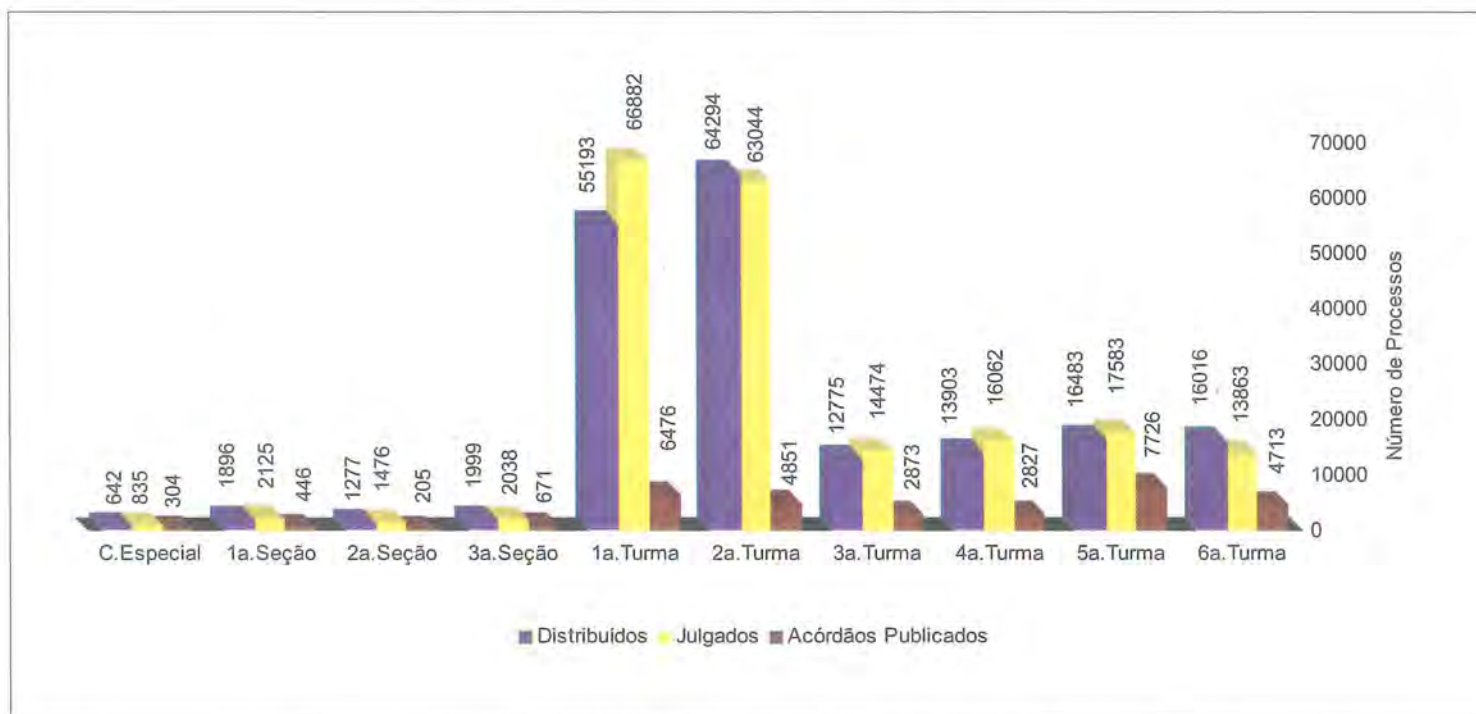
9 - Processos julgados por classes - Ano 2001



OUTROS								
AC	EAg	10	IF	8	Pet	239	SS	111
APn	9	EAR	2	IJ	3	Rcl	148	
AR	427	ExSusp	1	Inq	14	RO	1	
CAt	21	ExVerd	1	MI	10	Rp	12	
Com	2	HD	7	NC	22	RvCr	86	

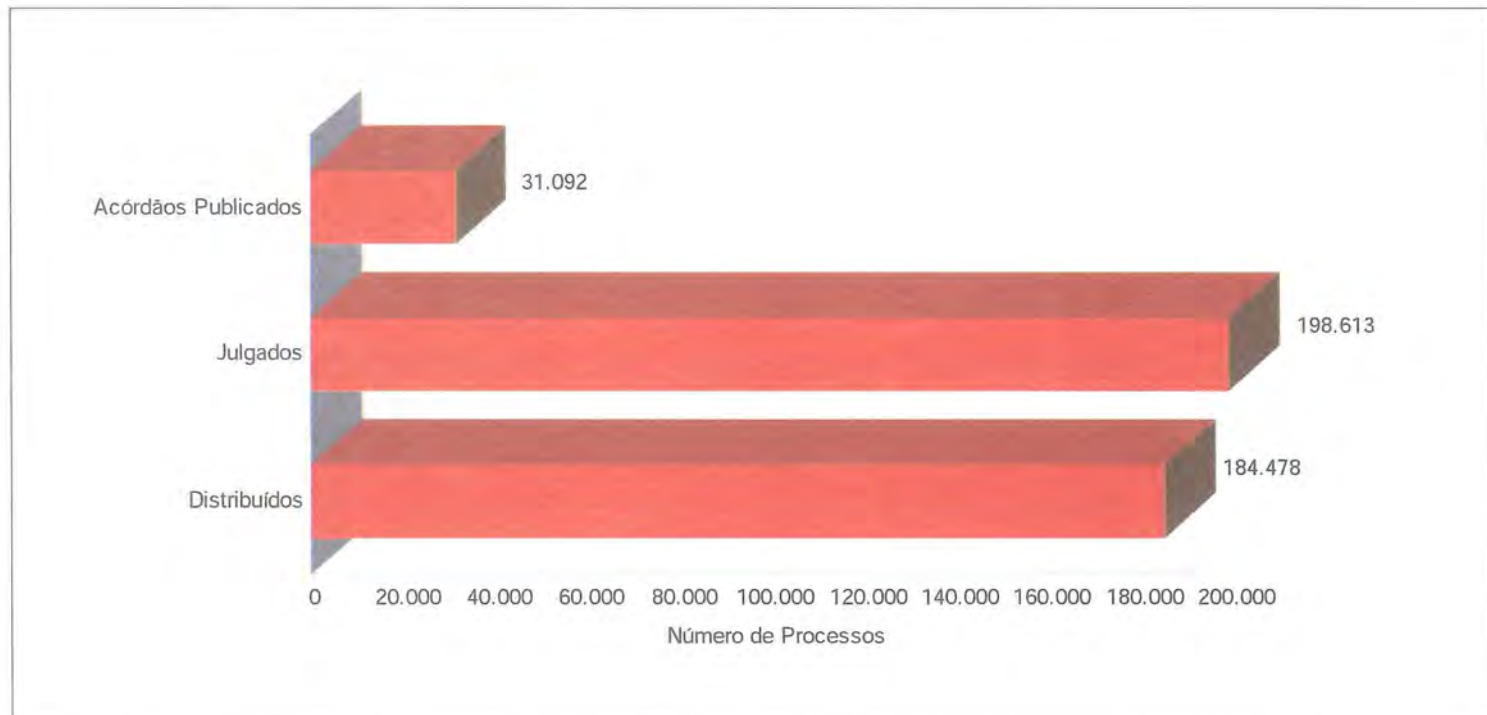
Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Nota : No gráfico acima estão incluídos os 43.454 processos julgados em sessão e os 155.159 decididos monocraticamente, totalizando 198.613 feitos.

10 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados na Corte Especial, Seções e Turmas - Ano 2001



Fontes: Subsecretarias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Notas : Nos processos julgados estão incluídos 13.942 agravos regimentais e 5.287 embargos de declaração, em número de 19.229 feitos.
 Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

11 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados - Ano 2001



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Nota : Nos processos julgados estão incluídos 13.952 agravos regimentais e 5.297 embargos de declaração, totalizando 19.249 feitos.

12 - Processos distribuídos e julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2001

Meses	1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997	
	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg
Janeiro	817		1325		2415	90	1715		2393	77	2775	22	4714	146	3226	70
Fevereiro	587	764	1506	1480	3635	2865	2432	3201	2982	3390	3849	3657	5825	6696	7602	6771
Março	926	974	1736	1549	1529	2621	4037	5096	4140	4851	8308	5159	6234	7723	8483	7534
Abril	1256	974	2426	2155	2270	2035	2858	2938	4668	4521	4778	5826	4396	6274	11177	11649
Maior	1209	1185	2549	2273	3265	2668	1738	3488	4021	4934	7375	7442	7262	7081	11977	9686
Junho	(1)1515	(1)258	1045	995	2057	2130	4203	3835	2072	2992	3415	4525	5570	4786	5922	7650	11117	13408
Julho	283		1059		1350		2715	200	3394	210	3210	189	6521	661	5123	235	6313	454
Agosto	757	710	1412	1598	2179	2360	2478	3993	3083	3868	3064	5549	5796	9084	7053	9717	6101	13196
Setembro	1246	661	1497	1205	1947	1892	3135	3693	3191	3987	3080	4162	6045	6770	7464	9097	7921	10413
Outubro	941	768	1765	1555	2235	1995	2867	3495	2809	3263	2974	3718	6282	6906	8814	8045	7715	10707
Novembro	808	713	1487	1282	1993	1765	3196	3622	3286	3183	3446	4576	6709	7044	8766	8709	8545	10252
Dezembro	553	601	1027	1210	2065	1668	2164	2311	2721	2879	1277	2540	4568	4975	5459	6256	6199	7914
Total	6103	3711	14087	11742	23368	19267	33872	31428	33336	35105	38670	43032	68576	62332	77032	77629	96376	102054



112

Recursos julgados de decisões proferidas no STJ Período: 7/4/1989 a 31/12/2001 Embargos de Declaração e Agravos Regimentais

Ano	AgRg	EDcl	Total
1989	90	71	161
1990	507	406	913
1991	1139	601	1740
1992	1926	829	2755
1993	2372	1438	3810
1994	2378	1620	3998
1995	3245	1749	4994
1996	4263	2244	6507
1997	7095	3696	10791
1998	10591	5182	15773
1999	7441	4577	12018
2000	11741	6243	17984
2001	13952	5297	19249

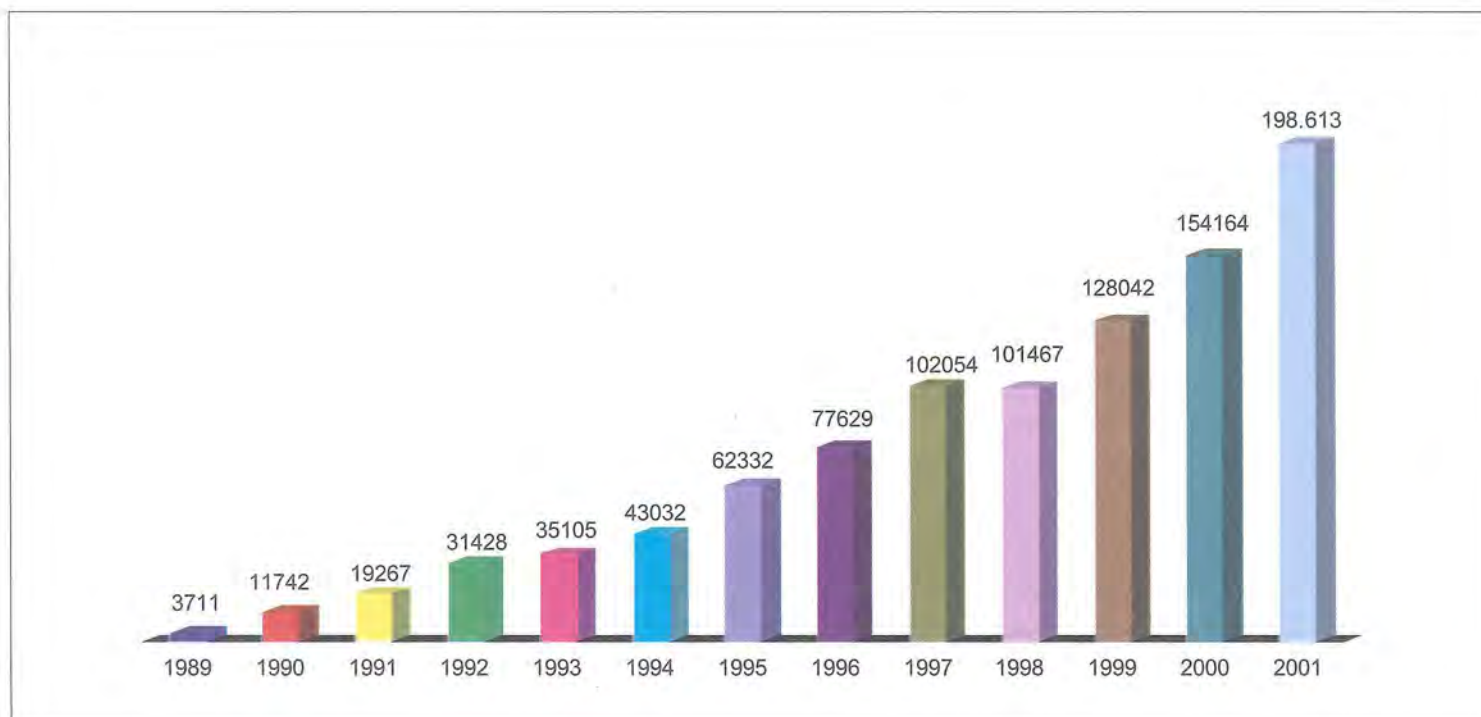
Fontes: Subsecretaria de Avaliação,
Classificação e Distribuição de Feitos;
Coordenadorias: Corte Especial,
Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Notas: Total de distribuídos no período: 937.720
Total de julgados no período: 968.586
No total de julgados estão
incluídos os agravos regimentais
e os embargos de declaração,
em número de 100.693.

Sinais convencionais utilizados:
.. Não se aplica dado numérico,
... Dado numérico não disponível.

(1) Processos referentes ao período de abril a junho/89.

1998		1999		2000		2001	
Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg
5315	175	4937	359	9751	295	11376	570
5060	8856	9883	11083	9528	17578	13474	18495
7758	10775	10607	13035	7292	12982	15745	21722
6533	6501	9124	10794	6066	9754	11278	13483
7044	9612	11336	12738	12991	14357	13979	20803
6435	8953	13092	11252	13862	15705	11290	15709
7608	107	8772	978	9933	1901	6784	478
8866	10989	11164	13103	14496	17007	13787	17174
10515	11575	12441	13170	15710	12792	18724	17547
10460	11843	11384	13862	21352	17411	31060	28821
9470	12753	9555	15382	18319	21320	24535	29237
7043	9328	6682	12286	11438	13062	12446	14574
92107	101467	118977	128042	150738	154164	184478	198613

13 - Processos julgados (crescimento) - período de 7/4/1989 a 31/12/2001



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Nota : Nos processos julgados estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 100.693 feitos.

14 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2001

Processos Anos	P Do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados (1)	Pendentes do Ano		Pendentes Acumulados	
				V. Relativo	(%)	V. Relativo	(%)
1989	..	6103	3550	2553	41,83	2553	41,83
1990	2553	14087	10829	3258	23,13	5811	28,78
1991	5811	23368	17527	5841	25,00	11652	26,75
1992	11652	33872	28673	5199	15,35	16851	21,76
1993	16851	33336	31295	2041	6,12	18892	17,06
1994	18892	38670	39034	-364	-0,94	18528	12,40
1995	18528	68576	57338	11238	16,39	29766	13,65
1996	29766	77032	71122	5910	7,67	35676	12,09
1997	35676	96376	91263	5113	5,31	40789	10,42
1998	40789	92107	85694	6413	6,96	47202	9,89
1999	47202	118977	116024	2953	2,48	50155	8,61
2000	50155	150738	136180	14558	9,66	64713	8,59
2001	64713	184478	179364	5114	2,77	69827	7,45
Total		937720	867893	69827		69827	7,45

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

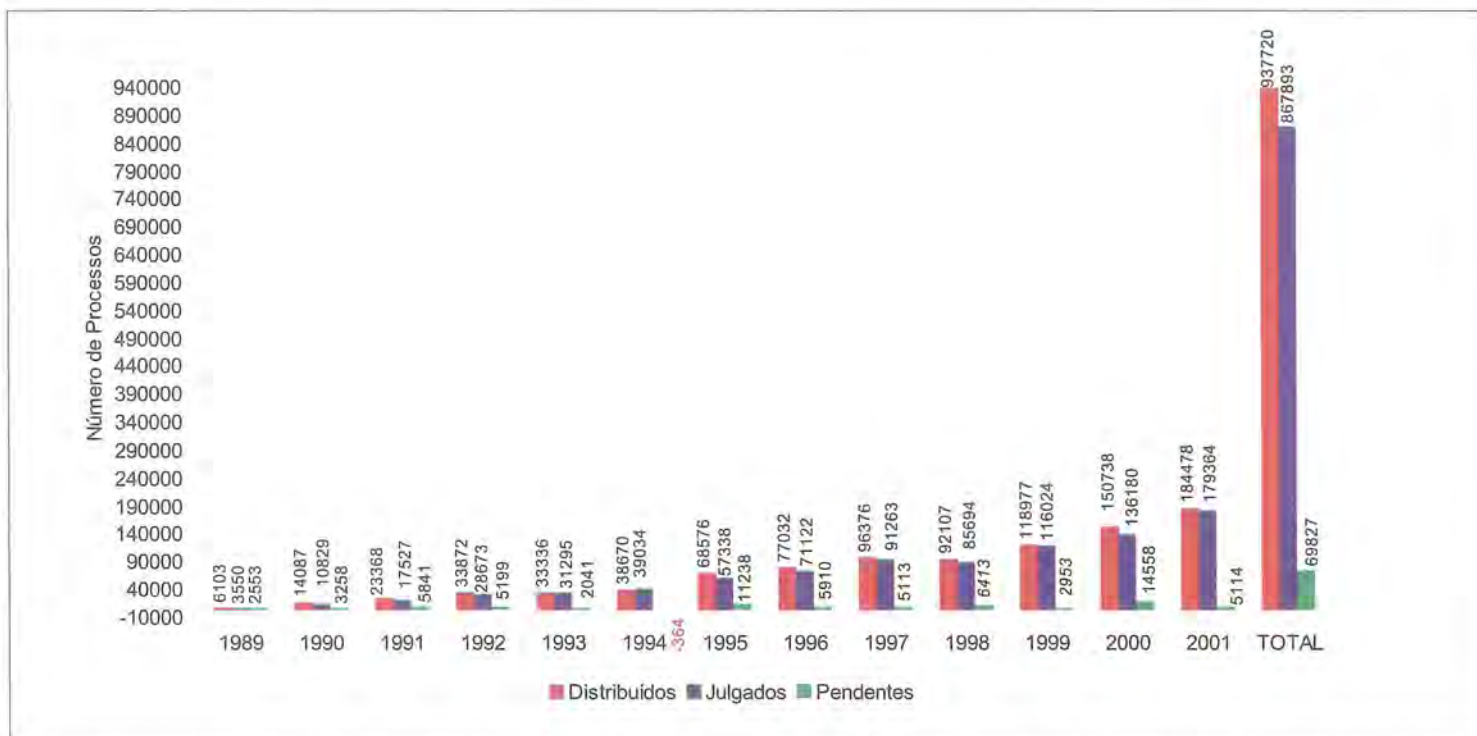
Nota : Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

(1) Não estão incluídos os 66.740 agravos regimentais e os 33.953 embargos de declaração [totalizando 100.693 feitos], em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos. [867.893 + 100.693 = 968.586 processos julgados].

15 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2001

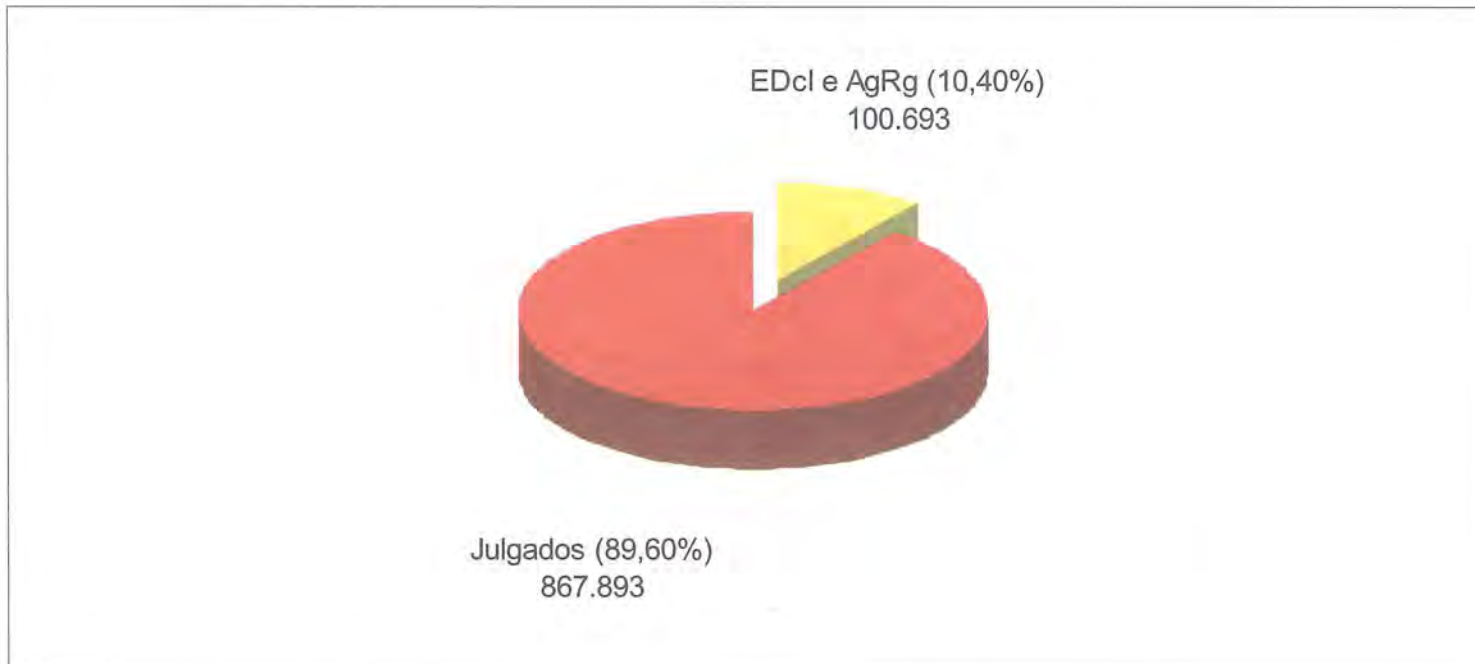


Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Nota : Nos processos julgados não estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 100.693 feitos.
 O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

16 - Processos julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2001

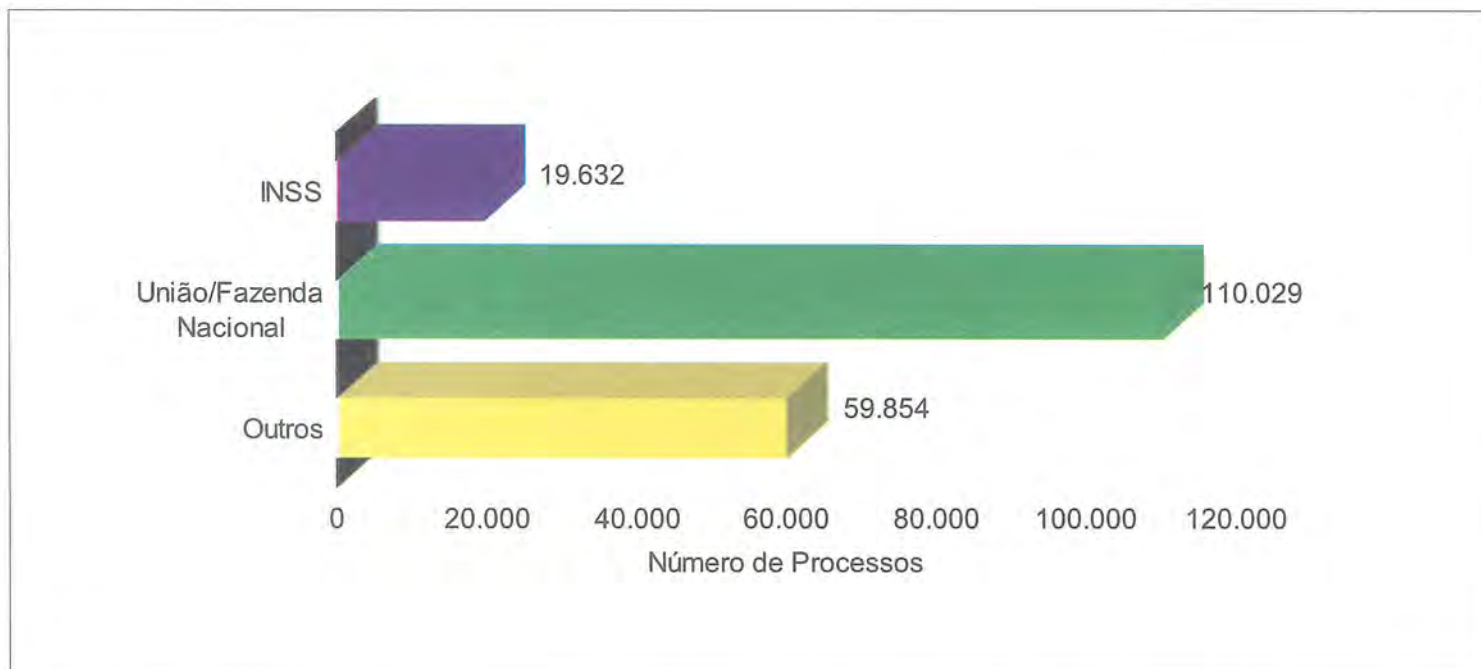


17 - Agravos regimentais e embargos de declaração julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2001



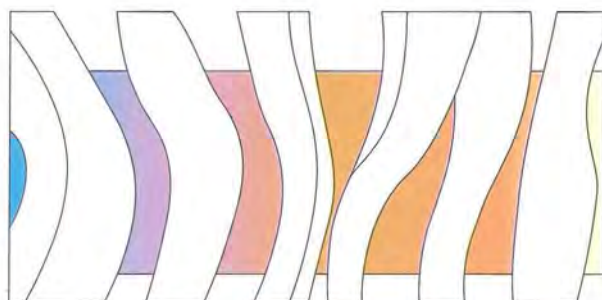
Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

18 - Processos autuados no STJ - Ano 2001



Fontes: Secretaria de Informática; Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.
Nota: Total de processos autuados: 189.515.

Anexo II - Presidência



AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS PELO PRESIDENTE

- Deputado Paulo Marinho, PFL/MA (10/4);
- Dr. Roberto Haddad, Tribunal Regional Federal da 3ª Região (10/4);
- Dr. Irineu de Oliveira, Advogado (11/4);
- Dr. Moacir Machado da Silva, Subprocurador da República (11/4);
- Sr. Vassili P. Gromov, Embaixador da Rússia (11/4);
- Sra. Roseana Sarney, Governadora do Estado do Maranhão (13/4);
- Sr. Artur V. C. Meyer, Embaixador do Brasil em Guiné Bissau (13/4);
- Dr. Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União, Dr. Amaury Bier, Ministro de Estado da Fazenda interino, Ministro Aloysio Nunes Ferreira, Secretário-Geral da Presidência da República, e Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central (18/4);
- Deputado Luiz Antonio Fleury, PTB/SP (18/4);
- Dr. Gastão Filho, Instituto Ibero-Americano de Direito Público (18/4);
- Dr. José Gregori, Ministro de Estado da Justiça (26/4);
- Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Associação dos Juizes Federais (26/4);
- Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Governador do Estado do Amapá (26/4);
- Dr. João Faustino Ferreira Neto, Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República (27/4);
- Dr. Américo Lacombe, Juiz aposentado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (9/5);
- Dr. João Roberto Egídio Piza Fontes, Advogado (9/5);
- Cel. Walter de Carvalho Simões Júnior, Quinta Assessoria do Comando do Exército (9/5);
- Dr. Luiz Aguiar, ONU Brasil (10/5);
- Dr. Martin Rivera Gómez, Embaixador de El Salvador (10/5);
- Dr. Werner Becker, Advogado (12/5);
- Dr. Arnold Wald, Advogado (12/5);
- Dr. Carlos Batista Franco, Juiz da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada de Minas Gerais (15/5);
- Diretoria da Credisutri e representantes da Associação dos Servidores Aposentados do Poder Judiciário (16/5);



- Dr. Tadeu Filipelli, Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal (16/5);
- Juíza Ellen Gracie Northfleet, Tribunal Regional Federal da 4ª Região (17/5);
- Dr. Nelson Buganza, Procurador do Banco do Brasil e Professor da AEUDF (17/5);
- Dr. Álvaro Passos, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (18/5);
- Juiz Carlos Fernando Mathias de Souza, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (18/5);
- Dr. Alexandre Gonçalves, Presidente da Terracap (18/5);
- Dr. Benjamim Gallotti, Advogado (18/5);
- Dr. Joel Coimbra, Procurador-Geral do Estado do Paraná, Dr. César Binder e Secretário de Saúde daquele Estado (18/5);
- Coordenadores da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE (19/5);
- Deputado Federal Luis Carlos Heinze, PPB/RS (22/5);
- Embaixador José Botafogo Gonçalves, Representante Especial da Presidência da República para Assuntos do Mercosul (23/5);
- Dra. Leda Janot, Subprocuradora-Geral da República aposentada, e Juiz Federal Edvaldo Batista (23/5);
- Dr. José Roberto de Moraes, Subprocurador-Geral do Estado de São Paulo (24/5);
- Jornalista Abnor Gondim, Jornal “Folha de S. Paulo” (24/5);
- Dr. Marco Mundim, Advogado (24/5);
- Dr. Raul Mariano, Procurador da Fazenda Nacional (24/5);
- Dr. Jorge Viana, Governador do Estado do Acre (24/5);
- Dra. Maria Tereza Cárcomo Lobo (25/5);
- representantes da Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica, acompanhados da Ministra Nancy Andrighi (25/5);
- Juíza Carmelita Brasil, Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas – ABRAME (25/5);
- Dr. Anthony Garotinho, Governador do Estado do Rio de Janeiro (25/5);
- Dr. Armando Castelar Pinheiro, Chefe do Departamento Econômico do BNDES (29/5);
- Dr. Dione Traveiro, Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (29/5);
- Dra. Elisa Martins, Secretaria Nacional de Desburocratização (29/5);
- Dr. Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União (29/5);
- Desembargador Estevam Maia, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (30/5);
- Drs. Leon Fredja e Airton Nóbrega, Advogados (30/5);
- Dr. João Goulart Júnior, Banco Central (30/5);



- Dr. Ademar Sabino, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados (1º/6);
- Dr. José Carneiro, Advogado da Câmara dos Deputados (1º/6);
- Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (2/6);
- Dr. Paulo Cabral, Diretor-Presidente dos Diários Associados (2/6);
- Dr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União (6/6);
- Deputado Vivaldo Barbosa, PDT/RJ (6/6);
- Deputado Ricardo Berzoini, PT/SP (8/6);
- Juiz Wilson Zauhy Filho, Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (8/6);
- Juiz Raul Mariano Junior, Seção Judiciária de São Paulo (8/6);
- Dr. Jackson Smith Lisbôa, Presidente da Comissão de Eventos Jurídicos da Associação dos Advogados de Campina Grande/PB (13/6);
- Ten.-Brig.-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla, Presidente do Superior Tribunal Militar (13/6);
- Dr. Leo Tobino Fraga, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol (14/6);
- Dr. José Serra, Ministro de Estado da Saúde (14/6);
- Dra. Leonor Pinheiro (19/6);
- Dra. Patrícia Pereira, Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul (19/6);
- Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da Associação dos Juizes Federais- AJUFE (19/6);
- Dra. Selene Maria de Almeida, Juíza da 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal (19/6);
- Dr. Luiz Fux, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (19/6);
- Desembargador Sydney Ditttrich Zappa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (20/6);
- Dr. Joel Coimbra, Procurador-Geral do Estado do Paraná (20/6);
- Juiz Raul Mariano Junior, Seção Judiciária de São Paulo/SP (26/6);
- Dr. Antônio Vilas Boas, Advogado (26/6);
- Deputado Paulo Braga, PFL/BA (27/6);
- Dr. Roberto Policarpo Fagundes, Coordenador-Geral do SINDJUS (27/6);
- Desembargador Marco Aurélio Moreira de Oliveira (aposentado), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (27/6);
- Dr. Arnold Wald, Advogado (30/6);
- Dr. José Carlos Silveira (5/7);
- Dr. Ângelo Altué, Consultor Jurídico do Banco do Brasil (5/7);



- Dr. Isaiás Batista de Araújo, Chefe do Contencioso do Banco do Brasil (5/7);
- Dr. Acélio Roes, Advogado (5/7);
- Deputado Ubiratan Aguiar, PSDB/CE (5/7);
- Dr. Celso Castro, Advogado (6/7);
- Dr. Raimundo Dias Vianna, Procurador-Geral do Estado da Bahia (6/7);
- Drs. Antônio Klavidianos e Sérgio Rossi, Empresa ITEBRA (11/7);
- Desembargador Antônio Carlos Viana Santos, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (11/7);
- Dra. Gilda Carvalho, Subprocuradora-Geral da República (11/7);
- Dr. Gilberto Sabóia, Secretário de Estado de Direitos Humanos (13/7);
- Dr. Siqueira Castro, Advogado (13/7);
- Drs. Edson e Wilson Haubert, Advogados (13/7);
- Deputado José Antônio, PSB/MA (13/7);
- Dr. Bruno Matos e Silva, Chefe da Procuradoria do INSS junto ao STJ (14/7);
- Desembargador Antônio Carlos Viana Santos, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (31/7);
- Dr. Guilherme Schelb, Procurador da República no Distrito Federal (31/7);
- Dr. Joel Geraldo Coimbra, Procurador-Geral do Estado do Paraná (1º /8);
- Desembargador Sidnei Beneti, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1º/8);
- Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da AJUFE (2/8);
- Dr. Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República, e Dr. João Gualberto, Procurador da República (3/8);
- Dr. José Cechin, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social, e Dra. Eliza Martins, Secretária Nacional de Desburocratização (3/8);
- Dra. Geny Bárbara do Carmo Lima, Coperjus (3/8);
- Desembargador Edmundo Minervino, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (4/8);
- Professores John Attanasio e George Martinez, Law School Southern Methodist University of Dallas - Texas (7/8);
- Senador Bernardo Cabral, PFL/A (8/8);
- Ministro João Batista Brito Pereira, Tribunal Superior do Trabalho (8/8);
- Drs. Miguel Farage, Procurador-Geral do Distrito Federal, Alexandre Gonçalves, Presidente da TERRACAP, e Ronaldo Márcio do Vale, Chefe da Divisão Jurídica da TERRACAP (8/8);



- Desembargador Vallim Bellocchi, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (8/8);
- Dr. Joaquim Palhares, Advogado (8/8);
- Juíza Selene Maria de Almeida, 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal (8/8);
- Deputada Luci Choinacki, PT/SC, acompanhada do Sr. João Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e de representantes estaduais do MST (10/8);
- Dr. Roberto Zardi, Advogado (16/8);
- Desembargador Hosannah Florêncio, Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (17/8);
- Desembargador Estevam Maia, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (17/8);
- delegação de representantes indígenas de várias partes do país (17/8);
- Dr. Paulo Cabral, jornalista do Correio Braziliense (17/8);
- Dra. Sylvia Diniz, Advogada (17/8);
- Sir Nigel Rodley, Relator Especial sobre a questão da tortura na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (22/8);
- Desembargador Getúlio Moraes, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (22/8);
- Desembargador Araken de Assis, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (22/8);
- Desembargador Marcus Vinicius dos Santos Andrade, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (22/8);
- Deputado Nilmário Miranda, PT/MG (23/8);
- Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça (23/8);
- Dr. Antonio Herman Benjamin, Ministério Público de São Paulo (23/8);
- Dr. Nestor Colato, Associação dos Bancos – ASBACE (23/8);
- Deputado Alberto Goldman, PSDB/SP (24/8);
- Dr. Walter Borges Carneiro, Advogado (24/8);
- Dr. Hernan Alvarez, Presidente da Corte Suprema de Justiça do Chile (25/8);
- Prof. Cesare Mirabelli, Presidente da Corte Constitucional da Itália (25/8);
- Ministro Carlos Fernandez Gadea, Presidente da Corte Suprema de Justiça do Paraguai (25/8);
- Ministro Juan Mario Mariño Charlone, Presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai (25/8);
- Ministra Emilse Ardaya, representante do Presidente do Tribunal Supremo de Justiça da Bolívia, Ministro Oscar Hassenteusel (25/8);



- Dr. Eduardo Albuquerque, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal (25/8);
- Dra. Gladys Godoy, Consultoria Jurídica do Comando da Aeronáutica (28/8);
- Dr. Flávio Dino, Presidente da AJUFE (28/8);
- Desembargador João Mariosa, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (28/8);
- Deputado Rodrigo Rolemberg, Câmara Legislativa do Distrito Federal (28/8);
- Desembargador Ricardo Lewandowski, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (29/8);
- Deputado Luiz Antônio de Medeiros Neto, PFL/SP (30/8);
- Desembargador Getúlio Moraes, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (4/9);
- Sr. André Leal, pai do falecido estudante universitário João Cláudio (4/9);
- Dr. Luiz Carlos de Medeiros, Assessor do Embaixador Botafogo Gonçalves e Representante Especial do Presidente da República para assuntos do Mercosul (4/9);
- Srs. Roberto Policarpo Fagundes, Berilo José Leão Neto e Cíntia de Lacerda Borges, SINDJUS (5/9);
- Dr. Walcimar de Souza Oliveira, Advogado da Prefeitura do Município de Tapauá/AM (5/9);
- Juízas Magda Biavaschi e Maria Helena Sulzbach, do TRT de Porto Alegre/RS (5/9);
- Desembargador Antônio Carlos Viana Santos, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB (6/9);
- Dr. Petrônio Calmon, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (8/9);
- Dra. Gladys Godoy, Assessora Jurídica do Comando da Aeronáutica (8/9);
- Dra. Vera Regina Müller, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas Alternativas – Ministério da Justiça (8/9);
- Dr. Paulo Daniel Barreto Lima, Diretor do Programa de Qualidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (13/9);
- Srs. Eduardo Gonzalez Cueva e Brigitte Suhr, Movimento “Coalização para o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional - CICC” (14/9);
- Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Presidente do Conselho Federal da OAB (14/9);
- Dr. Régis de Oliveira, Vice-Prefeito da cidade de São Paulo (14/9);
- Lord Williams of Mostyn QC, Procurador-Geral do Governo do Reino Unido (19/9);
- Dr. Hélio Saul Mileski, Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (20/9);
- Desembargador Zalmino Zimmermann, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados Espíritas – ABRAME (22/9);
- Dr. Spencer Miranda, Advogado (22/9);
- Sr. Rodrigo Vidal (25/9);



- Dr. Miguel Farage, Procurador-Geral do Distrito Federal (25/9);
- Juíza Maria Teresa Cárcomo Lobo, aposentada da Justiça Federal do Rio de Janeiro (25/9);
- Dr. Marcelo Brizolla, (25/9);
- Dra. Maria Auxiliadora Silva, Assistente Social do Ministério da Saúde (26/9);
- Drs. Maria Eliane Menezes de Farias, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sônia Moreira, Assessora do Ministro da Educação; Humberto Jacques de Medeiros, Procurador, e Leoberto Francher, Juiz da Infância de Porto Alegre (26/9);
- Desembargador José Alberto Soares Maia, Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia; Dr. Manoel Santino, Secretário Especial do Governo do Estado do Pará; e Dra. Maria do Céu Cunha de Oliveira, Chefe da Representação do Governo do Estado do Pará (27/9);
- Dra. Rosali de Paula Lima, Procuradora-Geral do Estado de São Paulo (27/9);
- Dr. Flávio Dino de Carvalho, Presidente da Associação dos Juízes Federais - AJUFE (2/10);
- Dr. Mário Antônio Garófalo, funcionário aposentado do STJ (2/10);
- Dra. Leda Janot, Subprocuradora-Geral da República aposentada (3/10);
- Juíza Selene Maria de Almeida, Juíza da 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, e Dra. Carmem Maria Martins Gomes (3/10);
- Deputado Alberto Goldman, PSDB/SP (4/10);
- Dr. Roberto Policarpo, Coordenador-Geral do SINDJUS (5/10);
- Deputado Luiz Antônio de Medeiros Neto, PFL/SP, Prof. João Antônio Felício, Presidente da CUT, e Dr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical (5/10);
- Dr. Carlos Frederico Santos, Procurador Regional Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (9/10);
- Dra. Gladys Guimarães, Consultoria Jurídica do Comando da Aeronáutica (9/10);
- Dr. Luiz Carlos Bettiol, Advogado (9/10);
- Procuradora Meire Monteiro, Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social (9/10);
- Dr. Antonio Carlos Gonçalves, Escritório Pinheiro Neto Advogados (11/10);
- Desembargador Araken de Assis, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (17/10);
- Dr. Paulo Pereti Torelly, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (17/10);
- Desembargador Antônio Carlos Viana Santos, Presidente da AMB (18/10);
- Dr. Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União, e ao Professor Arnold Wald (18/10);
- Dr. Sebastião Costa Filho, Presidente da Associação Goiana de Municípios, aos prefeitos de municípios do Estado de Goiás, ao Dr. Sebastião Tejeta e mais 10 membros da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (19/10);



- Dr. Régis Queiroz e Dr. Pedro Cândido Dinamarco, Escritório Lombardi Advogados (24/10);
- Juiz Vilson Darós, Tribunal Regional Federal da 4ª Região (24/10);
- Dr. Joel Coimbra, Procurador-Geral do Estado do Paraná (25/10);
- Deputado Ricardo Fiúza, PFL/PE (25/10);
- Dr. José Reinaldo de Faria Pereira (25/10);
- Dr. Lázaro Barbosa, Assessor do Governo do Distrito Federal (30/10);
- Dr. Platão Fischer Püller, Coordenador de Programas Estratégicos do Ministério da Saúde (30/10);
- Dr. João Geraldo Piquet Carneiro e Dr. Antônio Marcos Umbelino Lobo, Instituto Hélio Beltrão (31/10);
- Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe e a bancada do PSB/Amapá, composta por 8 parlamentares (31/10);
- Comissão de Formatura da Turma de Direito do UniCEUB (6/11);
- Cel. Átila Maia, Assessor do Comando da Aeronáutica (6/11);
- Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Presidente da AJUFE (6/11);
- Desembargador Etério Galvão Filho, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (8/11);
- Dr. Roberto Policarpo, Professor Berilo José e Dr. Agnaldo Moraes, SINDIJUS (8/11);
- Dra. Elza Lugon, Advogada (9/11);
- Dr. Werner Becker, Advogado (9/11);
- Desembargador Luiz Carlos Gomes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (9/11);
- Sr. João Felício, Presidente da CUT e Dr. Roberto Caldas, Advogado (10/11);
- Sra. Andréa Cecin(27/11);
- Dr. José Maranhão, Governador do Estado da Paraíba (27/11);
- Senador Ney Suassuna, PMDB/PB (28/11);
- Sr. Grênivel Moura, ex-vereador do Município de Araci-BA, e Deputado Federal Gilmar Machado (29/11);
- Deputado Walter Pinheiro (30/11);
- Dra. Maria Helena Sulz e Desembargador Paulo Schimith, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (30/11);
- Dr. Geraldo Alckimin, Vice-Governador do Estado de São Paulo (30/11);
- Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (1º/12);
- Dr. Douglas Rodrigues, Vice-Presidente da AMB e Professor Marcos Faro de Castro, da Universidade de Brasília (1º/12);



- Dr. Luiz Felipe Silveira Difini, Presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS (1º/12);
- Desembargador Luiz Carlos Gomes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (1º/12);
- Dra. Vera Müller, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas Alternativas – Ministério da Justiça (5/12);
- Dr. José Wilson Siqueira Campos, Governador do Estado do Tocantins (5/12);
- Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Governador do Estado do Amapá (6/12);
- Dr. Francisco Dornelles, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, e Dr. Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União (6/12);
- Desembargador José Fernandes Filho, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (6/12);
- Dr. José Weber Holanda Alves, Procurador-Geral do FNDE, e Dra. Luciene Toledo, Procuradora do FNDE (11/12);
- Juíza Valéria Medeiros de Albuquerque, 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro (12/12);
- Senador Sebastião Rocha, PDT/AP (12/12);
- Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Governador do Estado do Amapá (14/12);
- Dr. João Felício, Presidente da CUT (15/12);
- Professor Edvaldo Brito, Secretário de Negócios Jurídicos do Município de São Paulo (18/12);
- Drs. Ivo Evangelista de Ávila e Paulo Oyama, Advogados (19/12);
- Dr. Luiz Carlos Madeira, Advogado (19/12);
- Dr. José Márcio Mollo, Advogado (20/12);
- Cel. Simões Júnior, Assessoria Jurídica do Gabinete do Comandante do Exército (20/12);
- Senador Mozarildo Cavalcante, PFL/RR (20/12);
- Dr. Bruno Mattos e Silva, Procurador-Chefe do INSS junto ao STJ (20/12);
- Dra. Maria Augusta do Carmo, Advogada (22/12);
- Dr. Aldemir Machado (22/12);
- Dr. Heraldo Coutinho, Advogado (22/12);
- Dr. Hermenito Dourado, Juiz Aposentado (22/12);
- Dr. Petrônio Calmon, Advogado (26/12);
- Deputado Chiquinho Feitosa, PSDB/CE (27/12).



AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS AO PRESIDENTE

- Dr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República (10/5);
- Dr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil (22/9);
- Senador Amir Lando, Relator do Orçamento (17/10).

ENTREVISTAS A JORNALISTAS E VEÍCULOS DA MÍDIA

- Rádio Gualba, de Porto Alegre (13/4);
- Rádio Bandeirante, de Porto Alegre (13/4);
- entrevista coletiva na sede da AJURIS (14/4);
- Jornalista Fernando César Mesquita, da TV Senado (27/4);
- Radiobrás (9/5);
- Rede TV (17/5);
- Jornalista Márcia Quadros, da Gazeta Mercantil (18/5);
- Jornal Nacional, da TV Globo (19/5);
- Jornalista Mariângela Gallucci, do Jornal "O Estado de S. Paulo" (23/5);
- Jornalista Sônia Bridi, da TV Globo (23/5);
- revista *on line* "Portal Jurídico" (24/5);
- Jornalista Abnor Gondim, do Jornal "Folha de S. Paulo" (24/5);
- Dr. Ogier Buchi, da CNT (24/5);
- Jornalista Frederico Marques, da IG – *Internet Grátis* (31/5);
- Jornalista Tarcísio Holanda, da TV Câmara (31/5);
- Rádio Eldorado, de São Paulo/SP (5/6);
- Jornal "Valor", de São Paulo/SP (5/6);
- Rede Matogrossense de Televisão (8/6);
- Jornalista Luciana Amaral, da Revista "Consulex" (13/6);
- Jornalista Rosana Branth, do "Diário Popular" (14/6);
- Jornalista Ana Amélia Melo, do "Canal Rural" (20/6);
- Programa SBT Rio Grande, Porto Alegre/ RG (21/6);
- Jornalista Lazier Martins, do Programa "Conversas Cruzadas" da RBS, Porto Alegre (21/6);
- Jornalista Ubirajara Valdez, da Rádio Bandeirantes de Porto Alegre (3/7);



- Programa "Amir Domingues", Rádio Guaíba (4/7);
- Jornal da AJURIS (4/7);
- Rede TV (6/7);
- Jornal "O Estado de São Paulo" (2/8);
- Jornalista José Fonseca Filho, Jornal "A Tarde", Salvador (8/8);
- Rádio Gaúcha (17/8);
- Rádio Eldorado, São Paulo/SP (17/8);
- Rádio Guaíba, Porto Alegre/RS (17/8);
- Dr. Antônio Martins, editor da revista jurídica na internet, *site* "Carta Maior" (17/8);
- Repórter Júlio Mosqueira, da Rede TV (17/8);
- Jornalista Alexandre Garcia, da TV Globo (18/8);
- Jornal "Tribuna Judiciária", da ABRAME (4/9);
- Jornalista Walter Lima, da Rádio Nacional (5/9);
- Rede Matogrossense de Televisão (5/9);
- Rádio Nacional (11/9);
- Rádio CBN (11/9);
- debate na TV Senado com o Senador Edson Lobão sobre a Reforma do Judiciário (13/9);
- Rádio CBN (20/9);
- Programa "Bom Dia Santa Catarina", Florianópolis/SC (21/9);
- Programa do Heródoto, Rádio CBN (22/9);
- Jornalista Walter Lima, Programa "Revista Brasil", Rádio Nacional (22/9);
- Rede Brasil – Radiobrás (25/9);
- TV Senado (26/9);
- Rede Brasil – Radiobrás (27/9);
- Jornal "O Dia" (11/10);
- Jornalista Sérgio Léo, Jornal Valor Econômico (26/10);
- Jornalista Marco Aurélio, Rádio CBN (26/10);
- Revista Época (10/11);
- Jornalista Alexandre Machado, Jornal Correio Braziliense (29/11);
- Revista Cláudia (7/12);
- Rádio CBN (7/12).



SOLENIDADES DE POSSE

- Juízes Fernando Costa Tourinho Neto e Antônio Augusto Catão Alves nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (17/4);
- Juiz Flávio Dino de Castro e Costa no cargo de Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (8/6);
- Ministro Fernando Neves da Silva como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (27/6);
- Nova direção do Tribunal Superior do Trabalho (Presidente: Ministro Almir Pazzianotto; Vice-Presidente: Ursulino Santos Filho; Corregedor-Geral: José Luiz Vasconcellos.) (1º/8);
- Ministro Paulo Costa Leite no Instituto dos Advogados de São Paulo, na categoria de “sócio colaborador”, São Paulo/SP (28/9);
- Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira na Cadeira nº 12 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (4/12);
- Ministros Humberto Guimarães Souto e Bento José Bugarín nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (14/12);
- Juíza Ellen Gracie Northfleet no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (14/12);
- nova diretoria da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – AJUFER (15/12);
- Desembargador Sebastião Castro Filho no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (18/12);
- Dra. Anne Elisabeth de Oliveira como Defensora Pública Geral da União (19/12).

CONDECORAÇÕES

- Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico (23/10);
- Comenda da Ordem dos Cavaleiros da Boca Maldita, Curitiba/PR (13/12);
- Medalha do Mérito Judiciário do Estado de Mato Grosso (21/12).

ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

- palestra sobre “O Papel do Superior Tribunal de Justiça na Federação Brasileira” no Encontro Jurídico sobre a Organização Judiciária e o Sistema Processual dos Países de Língua Portuguesa, Recife/PE (6 e 7/4);
- O Direito Brasileiro – Passado, Presente e Futuro”, São Paulo/SP (24/4);
- 1ª Conferência sobre Federalismo Cooperativo, Brasília/DF (9 a 11/5);
- 1º Encontro Nacional de Juizes Federais do Interior com o tema: “Interiorização da



Justiça Federal: a busca da eficiência na prestação jurisdicional”, Ribeirão Preto/SP (11 a 14/5);

- pronunciamento na abertura do Seminário Internacional “Água, bem mais precioso do milênio”, Brasília/DF (17/5);
- conferência sobre “O Superior Tribunal de Justiça na Hierarquia Judiciária” no XXI Congresso de Direito Constitucional – Desafios do Direito Público para o Século XXI, São Paulo/SP (26/5);
- participação no painel “Meios e Modos de Combater a Corrupção no Brasil”, Brasília/DF (2/6);
- presidente do primeiro painel de abertura do “Congresso Internacional de Direito Ambiental”, São Paulo/SP (5/6);
- participação no seminário “O Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos”, Brasília/DF (12/6);
- participação no “III Encontro Nacional da Magistratura e Meio Ambiente”, Manaus/AM (15/6);
- palestra na Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL (21/6);
- conferência de abertura do “Seminário Estadual da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (23/6);
- palestra no encerramento da XXI Semana do Advogado , comemorativa da criação dos cursos jurídicos no Brasil, Campina Grande/PB (11/8);
- participação na abertura do seminário “Advocacia a Caminho do Novo Século”, em homenagem à memória dos Advogados Barachísio dos Santos Lisboa e Álvaro Peçanha Martins, Salvador/BA (14/8);
- conferência no seminário “Advocacia a Caminho do Novo Século”, supracitado (15/8);
- palestra na abertura do XVII Seminário Roma-Brasília: “Roma Americana 500 Anos – Identidade Latina e Resistência. Direito e Cultura no Mundo Contemporâneo (24/8);
- abertura do II Seminário de Direito para Jornalistas (28/8);
- participação na abertura do Congresso Internacional “Perspectivas das Relações de Trabalho no Brasil e no Mundo” (30/8);
- participação no V Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região, Mangaratiba/RJ (31/8);
- palestra no V Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região, supracitado, RJ (2/9);
- participação no 48º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, João Pessoa/PB (15 e 16/9);
- cerimônia de abertura do “43rd. Annual Meeting of the International Association of Judges”, Recife/PE (18/9);
- abertura da V Jornada Brasileira sobre Temas da Justiça Federal, Florianópolis/SC (21/9);
- I Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas – ABRAME (23/9);
- palestra na Faculdade de Direito da Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha sobre o tema “O Superior Tribunal de Justiça numa perspectiva nacional”, Marília/SP (29/9);



- abertura do I Encontro sobre Doutrina e Jurisprudência em Direito Processual Civil, Brasília/DF (5/10);
- participação no 49º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Belém/PA (6 a 8/10);
- abertura do seminário sobre a Reforma do Poder Judiciário e a Reforma Tributária ocorrido simultaneamente ao II Encontro Regional dos Juizes Federais, Recife/PE (12 e 13/10);
- abertura do VIII Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social - CONPREV, João Pessoa/PB (12/10);
- presidiu o painel "Constituição e Democracia" no XVII Encontro Nacional de Juizes Federais, Brasília/DF (19/10);
- participação no III Congresso Brasiliense de Direito Constitucional - Limites do Estado como palestrante do painel "Ainda a Crise do Poder Judiciário", Brasília/DF (26/10);
- palestra na sede da AMAERJ sobre o tema "O Judiciário e suas perspectivas à luz da reforma", Rio de Janeiro/RJ (27/10);
- palestra na abertura do VI Congresso de Estudos Jurídicos do Estado de Tocantins e IV Encontro dos Advogados Tocantinenses, Palmas/TO (7/11);
- participação no painel "O Poder Judiciário às Portas do 3º Milênio" no X Ciclo de Estudos Jurídicos - O Direito no Limiar de uma Nova Era, Goiânia/GO (10/11);
- participação no Curso de Mediação co-promovido com a National Center State Courts e a Associação dos Magistrados Brasileiros, Williamsburg/Estados Unidos (11/11);
- encerramento do XII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Brasília/DF (29/11);
- abertura do Seminário Nacional "A Eficácia da Lei de Tortura", Brasília/DF (30/11);
- assinatura do Pacto da Sociedade Brasileira contra a Tortura, Brasília/DF (1º/12);
- abertura do Seminário "Agências Reguladoras - O novo modelo regulatório e seu aperfeiçoamento", Brasília/DF (6/12);
- abertura do "I Congresso Brasileiro de Administração da Justiça", Brasília/DF (6/12);
- Encontro "Biotecnologia - Segurança Ambiental e Alimentar", Brasília/DF (7/12);
- palestra de abertura do I Congresso Estadual dos Magistrados do Rio Grande do Norte, Natal/RN (7/12).

VISITAS OFICIAIS

- ao Tribunal de Contas da União (5/9);
- ao Jornal "O Dia", Rio de Janeiro/RJ (4/12);



- ao Jornal “Tribuna da Imprensa”, Rio de Janeiro/RJ (4/12);
- ao Comando de Defesa Aérea Brasileira - COMDABRA (12/12);
- ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (13/12);
- à Justiça Federal do Estado do Paraná (13/12).

EVENTOS INTERNOS

- eventos comemorativos do Dia das Mães (10/5);
- palestra “Visão estratégica da nova gestão” e apresentação dos programas de qualidade do STJ (22/5);
- abertura da “IV Semana de Saúde” do STJ (13/6);
- sessão plenária para eleição do membro do Tribunal Superior Eleitoral em vaga decorrente do término do biênio do Ministro Edson Vidigal (30/6);
- reunião com o Vice-Presidente e Presidentes dos órgãos julgadores para apreciação da uniformização de procedimentos (23/8);
- sessão plenária para eleger o membro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, em decorrência da posse do Senhor Ministro Zveiter como membro efetivo (23/8);
- reunião com o Vice-Presidente e Presidentes dos órgãos julgadores para apreciação da uniformização dos procedimentos (30/8);
- solenidade de lançamento do “Programa Direito em Módulos”, com palestra da Ministra Eliana Calmon (11/9);
- sessão plenária para votação de lista tripla para preenchimento da vaga do Ministro Eduardo Ribeiro (12/9);
- apresentação do Sistema de Segurança do STJ (9/10);
- festa em comemoração ao “Dia das Crianças” no berçário do STJ (11/10);
- abertura da comemoração do “Dia do Servidor” (26/10);
- homenagem ao Ministro Cid Flaquer Scartezini (6/12);
- missa em comemoração do Natal (12/12);
- festividades natalinas dos servidores do STJ e do CJF (15/12).

OUTROS EVENTOS

- solenidade de entrega do Grande Colar de Alta Distinção da Ordem do Mérito Pontes de Miranda ao Senador José Sarney, ex-Presidente da República Federativa do Brasil (7/4);



- solenidade de aposição do retrato do Senador Bernardo Cabral na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (12/4);
- homenagem póstuma ao Ministro Carlos Alberto Madeira, do Supremo Tribunal Federal (13/4);
- ato de repúdio à "Lei da Mordaca", Porto Alegre/RS (14/4);
- solenidade de inauguração do novo Parque Gráfico do Correio Braziliense (18/4);
- solenidade de entrega do "Colar do Mérito Judiciário" ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal (24/4);
- solenidade de entrega do prêmio "Direitos Humanos 1999", instituído pela Associação das Nações Unidas - Brasil, São Paulo/SP (26/5);
- reunião/almoço que contou com a presença do Ministro Domingos Franciulli Netto, que discorrerá sobre o tema "Inconstitucionalidade da Taxa Selic para Fins Tributários", São Paulo/SP (26/5);
- cerimônia de aposição do retrato do Ministro Eduardo Ribeiro, Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (biênio 1998/2000), na Galeria de Honra da Corregedoria (30/5);
- palestra proferida pelo Dr. Piero Luigi Vigna, Procurador-Geral Antimáfia da Itália, sobre "Medidas Legais de Combate à Criminalidade Organizada - Experiência Italiana", Brasília/DF (1º/6);
- solenidade em homenagem ao Professor José Afonso da Silva (5/6);
- solenidade de instalação da 1ª Vara Federal do Meio Ambiente da 4ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS (9/6);
- assinatura de Acordo de Cooperação entre o Superior Tribunal de Justiça e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Brasília/DF (12/6);
- reunião com os Diretores-Gerais dos Tribunais Superiores, Brasília/DF (19/6);
- 1ª reunião dos Diretores de Escolas de Magistratura, Brasília/DF (26/6);
- assinatura do Acordo de Cooperação para Implantação do Processo de Execução Fiscal Virtual da 3ª Região, Brasília (27/6);
- reunião com o Senador Bernardo Cabral e os Ministros integrantes da Comissão Temporária para acompanhamento da Reforma do Poder Judiciário (3/8);
- sessão solene comemorativa do jubileu de prata do Ministro Moreira Alves como juiz do Supremo Tribunal Federal (9/8);
- solenidade de encerramento do 7º Ciclo Internacional de Conferências do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (19/8);
- inauguração da sede da Escola Superior do Ministério Público e solenidade de outorga do Colar do Mérito *Tobias Barreto* ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Sergipe, Albano do Prado Pimentel Franco, e aos Exmos. Srs. Ministros José Arnaldo da Fonseca e Luiz Carlos Fontes de Alencar (21/8);
- almoço por ocasião da visita oficial da Comissão de Justiça Interamericana da OEA (23/8);



- sessão solene de outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Bonfim Abrahão Tobias, Câmara Legislativa do Distrito Federal (29/8);
- solenidade de comemoração do primeiro ano de instalação do Juizado Central Criminal, Brasília/DF (4/9);
- solenidade de lançamento da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas - Ministério da Justiça (12/9);
- abertura do Programa de Desenvolvimento Gerencial do CJF (13/9);
- sessão solene de instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e posse de seus membros, sala de sessões do TST (26/9);
- lançamento da obra "Crimes Eleitorais", de autoria da Dra. Suzana de Camargo Gomes, São Paulo/SP (28/9);
- lançamento oficial do *síte* jurídico "Carta Maior", São Paulo/SP (29/9);
- sessão solene em homenagem aos 118 anos do jornal "A Gazeta" e aos 105 anos do jornal "Correio do Povo" do Estado do Rio Grande do Sul, Câmara dos Deputados, Brasília/DF (10/10);
- lançamento do livro "Ética na Advocacia - Estudos Diversos", Conselho Federal da OAB, Brasília/DF (16/10);
- audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senado Federal, Brasília/DF (24/10);
- cerimônia de entrega do Prêmio "Pontes de Miranda" ao Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos Moreira Alves (6/11);
- exposição "José Sarney - O Poeta e o Defensor da Liberdade", comemorativa dos 70 anos do político, escritor, acadêmico e ex-Presidente da República, Brasília/DF (8/11);
- lançamento do livro "Temas de Direito em Homenagem ao Ministro Humberto Gomes de Barros" (8/11);
- inauguração da nova sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília/DF (12/12);



AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS PELO PRESIDENTE

- Desembargador Décio Erpen, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (4/1);
- Ministro Carlos Átila, Tribunal de Contas da União (4/1);
- Drs. Marcos Maia Júnior, Procurador-Geral do INSS, e Bruno Mattos e Silva, Procurador-Chefe do INSS junto ao STJ (5/1);
- Dr. Mauro Gomes de Matos, Advogado (29/1);
- Dr. Fernando Miranda, Sociedade Civil Boca Maldita/PR, e ao Jornalista Marcone Formiga (30/1);
- Dr. Marco Antonio Marques da Silva, Diretor Administrativo da Associação dos Magistrados Brasileiros (30/1);
- Deputado João Alfredo, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (30/1);
- Dr. Carlos Miguel Aidar, futuro Presidente da OAB/SP (2/2);
- Desembargador Hélio Barros Siqueira Campos, Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (5/2);
- Dr. Aloísio Régis, Procurador do Estado de Alagoas (5/2);
- Deputado Geddel Vieira Lima, PMDB/BA (6/2);
- Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (6/2);
- Dr. Paulo Torelly, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (6/2);
- Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo, PSDB/SP (8/2);
- Desembargador Luiz Gonzaga Brandão, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (8/2);
- Dra. Leda Janot, Procuradora aposentada do Distrito Federal (8/2);
- Dra. Helenita Acioli, Subprocuradora-Geral da República (8/2);
- Juiz Vladimir Passos de Freitas, Corregedor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (13/2);
- Dr. Flávio Dino, Presidente da Associação dos Juizes Federais (13/2);
- Desembargador Antonio Carlos Viana Santos, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (13/2);
- Juiz Paulo Schimith, AMATRA IV (14/2);
- Dra. Anne Elizabeth, Defensora Pública Geral da União (14/2);
- Deputado Coriolano Sales, PMDB/BA (14/2);
- Drs. Paulo Lobo e Aloísio Régis (14/2);



- representantes da Associação dos Servidores do STJ – ASSTJ (14/2);
- Ministros Gilmar Mendes e Francisco Dornelles, Advogado-Geral da União e Ministro do Trabalho e Emprego, respectivamente (14/2);
- Dra. Celeide Farias, Advogada de Campina Grande (15/2);
- Desembargador Etéreo Galvão, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (14/2);
- Dr. Inocêncio Mártires Coelho, Advogado (15/2);
- Dr. Guilherme Augusto Caputo Bastos, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul, e representantes do Tribunal Administrativo do BID (20/2);
- Desembargador Carmo Antonio de Souza, Corregedor e futuro Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (20/2);
- Dr. Werner Becker, Advogado (20/2);
- Bispo Manoel Ramos e Dr. Roberto Wagner, Rede Record (21/2);
- Senador Bernardo Cabral, PFL/AM (21/2);
- Drs. Carlos Mathias, TRF 1ª Região, Douglas Rodrigues, AMB, e Gustavo Alckmin, ANAMATRA (22/2);
- Dra. Rosali de Paula Lima, Procuradora-Geral do Estado de São Paulo (22/2);
- Dr. Petrônio Calmon, Ministério Público do Distrito Federal (22/2);
- Sr. Márcio Prata, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Tiradentes de Sergipe (22/2);
- Dra. Vera Müller, Assessora do Ministério da Justiça (1º/3);
- Dr. Antônio Fernando Barros e Silva e Souza, Subprocurador-Geral da República (1º/3);
- Dra. Arinda Fernandes, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (1º/3);
- Juiz Ricardo Cunha Chimenti, Coordenador Presidente do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, constituído pela Associação dos Magistrados Brasileiros, acompanhado do Des. Jones Figueiredo Alves e Juizes Carlos Alberto Alves da Rocha, Janete Vargas Simões, Luís Felipe Salomão, Marcos Sérgio Galliano Daros e Paulo Fernando de Brito Feitoza (6/3);
- Dr. Carlos Nivam, Tribunal de Contas da União (6/3);
- representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Magistrados do Amapá e de Desembargadores do Tribunal de Justiça daquele Estado (6/3);
- Drs. Ademar Gomes, Presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo, Paulo Sérgio Leite Fernandes, representante da OAB/SP
- Dr. Antonio Carlos Bastos, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (7/3);



- Dr. Marcelo Leonardo, Presidente da OAB/MG (8/3);
- Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora-Geral da República (8/3);
- Dra. Laurita Hilário Vaz, Subprocuradora-Geral da República (8/3);
- Dra. Ana Maria Scartezziní (8/3);
- Dr. Ricardo de Oliveira Silva, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e Dr. Alexandre Lipp João, Promotor de Justiça daquele Estado (8/3);
- Dra. Sandra Suely de Jesus Bastos da Silva, Coordenadora-Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE (8/3);
- Desembargador Luiz Fux, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (12/3);
- Dra. Helenita Caiado de Acioli, Subprocuradora-Geral da República (12/3);
- Ministro Aldo da Silva Fagundes, Superior Tribunal Militar (12/3);
- Desembargador Carlos Prudêncio, Presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil e Vice-Presidente e Coordenador do Projeto de Modernização do Judiciário (12/3);
- Senador José Eduardo Dutra, Líder do PT no Senado Federal (12/3);
- Desembargador Francisco da Motta Macedo, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (12/3);
- Dr. Luiz Roque Lombardo Barbosa, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo (12/3);
- Deputado Júlio Semeghini, PSDB/SP (13/3);
- Dr. Álvaro Montelro da Silva Lopes (14/3);
- Dra. Darcy Santana Vitobello, Procuradora Regional da República no Estado de São Paulo (14/3);
- Dr. Almir Bastos Martins, Procurador-Geral da Fazenda Nacional (14/3);
- Dr. Antônio Lázaro da Silva, Cemig (15/3);
- Dr. Omar de Almeida Júnior, Procurador de Justiça do Estado de Tocantins (15/3);
- Desembargadores José Fernandes Filho, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e Djalma Martins da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (20/3);
- Dra. Cláudia Patterson, Tribunal Regional Federal da 5ª Região (20/3);
- Dr. Alexander Ladislau Menezes, Defensor Público Geral de Roraima, e Dra. Geiza Maria Brasil Xaut, Assessora no Tribunal de Justiça daquele Estado (20/3);
- Dr. Ricardo José Negrão Nogueira, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo (20/3);
- Dr. Adilson Rodrigues, Procurador de Justiça do Distrito Federal (20/3);
- Dra. Yedda de Lourdes Pereira, Subprocuradora-Geral da República, e jornalista Roberto Cabrini (21/3);



- Dr. Francisco Oswaldo Neves Domelles, Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego (21/3);
- Desembargador Estevam Maia, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (26/3);
- Deputado Renato Rainha, Câmara Legislativa do Distrito Federal (26/3);
- Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, acompanhado dos Drs. Sérgio Darse da Silva Reis, Diretor de Normas, e José Coelho Ferreira, Procurador do Banco Central (27/3);
- Dr. Cláudio Barros Silva, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (27/3);
- Deputado Inaldo Leitão, PSDB/PB (27/3);
- Sr. João Antonio Felício, Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT (27/3);
- Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Ouvidor-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (28/3);
- Dr. Rubens Oliveira Lima, Advogado (28/3);
- Dr. Arão da Providência, Advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (28/3);
- Deputado Dilceu Sperafico, PPB/PR (28/3);
- Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, acompanhado de sete representantes daquela entidade (28/3);
- Dr. Rodrigues Lopes, Secretário de Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado do Desembargador Mota Macedo, Presidente da AMAERJ (2/4);
- Dra. Solange Bentes Jurema, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (2/4);
- Dr. Flávio Dino, Presidente da AJUFE, e Dr. Gustavo Tadeu Alckmin, Presidente da ANAMATRA (2/4);
- Dr. Nelson Nery Costa, Presidente da OAB/PI (2/4);
- Deputado Sérgio Miranda, PC do B/MG (3/4);
- Cel. Virgínio Cruz de Castro (3/4);
- Dra. Maria Isabel Pereira da Costa, da AJURIS, acompanhada dos Drs. Roberto Carvalho Fraga, Dr. Rinez da Trindade, Vera Lúcia Deboni, Joel Sanj Cheva e João Ricardo dos Santos, juízes do Rio Grande do Sul (4/4);
- Sr. Wellington Teixeira de Azeredo e representantes dos trabalhadores demitidos da Fundação Nacional de Saúde (9/4);
- Dr. Délvio Bufolin, Tribunal Regional Federal da 3ª Região (9/4);
- Dr. João Alberto Capiberibe, Governador do Estado do Amapá (9/4);
- Dr. Wilson Roberto Milagres (9/4);
- Jornalista Marilena Chiarelli, TV Senado (9/4);
- Dr. Marcos Maia, Procurador do INSS (10/4);



- Ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, Corregedora-Geral da União (10/4);
- Desembargador Marcos Andrade, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (10/4);
- Dr. Lourival Santos, Diretor Jurídico da Ed. Abril (10/4);
- Senador Osmar Dias, PSDB/PR (16/4);
- Dr. Márcio José de Moraes, Presidente eleito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (16/4);
- Dra. Rauliete Barbosa Guedes, Presidente da Associação das Vítimas do Palace II, e ao Dr. Eduardo Lutz;
- Deputado Ivânio Guerra, PFL/PR, acompanhado dos Drs. Cássio Teles, Advogado, e Renato Cardoso, Presidente da OAB de Pato Branco/PR (17/4);
- Gen. Dilermando Adler (17/4);
- Deputado José Antônio Almeida, Vice-Líder do PSB (17/4);
- Jornalistas Marcone Formiga e Márcia Hoffman, do periódico "Brasília em Dia" (17/4);
- Srs. Caio Rubens Cruz Teixeira, Ana Luíza de Figueiredo Gomes, José Carlos Sanches, Lúcia Maria Bernardes de Freitas e Wilson Trevisan, representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE (17/4);
- Dr. José Serra, Ministro de Estado da Saúde (17/4);
- Sra. Amirah Saba (17/4);
- Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar, PSDB/CE (18/4);
- Deputado Dirceu Sperafico, PPB/PR (18/4);
- Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, futuro Presidente da ANAMATRA (18/4);
- Deputado Ciro Simoni, PDT da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (19/4);
- Desembargador Dácio Vieira, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (20/4);
- Desembargador Carlos Prudêncio, Presidente do IMB/SC, Vice-Presidente Nacional do IMB e Coordenador-Geral do Projeto de Modernização do Poder Judiciário (20/4);
- Dra. Elizabeth Ribeiro, ex-Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (23/4);
- Padre Jacy Cogó, Diretor do Colégio Santo Salesiano do Menor, e à Diretora do Centro Salesiano do Menor – CESAM (23/4);
- Dr. Ismar José de Queiroz, Advogado (24/4);
- Dr. Luiz Antônio Castagna Maia, Advogado (24/4);
- Drs. Antônio Carlos Viana, Cláudio Baldino Maciel e Luiz Felipe Salomão, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Diretor do AMB (25/4);
- Deputado José Paixão, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (26/4);
- Ministro Clifford Wallace, Juiz do Tribunal de Apelações do 9º Distrito, San Diego -



Califórnia; Dr. Robert A. Goodin, Sócio fundador da firma "Goodin, MacBride, Squeri, Ritchie & Day" e membro da Universidade Americana de Advogados; e Dr. Edward P. Davis Jr., Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Stanford e membro do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Advogados, Seccional do Distrito Norte da Califórnia. Os três são representantes da organização norte-americana "Study and Development of Legal Systems - ISDLS (3/5);

- Dr. Antônio Herman Benjamin, do Ministério Público de São Paulo (7/5);
- Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil (8/5);
- Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Tribunal Superior do Trabalho (8/5);
- Juíza Helena Sobral de Albuquerque Mello, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas (8/5);
- Dr. Luís Carlos Lima, Presidente da Yanmar do Brasil S.A. (9/5);
- Embaixador Adolfo Wesphalen, e ao Dr. Galindo de Medeiros, Assessor do Embaixador Botafogo Gonçalves - Representante da República para Assuntos do Mercosul (9/5);
- Drs. João Luís Nogueira Matias e Luís Praxedes Vieira da Silva, Juizes Federais do Estado do Ceará (9/5);
- Dr. Miguel Ângelo Farage de Carvalho, Procurador-Geral do Distrito Federal, e aos Secretários do Governo do DF Dr. Benjamin Roriz e Wellington Luiz Moraes (9/5);
- Dr. João Cunha, Advogado (10/5);
- Juíza Federal Maísa Giudice, da 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (10/5);
- Professor Paulo Afonso Leme Machado, da Universidade Federal de São Paulo (10/5);
- Desembargador Hélio Quaglia Barbosa, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (10/5);
- Desembargador Régis Fernandes de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (10/5);
- Dr. Flávio Dino, Presidente da AJUFE (14/5);
- Dra. Maria Celeste Costa e Silva, Procuradora do Estado do Mato Grosso do Sul (15/5);
- Dra. Rosana Lombardi, Advogada (15/5);
- Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União (16/5);
- Desembargadores José Fernandes Filho, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (16/5);
- Senador Eduardo Suplicy, acompanhado do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado João Alfredo, do Estado do Ceará (16/5);
- Dr. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Procurador-Geral da República - 4ª Região - RS (17/5);
- Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (17/5);



- Deputado Osvaldo Biolchi, PMDB/RS (21/5);
- Dr. Bruno Matos e Silva, Procurador-Chefe do INSS junto ao STJ (22/5);
- Desembargador Pedro Feu Rosa, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (23/5);
- Ministros Pedro Parente, da Casa Civil, e Gilmar Mendes, da Advocacia-Geral da União (23/5);
- Desembargador Roberto Vallim Bellocchi, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (24/5);
- Dr. Heitor José Müller, Coordenador do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (24/5);
- Drs. Hugo Cavalcante Melo Filho e Grijalbo Coutinho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA (24/5);
- Dr. Flávio de Almeida Salles, Advogado (25/5);
- Dr. Paulo Sallas, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Credores da União, Estados e Municípios (29/5);
- Sr. Francisco de Assis Aquino Custódio, Presidente da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – ASSTJ (30/5);
- Deputado Arthur Virgílio Neto, PSDB/AM, acompanhados dos Vereadores de Manaus Arthur Virgílio Bisneto e Fabrício Lima (30/5);
- Dr. Manoel Santos, Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (5/6);
- Drs. Antônio Carlos Viana Santos e Douglas Rodrigues, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (5/6);
- comissão de alunos do Colégio Mackenzie (5/6);
- Desembargadores Irajá Pimentel e Mário Machado Vieira Neto (5/6);
- Dra. Ana Maria Reis, acompanhada da Dra. Mônica Goes Mendes de Almeida e Dr. Luiz Fernando Mendes de Almeida (da Faculdade Cândido Mendes – Rio de Janeiro), bem como dos advogados americanos Robert Romano e David Robinson (6/6);
- Ministro Olympio Pereira da Silva Júnior, Superior Tribunal Militar (7/6);
- Dr. Anthony Garotinho, Governador do Estado do Rio de Janeiro (11/6);
- Drs. Elson Crisóstomo e Elza Lugon, Advogados (11/6);
- Sra. Marinete Brandão, Presidente da União Solidarietà Cristã São Francisco de Assis (11/6);
- Dr. Emílio Carazzai, Presidente da Caixa Econômica Federal (18/6);



- Senador Bernardo Cabral, PFL/AM (19/6);
- Dr. Márcio José de Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Deputado Paulo Kobayashi, PSDB/SP, e ao Sr. Jumji Ab, Prefeito de Mogi das Cruzes (19/6);
- Drs. Flávio Dino, Presidente da AJUFE, e Renato Becho, Diretor de Relações Internacionais da AJUFE (19/6);
- Deputado Feu Rosa, PSDB/ES, acompanhado do Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa (19/6);
- Dr. Ricardo Alfonsín (19/6);
- Deputado Juquinha, PSDB/GO (26/6);
- Dr. Luiz Felipe Silveira Difini, Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS (26/6);
- Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA (26/6);
- Dr. José Geraldo Brito Filomeno, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo (26/6);
- Ministro Rafael Mayer, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (2/7);
- Dr. Inocêncio Mártires Coelho, Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Público (2/7);
- Dra. Vera Müller, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas Alternativas (3/7);
- Srs. Berilo José Leão Neto e Roberto Policarpo Fagundes, do SINDJUS (3/7);
- Desembargador Régis de Oliveira, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acompanhado do Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Alimentícia (4/7);
- Dr. Avelino Amaral, Presidente do VOIP GROUP (Voice Over Internet Protocol) (4/7);
- Dr. Petrônio Calmon Filho, Instituto Brasileiro de Direito Processual (4/7);
- Dra. Maria Angélica David Kreile, Advogada (5/7);
- Dr. Márcio Garcia, Centro de Direito Internacional (5/7);
- Deputado Ricardo Fluzza, PFL/PE (5/7);
- Dr. Flávio Luiz Yarshell, Advogado e Diretor da ASSP (5/7);
- Drs. Oscar Luís de Moraes e Dr. Eduardo Ferrão, Presidente da Itaipu Binacional (6/7);
- Dr. Werner Becker, Advogado (9/7);
- Dr. João Batista Silva Plácido, Procurador-Geral do Estado do Amapá (9/7);
- Dra. Rosali de Paula Lima, Procuradora-Geral do Estado de São Paulo, e Dr. José Roberto de Moraes, Subprocurador-Geral daquele Estado (11/7);
- Dr. Luiz Augusto Rodrigues, Advogado (11/7);
- Drs. Luiz Felipe Silveira Difini e Dra. Vera Lúcia Deboni, Presidente e Vice-Presidente da AJURIS (12/7);



- Senador Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal (12/7);
- Dr. Antônio Marcos Umbelino Lobo, Presidente do Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem (12/7);
- Dr. Roberto Vieira Machado, Engenheiro de Finanças de São Paulo (31/7);
- Dr. Anthony Garotinho, Governador do Estado do Rio de Janeiro (1º/8);
- Dr. Luiz César Correia, Advogado (2/8);
- Dr. Vicente Renato Paolillo, Presidente da Comissão de Assuntos Relativos a Precatórios Judiciais da OAB/SP, acompanhado de seis integrantes da mencionada comissão (2/8);
- Deputado Luiz Antonio Medeiros e a Presidente dos Taxistas do Rio de Janeiro (2/8);
- Dra. Paula Montero, expositora do evento "Brasil 50 mil anos" (2/8);
- Dra. Maria Dione de Araújo Felipe, Procuradora da Fazenda Nacional (3/8);
- Drs. Flávio Dino, Paulo Sérgio e Fábio Prieto, da AJUFE (6/8);
- Dr. Márcio José de Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (7/8);
- Srs. Berilo Leão e Roberto Policarpo, do SINDJUS (7/8);
- Sr. Zózimo Barbosa, Presidente da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Imprensa Nacional, acompanhado dos Srs. José Reis (Secretário) e Pedro Lemos (Tesoureiro) e do Dr. Melillo Diniz (Advogado) (8/8);
- Desembargador Paulo Lessa, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (8/8);
- Dr. Miguel Ângelo Farage de Carvalho, Procurador-Geral do Distrito Federal (8/8);
- Dr. Pedro Gurjão, Juiz Federal aposentado do Ceará, acompanhado do Dr. Roberto Wagner (9/8);
- Juiz Carlos Fernando Mathias de Souza, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (10/8);
- Desembargador Valter Xavier, Presidente do Instituto dos Magistrados (10/8);
- Dr. Francisco Dornelles, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (14/8);
- Senador Carlos Bezerra, PMDB/MT (15/8);
- Ministro Milton Luiz Pereira, Coordenador-Geral da Justiça Federal (15/8);
- Dr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás (15/8);
- Deputados estaduais de Goiás e os Ministros Castro Filho e Laurita Vaz (15/8);
- Dr. Renato Navarro Guerreiro, Presidente da ANATEL, e ao Dr. Antônio Bedran, Procurador-Geral da ANATEL (16/8);
- Desembargador Mário Machado, Presidente da AMAGIS/DF (16/8);
- Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (20/8);



- Dras. Vera Galante e Charlotte Peterson, Assessora Cultural e Adida Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América, respectivamente (21/8);
- Desembargador Luiz Fux, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (21/8);
- Dr. Cláudio Barros Silva, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado da Dra. Ivana Farina, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (21/8);
- Dr. William Powers, da Faculdade de Direito do Texas (21/8);
- Senador Carlos Bezerra, PMDB/MT (22/8);
- Dr. Carlos Frederico Santos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (22/8);
- Juiz Délvio Buffolin, do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (22/8);
- Sr. João Felício, Presidente da CUT (22/8);
- Desembargadora Letícia Sardes, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (22/8);
- Dr. Dino Flávio, Presidente da AJUFE (27/8);
- comissão de servidores do STJ (27/8);
- Professor Jacques Commaille, Coordenador do Projeto “A Carta Judiciária do Brasil” (27/8);
- Desembargador Aymoré Mello, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (28/8);
- Dr. Ênio Waldir Silva, Advogado (3/9);
- Dr. João Pereira Filho, Advogado (4/9);
- Dr. Aluísio Régis, Procurador do Estado de Alagoas (4/9);
- Sr. Kemal Yared, funcionário aposentado da Presidência da República (4/9);
- Deputado Delfim Netto, PPB/SP (4/9);
- Desembargador José Fernandes Filho, Tribunal de Justiça de Minas Gerais (5/9);
- Senador Amir Lando, PMDB/RO (5/9);
- Dr. Carlos Alberto Agostini, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO, acompanhado do Dr. Hermílio Francisco da Silva Filho, representante do Sindicato dos Agentes Fiscais dos Tributos Estaduais do Piauí – SENAFITE/PI (10/9);
- Drs. Flávio Dino, Presidente da AJUFE, e Hugo Melo, Presidente da ANAMATRA (11/9);
- Drs. Tanaka, Presidente da Cia. Yamar do Brasil, e Akira, Diretor, e Luiz Carlos Lima, Advogado (11/9);
- Srs. Roberto Policarpo e Berilo José, do SINDJUS (12/9);
- Dr. Henrique Nelson Calandra, Juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo (12/9);
- Dr. Joaquim Palhares, Advogado, acompanhado dos Desembargadores Araken de Assis e Luiz Fux, bem como dos Professores Ovídio Batista da Silva e Cruz Tucci (12/9);



- Jornalista Paulo Cabral (12/9);
- Dr. Evandro Pereira Valadão Lopes, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região (18/9);
- Deputado Luiz Carlos Hauly, PSDB/PR (18/9);
- Coronel Carlos Alberto da Conceição, 5º COMAR/RS (18/9);
- Desembargador Hélio Quaglia, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (18/9);
- Desembargador Dácio Vieira, Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (18/9);
- Dr. José Gerardo de Oliveira, Juiz do Distrito Federal (24/9);
- Dr. Demócrito Reinaldo Filho, Juiz de Direito em Recife e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Informática (24/9);
- Dr. João Cunha, Advogado (24/9);
- Dr. Fábio Pimenta Kallás, Secretário de Planejamento de Passos/MG (24/9);
- Deputado Ivânio Guerra, PFL/PR (24/9);
- Dr. Paulo Leão, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (26/9);]
- Srs. José Jesus de Oliveira, Presidente da CREDISUTRI, e Airton Candeia, Gerente (26/9);
- Drs. Anete Mair Medeiros de Pontes Vieira e Luiz Carlos Martins Alves Júnior, do Escritório Gaia, Silva e Rolim Associados (27/9);
- Senadores Wellington Roberto, PMDB/PB, e Romero Jucá, PSDB/RR (27/9);
- Dr. Nilson Curado, Advogado (27/9);
- Juiz Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Diretor do Foro em exercício da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (28/9);
- Vereadores Waldemar Antônio Lemes Filho e José Escobar Cavalcante, respectivamente, Presidente e Superintendente da União dos Vereadores do Brasil (11/10);
- Desembargador Carlos Prudêncio, Vice-Presidente do IMB/Nacional, Presidente do IMB/SC e Coordenador do Projeto "Modernização do Poder Judiciário" (11/10);
- Dr. Júlio Denega, Advogado (11/10);
- Dr. Aristides Junqueira, Advogado (11/10);
- Lucas Graf, Vice-Presidente da Associação dos Procuradores do Distrito Federal (15/10);
- Dr. Wagner de Castro, Advogado (15/10);
- Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos, Advogado (15/10);
- Dr. Flávio Dino, Presidente da AJUFE (15/10);
- Sr. Philippe Darrieux, da Escola Nacional de Magistratura da França, e ao Sr. Guillaume



Ernst, Adido de Cooperação da Embaixada da França no Brasil, acompanhados do Desembargador Sidnei Beneti (16/10);

- Dr. Arnoldo Wald, Advogado (16/10);
- Senador Wellington Roberto, PMDB/PB (16/10);
- Ministro Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União, e Dr. Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores (18/10);
- Senador Sebastião Rocha, Líder do PDT (18/10);
- Sr. Ivan Marques Simões, servidor do STJ (18/10);
- Dra. Delza Curvello Rocha, Subprocuradora-Geral da República (18/10);
- Drs. Roberto Caldas e Cláudio Santos da Silva, Advogados do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, acompanhados dos Professores Roberto Leher, Luís Allan Kunzle e José Domingues de Godói Filho, respectivamente, Presidente, Segundo Vice-Presidente e Tesoureiro do ANDES (23/10);
- Professora Marília Xavier Cury, Coordenadora da Exposição "Brasil 50 mil anos" (23/10);
- Dr. Ditimar Sousa Britto, Procurador Adjunto da Fazenda Nacional (23/10);
- Dr. Aluísio Régis, Procurador do Estado de Alagoas (23/10);
- Juíza Vera Lúcia Deboni, Vice-Presidente da AJURIS e Coordenadora de Desenvolvimento Social da UNESCO (23/10);
- Dr. Raimundo Brancio, bem como aos Promotores de Justiça do Distrito Federal Ana Luíza Leão Osório, Rodolfo Cunha Sales e Libânio Alves Rodrigues (23/10);
- Dr. José Roberto Sampaio, Advogado (26/10);
- Srs. Roberto Policarpo e Berilo José, do SINDJUS (26/10);
- Desembargador José Fernandes Filho, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (30/10);
- Dr. Helvécio de Brito Maria Neto, Presidente da Associação dos Magistrados do Tocantins (30/10);
- Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho (30/10);
- Dr. Alexandre Pellissare Cidade, Advogado (30/10);
- Dra. Vera Müller, Ministério da Justiça (30/10);
- Dr. Maurício Lindoso, Advogado (5/11);
- Desembargador Carmo Antônio de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (6/11);
- Deputado Ciro Simoni, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado da Deputada Federal Ana Maria Corso (PT/RS), representante do Movimento de Mulheres Gaúchas, e das Sras. Miguelina Vecchio, representante do Conselho dos Direitos da Mulher do RS, e Ana Elusa Sterb Rech, representante da Comissão dos Direitos Humanos da AL/RS (6/11);



- Dra. Elizabeth Leão, da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (6/11);
- Desembargadora Maria Berenice Dias, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (7/11);
- Desembargador Régis de Oliveira, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (7/11);
- Deputado Luciano Simões, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (12/11);
- Sr. Roberto Policarpo, SINDJUS (13/11);
- Dra. Josilma Batista Saraiva, Advogada, acompanhada de representantes do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional (13/11);
- Dra. Luciana Amaral Corrêa, Juíza Federal da 8ª Vara de Porto Alegre/RS (13/11);
- Sr. Francisco Luiz Sartori, suplente de Senador (eleito na chapa do Senador Amir Francisco Lando – eleições de 1994) (13/11);
- Dras. Hélia Leite Carvalho Cassimiro e Maria Rosa da Silva Acosta, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal, acompanhadas dos Drs. José Wellington Ferreira e Maria Cristina dos Reis Santiago e Sr. Iran Ferreira de Miranda (13/11);
- Dr. Carlos Eduardo da Silva Monteiro, Procurador-Geral do Banco Central, Dr. Luiz Ribeiro de Andrade, Subprocurador do BC, e Dr. Sérgio Lima, Chefe do Departamento de Cadastro do BC (19/11);
- Dr. Augusto de Carvalho, da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (19/11);
- Dr. Milton Zanina Schelb, Procurador da Agência Nacional de Petróleo (20/11);
- Dr. Paulo Rogério Amoretty (20/11);
- Senador Osmar Dias, acompanhado do Dr. João P. Gebran, Presidente da Associação dos Magistrados Federais; Desembargador Vicente Troiano Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Hipólito Xavier, Presidente da OAB/PR; Dr. Alcení Guerra, Presidente da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná; Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa daquele Estado; Sr. Marcos Domakoski, Presidente da Associação Comercial do PR, Sr. Rubens Brustolin, Presidente da Federação Comercial do PR, e membros da imprensa, equipe da Rede Globo de Televisão (20/11);
- Dr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás (420/11);
- Dr. André Tavares, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (20/11);
- Deputados federais Walter Pinheiro, PT/BA, e José Dirceu, PT/SP (21/11);
- Sra. Dilke Maria Benedicta Barbosa de Faria Salgado, servidora aposentada do STJ (23/11);
- Dra. Dalide Corrêa, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal (23/11);
- Drs. Cláudio Barros Silva e Antônio Carlos Bastos, respectivamente, Procurador-Geral e Subprocurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (23/11);
- Desembargador Silvino Lopes Neto, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (26/11);



- Conselheiro Cid Furtado, aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (26/11);
- Dr. João Batista Campelo, Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, e ao Cel. Arnóbio Bessa, Comandante-Geral da Polícia Militar (26/11);
- Dr. Aloysio Nunes Ferreira, Ministro de Estado da Justiça (26/11);
- Dr. Joaquim Palhares, Advogado (29/11);
- Brigadeiro-do-Ar R/R Ercio Braga (3/12);
- Dr. Aloysio Nunes Ferreira, Ministro de Estado da Justiça (3/12);
- Dr. João Piza (4/12);
- Dr. José Carlos Dias, ex-Ministro da Justiça (4/12);
- Dr. Walter do Carmo Barletta, Procurador-Geral da União (4/12);
- Sra. Andréa Rezende (4/12);
- Senador Francelino Pereira, PFL/MG (4/12);
- Deputado Ricardo Fiúza, PFL/PE, acompanhado do Sr. Cícero Lucena, Prefeito Municipal de Campina Grande/PB (5/12);
- Deputado Ricardo Berzoini, PT/SP, e Dr. Eduardo Rondino, Presidente da Associação dos Funcionários do BANESPA (6/12);
- Dr. Antônio Fucio, Dra. Denise e Sr. Abinoaldo Rodrigues, Associação dos Servidores da Imprensa Nacional (6/12);
- Drs. Arnaldo Bernardino, Presidente da Confederação Médica Brasileira, e Raul Canal, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Médico e Biodireito (6/12);
- Dr. Luís Cláudio Rodrigues Ferreira, Presidente da Editora Fórum (11/12);
- Srs. Roberto Policarpo Fagundes, Coordenador-Geral do SINDJUS/DF, e Berilo Leão (11/12);
- Dras. Elizabeth Valentin e Anália Francisca Fernandes, da Rede Ferroviária Federal (11/12);
- Deputado Federal Sampaio Dória, PSDB/SP (11/12);
- Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente Nacional da Força Sindical (11/12);
- Deputado Federal Walter Pinheiro, PT/BA, acompanhado de representantes da banca de oposição da Assembléia Legislativa da Bahia (11/12);
- Dr. Sérgio Canozzi (12/12);
- Drs. Adão Neves de Oliveira, Aurimar Dias Ribeiro, Valdomiro José Lucindo e Antônio Vilela, representantes da Associação dos Servidores Aposentados do STJ – ASAJUS (12/12);
- Deputado Federal Dilceu Sperafico, PPB/PR, acompanhado de quatro prefeitos da região oeste do Estado do Paraná (12/12);
- Dr. Cláudio Baldino Maciel, novo Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (13/12);



- Juiz Enaldo Silva Moreira, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, acompanhado do Dr. Mauro Brandt, Assessor da Presidência do TJDF, Juiz George Leite, Dra. Vera Müller e Sr. Luiz Alberto, do Setor de Informática do TJDF (13/12);
- Drs. Adilson Rodrigues e Cláudio Azevedo, Coordenadores da FENAJUFE (13/12);
- Professor Luiz Cesar Aschermann Corrêa, representando a Universidade de Brigham Young – Provo, Utah, EUA (18/12);
- Deputado Federal Ivânio Guerra e ao Dr. Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (18/12);
- Drs. Francisco Duarte e André Alcântara, Advogados da União (18/12);
- representantes da nova diretoria da ASSTJ (19/12);
- Dr. João Batista Silva Plácido, Procurador-Geral do Estado do Amapá (19/12);
- Drs. Eliete Gondin e Leandro Zanini, Procuradores do Estado de Santa Catarina (19/12);
- Drs. Celso Mori e Eugênia Albermaz, Advogados (20/12);
- Dr. Aloísio Napoleão, Advogado (27/12).

AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS AO PRESIDENTE

- Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados (13/2);
- Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal (13/2);
- Senador Jáder Barbalho, Presidente do Senado Federal (12/3);
- Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (27/3);
- Senador Jáder Barbalho, Presidente do Senado Federal (18/6);
- Senador Edison Lobão, Presidente interino do Senado Federal (7/8);
- Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (8/8);
- Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal (27/9);
- Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (17/10).

ENTREVISTAS A JORNALISTAS E VEÍCULOS DA MÍDIA

- Rádio CBN (30/1);
- Jornalistas Márcia Quadros e Sérgio Prado, Gazeta Mercantil (30/1);
- Canal Futura (5/2);



- Rádio Guaíba (6/2);
- Programa Ferreira Neto, CNT ((6/2);
- Jornalista Teresa Cruvinel, Jornal "O Globo" (14/2);
- Jornalista Heródoto Barbeiro, CBN (19/2);
- Jornalista Marcone Formiga, Jornal "Brasília em Dia" (21/2);
- Jornalista Maurício Dias, Jornal do Brasil (5/3);
- Jornal "O Dia" (5/3);
- Jornalista Paulo Henrique Amorim, TV Cultura
- Jornalista Artemisa Azevedo, Programa "Falando Francamente", Rádio Nacional da Amazônia (13/3);
- Jornalista Bóris Casoy, Programa "Passando a Limpo", Rede Record (18/3);
- Jornalista Roberto Cabrini, TV Globo (19/3);
- Jornalista Armindo Ranzolin, Rádio Gaúcha (22/3);
- Jornalista Amir Domingues, Rádio Guaíba (22/3);
- Jornalistas Cristine Prestes, Editora de Legislação e Tributos, Juliano Basill e Layrse de Lima, Jornal Valor Econômico (26/3);
- Jornalista Sueli Montenegro, Agência Globo (26/3);
- Rádio Guaíba (28/3);
- Jornalista Carlos Alberto Sardenberg, CBN (16/4);
- Jornalista Frederico Vasconcelos, Folha de S. Paulo (19/4);
- Jornalista Ana Paula Macedo, Jornal "O Globo" (26/4);
- site "NO" (26/4);
- Rádio Guaíba (15/5);
- Jornalista Ana Amélia Lemos, Canal Rural da RBS (24/5);
- Jornalista Sérgio Prado, Jornal "Gazeta Mercantil" (25/5);
- Programa "Bom Dia, Maranhão", TV Mirante (14/6);
- Rádio Guaíba (2/7);
- coletiva para a imprensa (2/7);
- Dr. Túlio de Oliveira Martins, da AJURIS (11/7);
- Jornalista Heródoto Barbeiro, Rádio CBN (12/7);
- Jornalista Sérgio Prado, Gazeta Mercantil (12/7);



- Jornalista Valéria Blanc, Correio Braziliense (31/7);
- Jornalista Ederson Graneto, programa "Opinião Brasil" – TV Cultura (2/8);
- Jornalista Carlos Chagas, CNT (3/8);
- Jornalista Klécio Santos, Jornal "Zero Hora" (10/8);
- Canal Rural (RBS) (14/8);
- CBN (16/8);
- Jornalista Patrícia Andrade, Revista "Tudo", da Editora Abril (16/8);
- Rádio Eldorado de São Paulo (11/9);
- Jornalista Roberto Wagner, da "Tribuna do Brasil" (25/9);
- Rádio Guaíba (15/10);
- Rádio Eldorado (16/10);
- Programa Ferreira Neto, CNT (17/10);
- Canal Rural (23/10);
- Rádio Guaíba (13/11);
- Jornalista Gilberto Amaral (13/11);
- Jornalista Renato Machado, Programa "Bom Dia, Brasil", da Rede Globo (21/11);
- debate com o Senador Bernardo Cabral no Programa Ferreira Neto, CNT (21/11);
- Jornal dos Servidores do Banco do Brasil (5/12);
- Jornalista Heródoto Barbeiro, Rádio CBN (19/12);
- Rede Amazônica de Televisão (20/12);
- Rádio Guaíba (20/12);
- Jornalista Otávio Rodrigues, Revista da Editora Saraiva (27/12).

SOLENIDADES DE POSSE

- Conselho Seccional, da Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccção São Paulo, e da Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (9/2);
- Drs. Daniel Paes Ribeiro, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, João Batista Gomes Moreira, João Batista Gomes Moreira, Antônio Souza Prudente, Selene Maria de Almeida, Sebastião Fagundes de Deus e Antônio Sávio de Oliveira Chaves no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (15/2);
- Ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (6/3);



- diretoria da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica e das novas associadas, destacando a Excelentíssima Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet (26/3);
- novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (29/3);
- Ministro Sálvio de Figueiredo como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (3/4);
- novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (5/4);
- Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (2/5);
- novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2/5);
- nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da ANAMATRA (5/5);
- novos dirigentes do Supremo Tribunal Federal (31/5);
- novos dirigentes do Tribunal Superior Eleitoral (11/6);
- Ministro Olympio Pereira da Silva Junior no cargo de Presidente do Superior Tribunal Militar (20/6);
- novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (21/6);
- Dr. Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, na presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (6/9);
- Desembargadores Gudesteu Biber Sampaio e José Guido nos cargos de Presidente e Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (21/9);
- Ministro Luiz Carlos Lopes Madeira como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (27/9);
- Juízes Federais Substitutos da Primeira Região (12/11);
- novas integrantes da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Distrito Federal (23/11);
- novos Defensores Públicos da União (5/12);
- Desembargador Cláudio Baldino Maciel como Presidente da AMB, bem como da diretoria eleita para o triênio 2001/2004 (12/12).

CONDECORAÇÕES

- Colar do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (16/2);
- promoção ao Grau de Grã-Cruz do quadro especial do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar (17/4);
- Troféu Dom Quixote de La Mancha, outorgado pela Revista Justiça e Cidadania (17/4);
- promoção ao Grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Militar (18/4);
- Colar do Mérito Judiciário concedido pela Associação dos Magistrados Piauienses (11/5);
- Medalha Tiradentes concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (6/6);



- promoção ao Grau de Grande-Oficial do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval (11/6);
- Medalha Pontes de Miranda no Grau Grande Colar de Alta Distinção concedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (12/6);
- Ordem do Mérito Mato Grosso, no grau de Grã-Cruz, concedida pelo Governador do Estado daquele Estado (31/8);
- Título de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, concedido pela Assembléia Legislativa daquele Estado (22/11).

ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

- Colóquio sobre o tema "Cidadania Lusófona? Desejável? Possível? Conseqüências?, Lisboa/Portugal" (10 e 11/1);
- solenidade de encerramento do III Seminário de Direito Ambiental Imobiliário e I Conferência Internacional de Direito Ambiental Imobiliário, São Paulo/SP (9/3);
- abertura do III Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União, Brasília/DF (15/3);
- Seminário sobre Intermediação Financeira, Florianópolis/SC (15/3);
- palestra sobre "A Reforma do Poder Judiciário", no XXV Encontro Nacional do Colégio de Desembargadores Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil, Porto Alegre/RS (22/3);
- Debate Nacional - Proposta de Emenda à Constituição nº 472-E/97 - Limitação à Edição de Medidas Provisórias (6/4);
- conferência de encerramento do Seminário sobre Cooperação Judiciária Internacional (6/4);
- abertura do Seminário "Sistema Penitenciário - Verdades e Mentiras" (25/4);
- palestra por ocasião das comemorações do 10º aniversário do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (27/4);
- participação em palestra da AJUFE/ANAMATRA no Senado Federal (4/4);
- X Encontro da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região, Cabo de Santo Agostinho/PE (2 a 5/5);
- palestra no UniCeub (8/5);
- abertura do Seminário Internacional de Direito Ambiental, Brasília/DF (9/5);
- palestra na Associação dos Magistrados Piauienses (11/5);
- participação na abertura da VI Conferência Nacional de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados (30/5);
- presidiu conferência sobre "Direito Privado na Jurisprudência Constitucional: Família, Contratos, Propriedades", no XXII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, São Paulo/SP (1º/6);



- abertura do IX Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais, Belo Horizonte/MG (4/6);
- abertura do V Congresso Internacional de Direito Ambiental – “O Futuro do Controle da Poluição e da Implementação Ambiental”, São Paulo/SP (4/6);
- IV Encontro Nacional da Magistratura e Meio Ambiente – Recursos Hídricos, Caldas Novas/GO (7/6);
- presidiu a mesa durante a apresentação da palestra “A União Européia e a Europeização do Direito Constitucional dos Estados-Membros”, no Seminário Novos Rumos do Direito Constitucional na União Européia e no Brasil, Recife/PE (12/6);
- encerramento do Seminário sobre Direitos Humanos, São Luís/MA (13/6);
- presidiu a cerimônia de abertura do I Encontro de Juizes Federais Argentinos e Brasileiros no âmbito do Mercosul, Buenos Aires/Argentina (27/6);
- presidiu o painel “Esboço da história do tratamento da elisão fiscal”, no Seminário Internacional sobre Elisão Fiscal, Brasília/DF (6/8);
- abertura e encerramento do Seminário “Mediação: um projeto inovador”, Brasília/DF (7/8);
- assistiu à palestra do Dr. Ives Gandra Martins sobre “Reforma do Judiciário”, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (8/8);
- proferiu conferência sobre “O papel do Poder Judiciário na sociedade democrática”, no IV Congresso de Magistrados Estaduais – Democratização Interna do Poder Judiciário, Bento Gonçalves/RS (18/8);
- abertura do XVII Seminário Roma-Brasília, Brasília/DF (23/8);
- abertura do 18º Encontro Nacional dos Juizes Federais, Campos do Jordão/SP (29/8);
- proferiu palestra no Ciclo de Palestras Jurídicas promovido pela Associação Mato-grossense de Magistrados, Cuiabá/MT (31/8);
- abertura do Seminário Internacional sobre as Minorias e o Direito, Brasília/DF (12/9);
- 52º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, Santo Amaro da Imperatriz/SC (13 A 16/9);
- proferiu palestra sobre “O significado dos Juizados Especiais Federais e a Reforma do Judiciário”, no Seminário Juizados Especiais Federais: afirmação e cidadania, Porto Alegre/RS (17/9);
- encerramento do Seminário “Mediação: um projeto inovador”, São Paulo/SP (17/9);
- proferiu palestra na Semana Jurídica das Faculdades Adamantinenses Integradas, Adamantina/SP (20/9);
- proferiu palestra sobre “A Reforma do Poder Judiciário e suas Perspectivas”, na abertu-



ra do I Encontro Nacional do Ministério Público Federal da Escola Superior do Ministério Público da União, São Paulo/SP (26/9);

- proferiu palestra sobre “Poder Judiciário e Poder Político”, no painel sobre “A Realidade Institucional” no Congresso da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Porto Velho/RO (12/10);
- solenidade de abertura do 1º Encontro de Secretários Judiciários de Tribunais Superiores, Brasília/DF (30/10);
- participação no 53º Encontro Nacional do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, São Luís/MA (8 a 10/11);
- abertura do Seminário “Clonagem Humana: Questões Jurídicas”, Brasília/DF (12/11);
- abertura do Seminário “Discriminação e Sistema Legal Brasileiro”, Brasília/DF (20/11);
- abertura do Congresso Internacional “As Formas Privadas de Resolução de Litígios no Contexto Sócio-Econômico do Século XXI”, Recife/PE (25/11);
- abertura do II Congresso Nacional dos Defensores Públicos, Rio de Janeiro/RJ (28/11);
- palestra para os Magistrados do Estado do Amapá, Macapá/AP (2/12);
- abertura do II Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, Brasília/DF (6/12);
- participação no Seminário de Direito Processual Civil (7/12);
- proferiu palestra sobre “As propostas do STJ para a Reforma do Poder Judiciário”, em evento patrocinado pela OAB/SP, Itapira/SP (8/12).

VISITAS OFICIAIS

- aos Drs. Reginaldo Oscar de Castro e Rubens Approbato Machado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (26/1);
- Seção Judiciária do Estado do Piauí (11/5);
- 1º Acampamento Farroupilha, Esplanada dos Ministérios (18/9);
- Corte Constitucional da República da Itália (1º a 6/10).

EVENTOS INTERNOS

- Abertura do evento comemorativa do Dia Internacional da Mulher (8/3);
- sessão plenária para eleição do membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (26/3);
- sessão plenária para votação da lista tríplice para preenchimento da vaga do Ministro William Patterson (27/3);
- solenidade de lançamento da Pesquisa de Satisfação do Usuário (28/3);



- solenidade de abertura do Projeto Museu-Escola (7/5);
- reunião da Comissão de Ministros do STJ constituída para tratar de assuntos pertinentes à elaboração da lista tríplice para o preenchimento da vaga decorrente da exoneração do Ministro Waldemar Zveiter (10/5);
- sessão plenária para a eleição do membro substituto do Tribunal Superior Eleitoral e para a composição da lista tríplice para o preenchimento da vaga decorrente da exoneração do Ministro Waldemar Zveiter (15/5);
- sessão solene em homenagem ao Ministro Romildo Bueno de Souza (16/5);
- sessão plenária para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho da Justiça Federal (23/5);
- abertura da Semana de Saúde (28/5);
- sessão do Plenário para eleger o membro efetivo e o membro suplente do Conselho da Justiça Federal, bem como o Ministro Diretor da Revista desta Corte e, ainda, empossar os dois membros efetivos e suplentes do CJF, eleitos para o biênio 2001/2003 (25/6);
- cerimônia de transmissão do cargo de Coordenador-Geral da Justiça Federal ao Ministro Humberto Gomes de Barros (25/6);
- sessão solene de posse dos Drs. Paulo Medina e Laurita Hilário Vaz no cargo de Ministro deste Tribunal (26/6);
- reinauguração do Espaço Cultural do STJ, com abertura da I Panorâmica da Arte Brasileira (10/8);
- café da manhã com os Ministros de Estado da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e com o Ministro Nilson Naves (16/8);
- entrega do Certificado ISO 9002/94 ao à Revista do STJ (27/8);
- entrega de equipamentos de informática ao jovem Luiz Gustavo Cristóvão, de Caruaru/PE (23/8);
- abertura da Exposição Brasil 50.000 anos (3/9);
- café da manhã com o Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (13/9);
- reunião da Comissão de Ministros do STJ constituída para tratar de assuntos pertinentes à elaboração da lista tríplice para o preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hélio Mosimann (19/9);
- 1º Torneio de Tênis do STJ – Troféu Tribunal da Cidadania, Academia de Tênis de Brasília (22/9);
- reunião da Comissão de Ministros do STJ constituída para tratar de assuntos pertinentes à elaboração da lista tríplice para o preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hélio Mosimann (24/9);
- inauguração do protocolo externo da Secretaria Judiciária do STJ (24/9);
- sessão plenária para a escolha da lista tríplice para preenchimento da vaga do Ministro Hélio Mosimann, para eleição do membro substituto do TSE e para apreciação do anteprojeto de criação de Varas da Justiça Federal (25/9);



- café da manhã com os Deputados Federais Sampaio Dória, Relator do Orçamento, e Wilson Braga (26/9);
- comemoração do Dia do Servidor (29/10);
- reunião da comissão temporária para acompanhamento da Reforma do Poder Judiciário (6/11);
- sessão plenária para exame do Projeto de Criação de Varas da Justiça Federal e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça Federal (7/11);
- café da manhã com os Senadores Sérgio Machado, PSDB/CE, Íris Rezende, PMDB/GO, e Gerson Camata, PMDB/ES (21/11);
- café da manhã com os Senadores Romero Jucá, PFL/RR, e Pedro Piva, PMDB/SP (28/11);
- solenidade de posse do Desembargador Luiz Fux no cargo de Ministro deste Tribunal (29/11);
- solenidade de encerramento do Projeto Museu-Escola 2001 (3/12);
- café da manhã com o Senador José Agripino, PFL/RN (4/12);
- café da manhã com o Senador Jefferson Peres, PDT/AM (5/12);
- jantar de confraternização dos Ministros do STJ (13/12);
- confraternização de natal dos servidores do STJ (14/12).

OUTROS EVENTOS

- Patrono da turma do 2º semestre de 2000 do Curso de Direito, UniCeub (1º/2);
- sessão solene do Instituto dos Advogados de São Paulo para comemoração dos 126 anos de sua fundação, entrega de diplomas aos novos associados e posse da Diretoria e do terço do Conselho Deliberativo (16/2);
- solenidade comemorativa dos 80 anos da Folha de S. Paulo (18/2);
- lançamento do livro "Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito", do Juiz e Professor Marco Antonio Marques da Silva, prefaciado pelo Ministro Carlos Velloso (19/2);
- palestra inaugural do ano letivo 2001, Universidade Veiga de Almeida (5/3);
- apresentação do painel sobre Execução Fiscal Virtual, com a implantação da primeira fase do projeto e a instalação da 7ª à 12ª Varas das Execuções Fiscais, na cidade de São Paulo (9/3);
- lançamento do livro "O Brasil sem Retoque: 1808-1964", do Jornalista Carlos Chagas (7/3);
- reunião dos Conselhos Executivo, Fiscal e Geral de representantes da AMB (15/3);
- ato inaugural do BANDNEWS, Canal exclusivo de notícias da Rede Bandeirantes (19/3);
- aula inaugural do ano de 2001 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (23/3);
- reunião para esclarecimentos e debate sobre a comissão interdisciplinar composta de magistrados e especialistas em informática para estudar, debater e propor ações com



vistas à implantação da Rede de Informática do Poder Judiciário – INFOJUS, destinada a Interligar todas as unidades e instâncias da Justiça no país (26/3);

- reunião com o Senador Hugo Napoleão, Deputados Moroni Torgan e Pauderney Avelino, líderes do PFL no Congresso (28/3);
- reunião no Supremo Tribunal Federal (3/4);
- abertura da programação do Centro Cultural Justiça Federal, Rio de Janeiro/RJ (4/4);
- inauguração da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal e lançamento das obras “O Poder Judiciário no Brasil – Crônica dos Tempos Coloniais” e “O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência”, de Lenine Nequete; “O Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania”, de Emília Viotti da Costa, e “Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, de Laurenio Lago (17/4);
- solenidade de inauguração do Fórum Desembargador Lúcio Batista Arantes (25/4);
- sessão ordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (7/5);
- assinatura do Convênio de Cooperação Técnico-Institucional entre o Superior Tribunal de Justiça e o Banco Central do Brasil (Sistema BACEN JUD) (8/5);
- recepção de inauguração da Mostra “Abitare Italia 2001” (10/5);
- sessão especial em homenagem ao Ministro Paulo Costa Leite na sede da OAB/PI (11/5);
- abertura da Semana de Saúde do Conselho da Justiça Federal (23/5);
- sessão solene em homenagem ao Ministro Aldir Passarinho Junior no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (24/5);
- sessão solene em homenagem do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, em decorrência do término do seu mandato como Presidente do STJ (30/5);
- reunião com os Presidentes de Tribunais de Justiça – cerimônia de apresentação do Sistema BACEN/JUD (31/5);
- sessão solene de outorga do título de Cidadão Maranhense ao Ministro Vicente Leal, São Luís/MA (13/6);
- casamento comunitário reunindo cerca de cinco mil casais, São Luís/MA (13/6);
- “Festa Típica Americana”, por ocasião do 225º aniversário da Independência dos Estados Unidos (3/7);
- Ato de sanção do Projeto de Lei sobre Juizados Especiais (12/7);
- inauguração da “Sala Nabuco de Araújo”, destinada à Defensoria Pública no Supremo Tribunal Federal (6/8);
- solenidade de Colação de Grau da Turma “B” do Curso de Direito do UniCEUB, da qual o Ministro foi patrono (9/8);
- reunião com os representantes da Sociedade Brasileira de Direito Internacional acerca do I Programa sobre Direito Comparado de Patentes, Gabinete da Presidência (13/8);



- solenidade de outorga do Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria" ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso (20/8);
- recepção por ocasião da V Cimeira Luso-Brasileira (5/9);
- sessão solene para promulgação da Emenda Constitucional nº 32, que regulamentou o uso das medidas provisórias (11/9);
- reunião com membros da comissão temporária para acompanhamento da Reforma do Poder Judiciário (10/10);
- homenagem ao Ministro Torreão Braz – Prêmio Personalidade Tambaú 2001, João Pessoa/PB (19/10);
- almoço palestra promovido pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (22/10);
- cerimônia de entrega do Prêmio UNESCO 2001 (31/10);
- lançamento dos livros "Homens e Idéias", do Dr. Rubens Approbato Machado, e "O Direito de Discordar", do Dr. Reginaldo Oscar de Castro (12/11);
- jantar em homenagem ao Juiz Massimo Vari, Vice-Presidente da Corte Constitucional Italiana (12/11);
- abertura oficial da 10ª Feira Nacional do Milho – FENAMILHO, Santo Ângelo/RS (14/11);
- cerimônia para entrega do Título de Cidadão de Santo Ângelo ao Ministro Rui Rosado de Aguiar (14/11);
- coquetel de abertura da exposição "Pintura a Óleo e Esculturas", de Eurípedes Batista, Brasília/DF (20/11);
- reunião com participantes do X Encontro de Juizes Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, Porto Velho/RO (22/11);
- lançamento do livro "Autogoverno e Controle do Judiciário no Brasil", de autoria do Juiz Federal Flávio Dino, Brasília/DF (6/12);
- jantar e sessão especial comemorativa do Dia do Advogado Criminalista e de homenagem ao Ministro Paulo Costa Leite e ao Dr. Waldir Troncoso Perez (10/12);
- abertura do Programa de Desenvolvimento Gerencial. Módulo Especial: Alinhamento Estratégico da Justiça Federal (12/12);
- solenidade de aposição do retrato do Exmo. Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros na Galeria de Ex-Coordenadores-Gerais da Justiça Federal (12/12);
- inauguração do anexo do prédio da Justiça Federal em Salvador/BA (17/12);
- festa de confraternização do Conselho da Justiça Federal (18/12).



AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS PELO PRESIDENTE

- Dr. Mário de Souza Figueiredo, Procuradoria-Geral do Estado do Pará (2/1);
- Dr. Aloísio Xavier de Albuquerque, Advogado (7/1);
- Dr. Djalma Terra Araújo (7/1);
- Sr. Roberto Policarpo – SINDJUS (8/1);
- Dr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná (8/1);
- Dr. Ricardo Trade (10/1);
- Dr. Luiz Felipe Chagas de Carvalho, Advogado (10/1);
- Dr. Edson Américo Machini, Procurador-Geral do Estado do Acre (11/1);
- Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (11/1);
- Deputado José Edmar de Castro Cordeiro, PMDB/DF (11/1);
- Conselheiro Carlos Pina, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (4/2);
- Ana Emília Cordelle Alves, Secretária dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo (4/2);
- Dr. Celso Mori, Advogado (4/2);
- Juiz Flávio Dino, Presidente de Ajufe (4/2);
- Desembargador José Augusto de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, acompanhado pelo Desembargador José Fernandes Filho (7/2);
- Dr. Roberto Caldas, Advogado do Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro (15/2);
- Dr. José Roberto Savoia, Secretário de Previdência Complementar (15/2);
- Dr. Rodrigo Lopes, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor – Rio de Janeiro (18/2);
- Diretores da ASSTJ (18/2);
- Ministros Celso Lafer, das Relações Exteriores, e Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União (18/2);
- Deputado Federal Francisco Garcia, PFL/AM (21/2);
- Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (21/2);
- Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, Diretor-Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (21/2);
- Dr. João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom, e ao Dr. Paulo Borgerth, Vice-Presidente Executivo (21/2);



- Dr. Miguel Angelo Farage de Carvalho, Procurador-Geral do Distrito Federal, acompanhado do Subprocurador Murilo Nobre e do Chefe-de-Gabinete Nei Natal (18/2);
- Juiz Flávio Dino, Presidente da Ajufe (28/2).

ENTREVISTAS A JORNALISTAS E VEÍCULOS DA MÍDIA

- Jornalista Mônica Miranda, Rádio Itatiaia (3/1);
- Jornalista Carolina Brígido, Jornal Zero Hora (3/1);
- Rádio CBN (7/2).

SOLENIIDADES DE POSSE

- Dr. Luís Felipe Salomão no cargo de Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – Amaerj (5/2);
- Presidente e dos Membros do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (6/2).

ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

- 1º Fórum Mundial de Juízes, Porto Alegre/RS (31/1);
- proferiu aula magna relativa ao 1º semestre de 2002, para os cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, como parte da programação comemorativa dos 102 anos de existência da “Casa de Thompson Flores e André da Rocha”, Porto Alegre/RS (19/2);
- 54º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Campo Grande/MS (21/2);
- Seminário “Judiciário e Segurança Pública”, promovido pela Amaerj, Rio de Janeiro/RJ (25/2);
- Conferência sobre o tema “O Poder Judiciário”, para os alunos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), composto de Capitães-de-Mar-e-Guerra, Coronéis do Exército e da Aeronáutica, bem como civis assemelhados, Rio de Janeiro/RJ (26/2);
- palestra sobre “Juizados Especiais Federais”, para a comunidade jurídica de Campina Grande/PB (27/2).

OUTROS EVENTOS

- solenidade de assinatura do Projeto de Lei que institui o novo Código Civil (10/1);
- inauguração do Juizado Especial Federal em Porto Alegre (14/1);



- inauguração do Juizado Especial Federal em São Paulo (14/1);
- inauguração do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará (15/1);
- cerimônia de instalação do ano judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (6/2);
- cerimônia de instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura da Mesa do Congresso Nacional (15/2);
- sessão plenária de homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil aos noventa anos de nascimento do eminente advogado Evandro Lins e Silva (18/2);
- solenidade de formatura do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC (o Ministro foi patrono da turma), Brasília/DF (22/2).

